

## SUMARIO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>RACISMO E O SILENCIO DA ESCOLA</b><br>Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião<br>Cicero & Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco<br>Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi                                          | 03 |
| <b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO BANCO DE DADOS</b><br>Renato Arnaut Amadio & Júlio César Gavilan & Maico Luis Rheinheimer<br>Emanoel José do Santos                                                                                                                                     | 12 |
| <b>MIGRAÇÃO E ESCRAVIDÃO MODERNA</b><br>Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião<br>Cicero & Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco<br>Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi                                           | 29 |
| <b>EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER NO<br/>CURRÍCULO ESCOLAR</b><br>Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião<br>Cicero & Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco<br>Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi | 47 |
| <b>TECNOLOGIA VOIP NO SUPERMERCADO TOMAZELLI</b><br>Renato Arnaut Amadio & Júlio César Gavilan & Maico Luis Rheinheimer &<br>Emanoel José do Santos                                                                                                                                | 63 |
| <b>DESENVOLVIMENTO URBANO E PATRIMÔNIO PÚBLICO</b><br>Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco Bandeira<br>Amaral & Fabricio Carlos Lenzi                                                                                                                    | 71 |
| <b>A CUIABÁ DO SÉCULO XIX E ENSINO DE HISTÓRIA I</b><br>Bruno do Padro Alexandre & Antuterpio Dias Pereira & Terezinha Félix Silva<br>Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião Cicero                                                                                  | 78 |
| <b>VANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO SPED FISCAL BLOCO K NA<br/>EMPRESA SUCROALCOOLEIRA DO VALE SÃO LOURENÇO</b><br>Maria Aparecida Araújo de Souza & Jailson da Conceição Teixeira & Jamile<br>Viana Calazans Salim & Amauri Gonçalves de Oliveira &<br>Diego Campos Pereira               | 87 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO VOLTADO PARA OS JOVENS NO MUNICÍPIO DE JACIARA – MT.<br>Tatiane Reis Barros Lima & Tiago Felipe Bolzan & Jailson da Conceição Teixeira <sup>3</sup><br>Diego Campos Pereira & Jamile Viana Calazans Salim & Amauri Gonçalves de Oliveira & Zique de Souza Dib | 107 |
| LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE CARGAS<br>Welton Araujo Pacheco & Jailson da Conceição Teixeira & Jamile Viana Calazans Salim & Evaldo Rezende Duarte & Diego Campos Pereira & Zique de Souza Dib                                                                                  | 126 |
| FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA: DESAFIOS DA DOCÊNCIA<br>Rosely Santos de Almeida & Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi                                                                                                                                                             | 135 |
| UMA INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA<br>Terezinha Félix Silva Cruz de Deus & Regina Suzi Soares & Rafael Sebastião Cicero & Vagner Haubricht Pinheiro & Mônica Santana Cardoso & Francisco Bandeira Amaral & Fabricio Carlos Lenzi                                                                                                                  | 143 |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |

## **RACISMO E O SILENCIO DA ESCOLA**

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus<sup>1</sup>

Regina Suzi Soares<sup>2</sup>

Rafael Sebastião Cicero<sup>3</sup>

Vagner Haubricht Pinheiro<sup>4</sup>

Mônica Santana Cardoso<sup>5</sup>

Francisco Bandeira Amaral<sup>6</sup>

Fabricio Carlos Lenzi<sup>7</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar o racismo na escola e o silencio dos professores. O conjunto dessas afirmações poderia indicar uma grande visibilidade e um trato frequente do tema no Brasil. No entanto, o que se observa é o oposto: “raça” é quase um enredo, um palco para debates de ordem diversa. Se no exterior made in Brazil é sinônimo da reprodução de nossos exóticos produtos culturais mestiços, dentro do país o tema é quase um tabu. A não ser de maneira jocosa ou mais descomprometida, até bem pouco tempo, quase não se tratava da questão: livros não despertam interesse, filmes ou exposições passam quase despercebidos. A situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza, e atitudes racistas, minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envoltos no país de uma “boa consciência”, que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando. Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos. Essa é sem dúvida uma maneira problemática de lidar com o tema: ora ele se torna inexistente, ora aparece na roupa de outro alguém.

Palavra Chave: Raça, educação, silencio e Escola

### **Introdução**

Podemos explicar os resultados de uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% dos mesmos entrevistados disseram conhecer outras pessoas que tinham, sim, preconceito. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre o

---

<sup>1</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>2</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>3</sup> Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>4</sup> É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>5</sup> Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>6</sup> Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>7</sup> Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

grau de relação com aqueles que consideravam racistas, os entrevistados apontavam com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos.

Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados. Em 1995, o jornal Folha de S.Paulo divulgou uma pesquisa sobre o mesmo tema cujos resultados são semelhantes. Apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem tê-lo. No entanto, de maneira indireta, 87% revelam algum preconceito ao concordar com frases e ditos de conteúdo racista, ou mesmo ao enunciá-los. Tal pesquisa foi repetida em 2011, e os resultados foram basicamente idênticos, mostrando como não se trata de supor que os brasileiros desconheçam a existência do preconceito: jogam-no, porém, para outras esferas, outros contextos ou pessoas afastadas. Trata-se, pois, de “um preconceito do outro”.

Os resultados parciais de um trabalho sobre os bailes negros em São Paulo podem ser entendidos de forma inversa mas simétrica. A maioria dos entrevistados negou ter sido vítima de discriminação, porém confirmou casos de racismo envolvendo familiares e conhecidos próximos.<sup>28</sup> Investigações sobre a existência de preconceito de cor em diferentes núcleos brasileiros têm apresentado conclusões convergentes. Em pequenas cidades costuma-se apontar a ocorrência de casos de racismo apenas nos grandes conglomerados (a atriz que foi barrada em uma boate; a filha do governador do Espírito Santo, que não pôde usar o elevador social), mas o contrário também acontece — na visão dos habitantes de São Paulo e do Rio de Janeiro, é nas pequenas vilas que se concentram os indivíduos mais radicais. Isso para não falar do uso do passado: quando entrevistados, os brasileiros jogam para a história, para o período escravocrata, os últimos momentos do racismo.<sup>29</sup> O mesmo ocorre com estudos da historiografia mais oficial. Em geral, reconhece-se a existência do preconceito, mas em outros contextos temporais: no passado.

Distintas na aparência, as conclusões das diferentes investigações são paralelas: ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a “outro”. Seja da parte de quem age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade. Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica. “Preto rico no Brasil é branco, assim como branco pobre é preto”, diz o

dito popular. Não se “preconceituosa” um vereador negro, a menos que não se saiba que é um vereador; só se discrimina um estrangeiro igualmente negro enquanto sua condição estiver pouco especificada.

O tema da raça é ainda mais complexo na medida em que inexitem no país regras fixas ou modelos de descendência biológica aceitos de forma consensual.

Afinal, estabelecer uma “linha de cor” no Brasil é ato temerário, já que esta é capaz de variar de acordo com a condição social do indivíduo, o local e mesmo a situação. Aqui, não só o dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem, mas, para muitos, a “raça”, transvestida no conceito “cor”, transforma-se em condição passageira e relativa.

Mas, se no país a questão é ambígua, deve-se dizer que a própria mudança de paradigmas da discussão é de modo geral recente: somente após a Segunda Guerra Mundial e a derrocada dos impérios europeus na África os modelos parcialmente destruídas, e a incompreensão a respeito delas.

Foi nesse contexto, e com o apoio institucional da Unesco, que patrocinou três reuniões sobre o tema — nos anos 1947, 1951 e 1964 —, que se tentou deslocar a importância biológica do termo *raça*, limitando-o a um conceito taxonômico e meramente estatístico. Compostos de cientistas sociais e geneticistas, os encontros chegavam a conclusões quase culpadas acerca do assunto ao admitir que o fenótipo era apenas um pretexto físico e empírico. Sob “a capa da raça” introduziam-se considerações de ordem cultural, na medida em que à noção se associavam crenças e valores.

O conceito deixava, assim, de ser considerado natural, já que denotava uma classificação social baseada numa atitude negativa para com determinados grupos. Como diz o filósofo Kwame Appiah, “a verdade é que não existem raças; não há no mundo algo capaz de fazer aquilo que pedimos que a raça faça por nós [...] até a noção do biólogo tem apenas usos limitados [...] Insistir com a noção de raça é, portanto, ainda mais desolador para aqueles que levam a sério a cultura e a história”.<sup>31</sup> Raça é, pois, uma construção histórica e social, matéria prima para o discurso das nacionalidades. Raça, como diz Thomas Sowell, “antes de um conceito biológico, é uma realidade social, uma das formas de identificar pessoas em nossa própria mente”.

É esse o sentido da fala de Toni Morrison, Prêmio Nobel de Literatura em 1993: “Eu gostaria de dissuadir aqueles que leem literatura dessa maneira [...] Raça é a última informação confiável que se pode obter sobre alguma pessoa. É informação real, mas fala de algo próximo do nada”.<sup>33</sup>

Mas, ainda que seja verdade, tudo isso não torna o tema uma falsa questão. Ou seja, demonstrar as limitações do conceito biológico, desconstruir o seu significado histórico, não leva a abrir mão de suas implicações sociais. Com efeito, raça persiste como representação poderosa, como um marcador social de diferença — ao lado de categorias como gênero, classe, região e idade, que se relacionam e retroalimentam — a construir hierarquias e delimitar discriminações. Tais categorias, articuladas em sistemas classificatórios, reguladas por convenções e normas e materializadas em corpos

e coletividades, não adquirem seu sentido e eficácia isoladamente, mas antes por meio da íntima conexão que estabelecem entre si. Como diz o antropólogo Peter Fry, “nada é constante; o sentido nunca é universal, mas sim atribuído por sistemas culturais em situações concretas”.

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais — assim como o são fantasias, mitos e ideologias — como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas. darwinistas e as concepções raciais deterministas passaram a receber críticas severas que, ao mesmo tempo que desmontavam os últimos discursos que falavam da “boa colonização” e do “fardo imperialista”, revelavam, em contrapartida, o radicalismo diante das diferenças culturais, completa ou Além do mais, pode-se localizar a produção moderna das categorias como raça e sexo dentro de um projeto mais amplo de naturalização de diferenças promovido pelos saberes ocidentais desde o século XIX.

Em contrapartida, as crenças em atributos distintivos e fundamentais ligados às raças ou ao dimorfismo sexual persistem, como mitos sociais e como base para a construção de tipos de diferença entre as pessoas, apesar de toda a argumentação e de todo esforço de científico contemporâneo de comprovar as falácias desses conceitos.

Conceber raça, gênero, sexo, idade e classe como categorias articuladas implica, assim, um esforço de desnaturalizá-las e contextualizá-las, recusando correlações rígidas e fixas entre características físicas, de um lado, e atributos morais e intelectuais, de outro.

Assim o preconceito é visto em toda parte segundo Neves (2008) , esse preconceito racial é muito freqüente por grupos de pessoas que agem com violência verbal contra pessoas negras, mas na escola é preciso intervir para mudar essa realidade social de preconceitos por causa de raça, cultura, os professores precisam em sala de aula inserir o negro no ambiente escolar e assim mudar atitudes de pessoas preconceituosas.

A Lei 10.639/03, que altera a Lei 9.394 de 1996, das diretrizes e bases, incluindo no currículo a obrigatoriedade do tema “História e cultura afro-brasileira”. Agora a nova Lei 10.639/03, torna-se o ensino afro-brasileiro obrigatório nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, nas escolas públicas e privadas. Esta lei passa a ter no currículo da escola os conteúdos que se referem à história e cultura afro-brasileira.

Essa lei faz referencia aos conteúdos das disciplinas que deverão conter a temática a história e cultura afro-brasileira, abordando estudos sobre a luta do negro, a cultura negra e a sua formação social, estes conteúdos deverão ser abordados principalmente nas disciplinas de educação artística, história brasileira e literatura.

Esta mesma lei 10639/03 sozinha não pode garantir que será cumprida essa inserção da cultura negra no currículo e no ambiente escolar. Com isso o professor é fundamental para garantir que o ensino sobre as culturas africanas aconteça no ambiente escolar e acarretando assim as mudanças que este lei faz nas escolas.

Neste contexto, faz-se necessário que se reveja as imagens que estão sendo utilizadas nos livros didáticos nos anos iniciais, pois não contribui para estimular a autoestima do aluno negro, bem como não perpassa a ideia de que a raça negra esteja inserida no contexto pedagógico cotidiano. Na verdade as ilustrações sempre mostravam o negro em situação de submissão, constrangimento, inferioridade, mão de obra barata, favelados, marginalizados, etc.

De acordo com Parreiras (2007), muito importante a presença do negro nos livros infantis ou adultos, as imagens são bem chamativas para atrair a atenção do pré-leitor nas ilustrações dos livros que quebrem as barreiras de preconceito e o livro é um grande suporte para alcançar esses objetivos.

Segundo Parreiras (2007), as imagens de livros que mostram o negro como ser histórico faz parte da história e cultura da sociedade, os livros tem esse objetivo de quebrar com as barreiras de superioridade do branco sobre o negro, mostrando a importância do negro e não a submissão que sofreu com a escravidão e sofrimentos passados que mostram em livros de literatura antigos.

Para Parreiras (2007), um dos contos mais encantadores a serem trabalhados na educação infantil é “Menina bonita do laço de fita”, na obra de Ana Maria Machado, com o intuito de construir a imagem do negro neste mundo, mas voltado para a criança, com o objetivo de mostrar as diferenças e a questão identitária do personagem principal no caso uma menina negra. A proposta pedagógica é de comparação que se baseia na estética da cor negra e a branca.

Segundo Parreiras (2007), essa história ao ser trabalhada pelo professor em sala de aula pode utilizar dos personagens para explicar a importância da diversidade cultural e o respeito à cultura africana, assim poderá ajudar na formação de cada indivíduo em sala de aula quebrando com o preconceito e qualquer tipo de discriminação na escola.

As Diretrizes Curriculares incluem os conteúdos da história afro-brasileira, onde os professores e todos os membros da escola têm como suporte esta temática para melhorar o processo da prática pedagógica, onde um dos fatores importantes das diretrizes curriculares é o material para os professores usarem em sala de aula contribuindo contra o racismo, ou qualquer tipo de preconceito no ambiente escolar.

[...] a diferença pode ser bela e enriquecedora, que o diferente, o distinto étnico e outros não são desiguais, é fundamental na luta pela cidadania plena. É um grande passo para a conquista da autoestima e cidadania dos descendentes de africanos que por possuírem a pele mais escura e os cabelos mais crespos, são denominados negros e são estigmatizados e excluídos (SILVA, 2001, p.58)

Respeitar as diferenças étnicas resgata a história e cultura africana desde a educação infantil, além de fortalecer a autoestima e identidade de nossas crianças, pode auxiliar e diminuir as barreiras do preconceito, contribuindo para a formação de futuros cidadãos brasileira que não procuram a hierarquização dos grupos étnicos.

## A PESQUISA

O artigo teve apoio de grandes teóricos que complementaram com suas falas, sendo uma pesquisa bibliográfica com suporte qualitativo, partindo de leituras e fichamento de livros para aprimorar os conhecimentos sobre “Uma breve análise sobre a discriminação racial nos anos iniciais do ensino fundamental em Juscimeira MT”.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, [...] (MARCONI, 2010, p.57)

Utilizamos como método da pesquisa o dedutivo, pois partimos de pressupostos gerais para os particulares, onde através de pesquisas realizadas chegamos a uma conclusão final.

[...] parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares. O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as premissas do pensamento racional e deduzidas chegam a conclusões. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas premissas e as regras de conclusão que se denominam demonstração. (DINIZ, 2008, p.06)

Para comprovar essa hipótese do método dedutivo a técnica de coleta de dados foi um questionário semi estruturado, com questões abertas e fechadas, sendo aplicado comum a coordenadora e uma professora que atua com alunos do 1º ciclo da Escola Estadual “Campos Sales”. A análise dos dados com perguntas abertas e fechadas contribui para melhor esclarecimento e compreensão do trabalho, pois auxilia na concretização deste artigo através de dados obtidos com o questionário.

## ANÁLISE DE DADOS: Síntese das discussões

Contribuíram para os dados que seguem uma professora, Pedagoga, que atua há (quatorze) anos nos iniciais do Ensino Fundamental e uma coordenadora pedagógica, Pedagoga, especialista em alfabetização com 26 (vinte e seis anos) de atuação na educação.



Em relação a primeira pergunta fechada do questionário foi: se você já ouviu falar sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que versam sobre a cultura e história dos negros e indígenas brasileiros e na escolha do livro didático você leva em consideração as diretrizes fixadas nestas leis, onde a coordenadora e professora responderam que “sim”.

Essas leis estão embasadas no reconhecimento e valorização da cultura africana, conforme os pressupostos da Lei 10.639/03 que mostram claramente a importância da cultura e como pode ampliar as experiências culturais das crianças, além de oferecer referências positivas para que as mesmas sintam orgulho de seus registros históricos. Assim segundo Andrade (2005) é natural que a pessoa ao acumular em sua memória referências positivas do seu povo, desenvolva um sentimento de pertencimento racial da sua identidade.

Dando continuidade ao questionário a seguinte pergunta realizada foi: ao trabalhar com os livros didáticos você observa as imagens contidas neles, você acha que algumas imagens de cunho pejorativo que podem existir em algum livro didático podem afetar o desenvolvimento dos alunos negros/descendentes? E as respostas da coordenadora e professora nas duas perguntas foram “sim”. A professora ainda complementou dizendo: “Se o professor não orientar e tiver um diálogo com os alunos, acredito que pode afetar sim”.

Com isso o livro didático adequado sem imagens pejorativas é um recurso que o professor pode usar em situações de aprendizagem, sendo este um dos suportes que mostram as diferenças culturais entre os alunos, o livro didático desperta em suas imagens sentimentos e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Construindo a auto-estima da criança negra**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso em 07 mar. 2015.

BERNARDINO, Joaze. **Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento**. In: BERNARDINO, Joaze e GALDINO, Daniela (orgs.) Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL, Lei nº. 9.394. LDB - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. De 20 de Dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana**. Parecer CNE /CP 3 / 2004, de 10 de março de 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº10639** de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CASHMORE, Ellis: et. al. **Dicionário das relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000. Tradução de Dinah Kleve.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil . São Paulo: Contexto, 2000.

Diniz, Célia Regina. **Metodologia Científica**, Célia Regina Diniz, Lolana Barbosa da Silva. - Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio . São Paulo: Ed. Nova Fronteira,1975.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

\_\_\_\_\_. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: **Revista Brasileira de Educação** .n. 21, Set/Out/Nov/ Dez, 2002. p. 40-51.

JÚNIOR, H. S. Discriminação racial nas Escolas: entre as leis e práticas sociais. Brasília: UNESCO. 2002. 94p.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** \ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Gilberto. **Educar para a Igualdade: combatendo o racismo na educação**. Projeto Difusão Afro-cultural na educação/Centro Nacional de Estudos e de Políticas de Igualdade na Educação. Cenafro. Uberlândia: SincopelGrafica, 2008. Org

PARREIRAS, Ângela Maria Ramos. **Construção da identidade étnico-racial: o papel da literatura infantil com protagonistas negros e histórias das culturas africanas** . Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2007. In: FILHO, Gimes R.; BERNARDES, Vânia A. M.; NASCIMENTO,

João Gabriel do. **Educação para as relações étnicos raciais: outras perspectivas para o Brasil.** – 1.ed. – Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

PETRUCCELLI; SABOIA, José Luis; Ana Lucia. CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-RACIAL DA POPULAÇÃO: Classificação e Identidades. Rio de Janeiro, 2013: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

RANGEL, Egon. Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **O livro didático de Português : múltiplos Olhares.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p.7-14.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou?** / Ana Célia da Silva. – Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Ana Célia Da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2001, p.14; 16; 19; 51; 58.

## INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS BANCO DE DADOS

Renato Arnaut Amadio<sup>8</sup>

Júlio César Gavilan<sup>9</sup>

Maico Luis Rheinheimer<sup>10</sup>

Emanoel José do Santos<sup>11</sup>

### Resumo

Os bancos de dados atendem a praticamente qualquer tipo de aplicação. É por esse motivo que não existe só um tipo de banco de dados. O padrão mais conhecido é chamado de banco de dados relacional. Esse tipo é muito utilizado em sistemas de ERP (gestão de empresas), CRM (relacionamento com o cliente), controle financeiro e tantas outras aplicações porque os dados são estruturados em tabelas cujas colunas e linhas se relacionam. Uma loja, por exemplo, pode ter uma tabela de clientes, outra para controle de estoque, uma terceira para fluxo de caixa e assim por diante. Via de regra, bancos de dados relacionais são baseados na linguagem SQL. Mas a gente também vai encontrar bancos de dados não relacionais que, como tal, são frequentemente chamados de noSQL. Eles possuem estruturas que diferem do SQL e, portanto, são direcionados a aplicações que não podem ter os dados completamente organizados em tabelas, como serviços que armazenam imagens na web, por exemplo.

Palavra Chaves: Dados, Segurança, Rede mundial

---

<sup>8</sup> Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>9</sup> Formado em Física e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>10</sup> Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>11</sup> Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

## **Introdução**

É o valor cadastrado no banco de dados, que é exportado para o usuário por meio da consulta realizado. Cada conjunto de informação exportada ou listada está diretamente relacionada à forma pela qual foi definida a regra de seleção dos dados. (MEDEIROS, 2006).

É o valor fornecido pelo usuário e que será cadastrado no banco de dados. Representa as informações do meio externo que serão importadas para o banco de dados. Essas informações são armazenadas em estruturas físicas que possuem características próprias. (MEDEIROS, 2006).

## **Conceito de Banco de Dados**

Para O'Brein, (2006, p. 136),

É um conjunto integrado de elementos de dados relacionados logicamente. Consolida registros previamente armazenados em arquivos separados em uma fonte comum de registro de dados que fornece dados para muitas aplicações.

Os dados armazenados em um banco de dados são independentes dos programas aplicativos que os utilizam e dos tipos de dispositivos de armazenamento secundário nos quais estão armazenados.

Para SILVA, (1997, p. 398),

Banco de dados é uma coleção de tipo de tabela diferentes, relacionadas entre si, permitindo se fazer a manipulação em duas ou mais tabelas automaticamente e no mesmo instante, como no caso da atualização da contabilidade geral, que faz lançamento na conta a pagar quando você efetua o pagamento de um fornecedor.

Um sistema de Banco de Dados é apenas um sistema computadorizado de armazenamento de

registros. O banco de dados pode propriamente ser visto como o equivalente eletrônico de um armário de arquivamento. Em outras palavras, é um repositório ou recipiente para uma coleção de arquivos de dados computadorizados. (DATE, 2000).

Para O'Brein, (2006, p. 144),

Gerenciamento de dados, é uma atividade que aplica tecnologia de sistemas de informação como gerenciamento de banco de dados e outras ferramentas gerenciais à tarefa de administrar os dados de uma organização para atender às necessidades de informação dos usuários.

## **Entidade**

É um objetivo do mundo real que possuem atributo capaz de torná-la identificável e tem sua existência independente. Essa existência pode ser físico ( pessoa, casa, relógio, computador, funcionário etc) ou conceitual ( serviços, disciplinas escolar, consulta médica etc). (ALVES, 2009).

### **Entidade fraca e Forte**

Entidade fraca quando uma entidade não possui nenhum atributo-chave, o que significa que ficamos impossibilitados de distinguir uma entidade específica dentro de todo conjunto, já que pode haver entidade duplicidade. (ALVES, 2009).

Entidade forte que possuem atributos-chaves. (ALVES, 2009).

## **Campo**

É um agrupamento de caracteres que representa uma característica de uma pessoa, lugar, objeto, ou evento. Por exemplo, o campo do nome de um funcionário. (O'BRIEN, 2006).

## **Registros**

É uma coleção de campos inter-relacionados. Por exemplos, o registro da folha de pagamento de um funcionário pode consistir em um campo do nome, um campo do número da previdência social, um campo do departamento e um campo do salário. (O'BRIEN, 2006).

## **Arquivos**

É uma coleção de registro inter-relacionado. Por exemplo, um arquivo da folha de pagamento consiste em registro da folha de pagamento de todos os funcionários de uma firma. (O'BRIEN, 2006).

## **Índice**

Permite que os registros com dados sejam encontra com extrema rapidez. Eles também oferecem uma maneira de acesso alternativo aos registros sem que sua posição física dentro do banco seja modificada. (ALVES, 2009).

## **Chave Primária**

É um atributo da tabela que permite identificar seus registros de forma única. Ainda tem por função aplicar uma ordenação automática, dos registros, a ordem física do registro é determinada por ela. Já que ela evita que haja duplicação de registro, também permite uma pesquisa com maior velocidade. (ALVES, 2009).

Faz com que haja restrição e impedem que tenha valores repetidos em uma das colunas. (COSTA, 2006).

## **Chave Estrangeira**

Permite que os registros de uma tabela sejam relacionados com os de outra tabela através de sua chave primária. (ALVES, 2009).

Chaves estrangeiras e utilizadas para estabelecer um vinculam entre os dados de tabelas diferentes. (BAPTISTA, 2011).

## **Foreign Key**

Toda criação de uma chave requer a utilização da canstraint forein key. Para criarmos uma chave estrangeira, e preciso que coluna da tabela A que tem chave primária ela e referencia na tabela B ela torna-se uma chave estrangeira. Vale apenas lembrar que forein key não precisa ser vincula apenas por uma chave primária. (BAPTISTA, 2011).

## **Cascade**

Essa opção realiza a exclusão em todas as tabelas que possuam valores da coluna que será excluída ou alterada da tabela pai. (BAPTISTA, 2001).

## **Modelagem de dados**

É quando desenvolvendo um sistema é preciso planejar todas as suas etapas e dedicar uma atenção especial do projeto e na estrutura do banco de dados. Para fazer isso usando uma técnica chamada de Modelagem de dados, que nada mais é transformar uma ideia conceitual em algo que possa ser traduzida em um sistema computacional. Com modelagem é possível refinar um modelo conceitual, eliminando redundâncias ou incoerências que possam inevitavelmente surgir. (ALVES, 2009).

## **Modelo Lógico**

É a descrição da estrutura que serão armazenadas no banco de dados e que resulta numa representação gráfica dos dados de maneira lógica, inclusive já nomeando os componentes e as ações que exercem um sobre outro. (ALVES, 2009).

No projeto lógico, já devemos considerar o modelo de dados adotado. Considerando o modelo relacional, os principais componentes do modelo relacional são as tabelas ou relações. Uma tabela é composta por uma ou mais colunas. Muitas vezes, uma tabela representa uma entidade do diagrama entidade relacional e as colunas representam os atributos da entidade. Tabelas possuem linhas cada linha de uma tabela é uma instância do objeto por ela representado. (COSTA, 2006).

## **Modelo Físico**

São usados para descrevê-los no nível mais baixo. Em contraste com modelo lógico, há pouco modelo físico em uso. Os mais conhecidos são: modelo unificado (unifying model) e o modelo de partição de memória (framememory model). (SILBERSCHATZ, 1999).

Para Alves, (2009 p.132),



É derivado do modelo lógico, no qual se encontram detalhados os componentes de estruturas físicas do banco de dados, como tabelas, campos, tipos de valões, índices etc. Quando chegar a esse ponto, estaremos pronto para criação do banco de dados.

## **SGBD**

Para Alves (2009, p.6), é um software responsável pelo gerenciamento, armazenamento e recuperação dos dados.

SGBD é conjunto ou sistema de software para computadores que possui uma finalidade, genérica, capaz de mais fácil o processo de definição, manipulação e manutenção de bancos de dados. (ALVES, 2009).

SGBD é composto por programa para processar, consultar e programas para acessar dados armazenados e os arquivos de definição de dados (conhecidos como metadados) e por final, os dados armazenados propriamente ditos. (CARDOSO, 2003).

Vantagens de se utilizar o SGBD no desenvolvimento do sistema.

Controle de redundância de dados;

O compartilhamento de dados entre múltiplos usuários;

A restrição ao acesso aos dados para usuários não autorizados;

Os mecanismos de segurança dos dados, tais como, cópias (backups) e recuperação (recovery) de dados;

Os diferentes tipos de interface para diferentes usuários;

## **LINGUAGEM SQL**

Para Batista, (2011, p.19), é utilizada para fazer consulta em banco de dados, não sendo sua única função, podem também ser usada para criar tabela, inserir dados, excluir dados, atualizar dados no banco de dados.

É bem diferente das linguagens comuns, pois não é uma linguagem procedural. A SQL

oferece o paradigma cliente/servidor, e seu objetivo fundamental é fornecer ao usuário uma interface de alto nível, capaz de isolá-lo completamente das complexidades de implementação do sistema. (BATISTA, 2011).

## **SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Para norma NBR ISO/IEC 17799, (2005, p. 9),

Define segurança da informação como “a proteção da informação de vários tipos de ameaças para garantir a continuidade do negócio, minimizar o risco ao negócio, maximizar o retorno sobre os investimentos e as oportunidades de negócio”.

Os princípios da segurança da informação são:

Confidencialidade: garantia de que a informação é acessível somente por pessoas autorizadas a terem acesso;

Integridade: a informação é alterada somente pelas pessoas autorizadas;

Disponibilidade: garantia de que as pessoas autorizadas obtenham acesso à informação e aos ativos correspondentes sempre que necessário.

### **Análise de Risco**

Objetivo da análise de risco é identificar e analisar os riscos e ameaças direcionadas ao departamento de TI. Os passos mínimos para avaliação de risco seguindo a norma ISO/IEC17799: 2005. Isto inclui:

Avaliação dos riscos, conforme os objetivos estabelecidos da organização;

Normas e regulamentação, conforme as legislações vigentes;

Princípios e objetivos de negócios inerentes ao apoio das operações da organização; (SQL MAGAZIME, ed.103).

### **Política de Segurança de Informação**

A implementação de uma política de segurança da informação segue o modelo de Deming, onde temos 4 passos: (SQL MAGAZIME, ed.103).

Planejar (Plan) neste passo deveram identificar os ativos serem protegidos através do analise de risco;

Realizar (Do) uma vez definidos os ativos a serem protegidos, bem como as ameaças, deveram colocar em ação o planejamento realizado e aplicar os mecanismos necessários para atender os requisitos de proteção identificados;

Verificar (Check) após a implementação do plano através do passo anterior, devemos monitorar se o plano está sendo seguindo e se necessita ser revisado;

Agir (Act) após a monitoração e revisão, e necessário ter plano de ação para reiniciar o ciclo e planejar mudança na politica estabelecida no plano anterior; (SQL MAGAZIME, ed.103).

### **Proteção o Canal de Acesso**

Uma das formas de se manter a confidencialidade em um servidor de banco de dados é garantir os acessos autorizados. Para auxiliar na conformidade deste item, é importante proteger o canal de acesso aos servidores de banco de dados. (SQL MAGAZIME, ed.103).

### **Firewall**

Consiste no controle de tráfego de rede em nível de protocolos e pacotes de dados, garantindo que trafegam na rede pacotes em protocolos e portas autorizadas. É importantes garantirmos que as conexões aos nossos servidores de bancos de dados estejam protegidos por um firewall e que este habilite o tráfego de dados através do protocolo e portas que for configurado em nosso servidor. (SQL MAGAZIME, ed.103).

## **IB EXPERT**

IB Expert KG (antiga HK-Software) foi fundada em 1991 por Holger Klemt. Originalmente o nosso principal foco foi o desenvolvimento de aplicativos de software personalizados. Ao longo dos anos temos ampliado nossa experiência, que constantemente atender a demanda dos clientes e capitalizar sobre os mais recentes desenvolvimentos técnicos. (IB EXPERT.NET/IBE/INDEX.PHP, 2013).

Um ponto focal de nossa consultoria é a concepção e personalização de pacotes de software existentes, permitindo versatilidade multi-plataforma, multi- camada e capacidade de internet. E, claro, acompanhar e apoiar você durante a execução de todos os novos sistemas. Nós não consideramos um projeto a ser completado satisfatoriamente, até a aplicação prática tem sido realizado para a sua satisfação e funciona exatamente como você espera que ele. Um projeto concluído com sucesso muitas vezes é o início de um relacionamento com o cliente a longo prazo. Continuamos o nosso apoio de forma rápida e sem burocracia, através hotline ou no local. Além de nossas atividades concepcional, oferecemos treinamento e coaching para os desenvolvedores, para adquirir os conhecimentos especializados necessários, tendo em conta a sua estrutura organizacional, resultando em uma programação eficaz e eficiente. (IB EXPERT.NET/IBE/INDEX.PHP, 2013).

Nossa abordagem holística para o seu ambiente de TI existente nos permite intervir em que podemos ser mais eficaz. A modularidade do nosso conceito de serviço e de uma abordagem orientada à solução consequente garantir um cálculo de custo-benefício favorável. Gestão é capaz de avaliar o andamento do projeto em cada etapa ao longo do caminho, graças à arquitetura modular, a introdução e implementação de diretrizes de programação apropriadas, juntamente com um sistema de comunicação correspondente. (IB EXPERT.NET/IBE/INDEX.PHP, 2013). O núcleo de nossas operações é sempre o cliente. Seus problemas específicos são fundamentais para o desenvolvimento do projeto. Nosso objetivo é criar uma plataforma que permite a futuras melhorias e novos sistemas. Estamos familiarizados com as tecnologias mais recentes, como os dados de voz, vídeo e integração ou sistemas de segurança modernos, se você deseja implementar tais instrumentos. (IB EXPERT.NET/IBE/INDEX.PHP, 2013).

Ao utilizar open-source soluções que pode lhe garantir o custo de soluções orientadas, e que preencham a situação atual da sua empresa e ainda permitir adequadamente para futuros desenvolvimentos. Somos uma contrapartida reconhecida e mediador entre a gestão e programação, capaz de evitar mal- entendidos técnicas e / ou organizacional. Comunicação eficiente é a chave para o sucesso formar e manter relacionamentos internos e externos. (IB EXPERT.NET/IBE/INDEX.PHP, 2013).

## **FIREBIRD**

Firebird é um banco de dados relacional que oferece muitas características padrão ANSI SQL que funciona em Linux, Windows, e uma variedade de plataforma Unix. Firebird oferece excelente concorrência, de alto desempenho, e apoio linguagem poderosa para procedimentos armazenados e gatilhos. Ela tem sido usada em sistemas de produção, sob uma variedade de nomes, desde 1981. (SITE FIREBIRD SQL.ORG, 2012).

O projeto Firebird é um projeto comercialmente independente de C e C++ programadores, consultores técnicos e suportes de desenvolvedores e melhorar uma plataforma multi-sistema de gerenciamento de banco de dados relacional com base na fonte código liberado pela Inprise Corp ( agora conhecido como Borlands Software Corp) em 25 de julho de 2000. Livre como um pássaro. Qualquer um pode construir uma versão personalizada do Firebird, desde que as modificações são disponibilizadas, sob a mesma licença IDLP, para outros de poderem usar e construir livre como cerveja grátis. Nenhuma taxa para download, registros, licenciamento ou implantação, mesmo que você distribuir Firebird como parte de seu pacote de software comercial. (SITE FIREBIRD SQL.ORG, 2012).

Desenvolvimento do Firebird depende de financiamento voluntario por pessoas que se beneficiam de usá-lo. Opções de financiamento variam de doações, através de associações Firebird Fundação para compromissos de patrocínio. Escolhendo Firebird e salvar ou ganhar dinheiro pela sua escolha? Mostrar o seu apreço e incentivo, contribuindo dinheiro em proporção a esses benefícios. (SITE FIREBIRD SQL.ORG, 2012).

### **Multi-geração de arquitetura**

Uma das principais características do Firebird é a sua arquitetura multi- geracional, o que permite o desenvolvimento e suporte de aplicações OLTP e híbrido OLAP. Isso faz com que um banco de dados Firebird capaz de servir simultaneamente como um tanto analítico e um armazenamento de dados operacionais, porque os leitores não bloqueiam escritores ao acessar os mesmos dados na maioria das condições. Poderoso e desenvolvedor-friendly linguagem SQL Firebird suporta procedimentos armazenados e gatilhos, e tem apoio SQL92 abrangente. (SITE FIREBIRD SQL.ORG, 2012).

Uso livre: todos podem usar e distribuir PDL-licenciados obras, de graça ou por dinheiro, enquanto a nota de licença é mantida intacta.

Direito de modificar: todos podem modificar e redistribuir PDL-licenciados obras, desde que

as versões modificadas são PDL-licenciado também, o aviso de licença original é mantida intacta, e as modificações são documentados.

Obras maiores: todos podem incorporar PDL-licenciado documentação em um trabalho maior. O maior trabalho como um todo não precisa ser liberado sob a PDL, mas os requerimentos de licenças devem ser cumpridos para que as partes PDL-licenciados.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos Lins de Vasconcelos; ANA Cristina Rouiller; CRISTIANA, Ângela Filipak Machado; TERESA, Maria Maciel de Medeiros. **Introdução à engenharia de software e à qualidade de software**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2006.

ALVES, Willian Pereira. **Banco de dados: teorias e desenvolvimento**. 1 ed. São Paulo: Erica, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS – ABNT. NBR ISO/IEC 17799:2005 – **Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Código de prática para a gestão da segurança da Informação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BAPTISTA, Luciana Ferreira. **Linguagem SQL: Guia pratica de aprendizagem**. 1 ed. São Paulo: Erica, 2011.

Bezerra, Eduardo. **Princípios de analise e projetos de sistemas com UML**. 9 reimpressão.il. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARDOSO, Olinda N. Paes. **Banco de dados**. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2003.

COSTA, Rogerio Luís de C.**SQL: Guia Prática**. 2 ed. Atual e amp. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

DATE, C.J. **Introdução a Sistemas de Bancos de Dados**. Tradução da 7 ed. Americana: Editora Campus, 2000.

DORON, R.; PAROT, F. (orgs.) **Psicologia Clínica**. Dicionário de Psicologia. Vol. I. São Paulo: Ática, 1998.

FARIA, José Carlos. **Administração Introdução estudo**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FIREBIRD, site sobre o **firebird**. Disponível em:<<http://www.firebirdsql.org/en/about-firebird/>>. Acesso em 19 ago. 2012.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Projetos de pesquisa**. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GIULIANO, MÁRCIO STOLF. **SISTEMA WEB GERENCIADOR DE CLÍNICA MÉDICA:**

**AUTOMATIZANDO A CLÍNICA CARDIOMED**

Disponível em:<

<http://campeche.inf.furb.br/tccs/2007-I/2007-1giulianomarciostolfvf.pdf> > Acesso em 09 abril. 2013.

HIRAMA, kechi. **Engenharia de software qualidade e produtividade com tecnologia**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2011.

Ian Sommerville. **Software Engineering**. 7 ed. Reading, Ma: Pearson Addison- Wesley, 2004.

LARMAN, C. **Applying UML and Patterns: Na Introduction to Object Oriented Analysis and Design and the Unified Process**. 2 and Edition. Prentice Hall, 2001.

MACIASZEK, l. a. **Requirements Analysis and System Design: developing Information Systems With UML**. Addison Wesley. 2000.

MEDEIROS, Marcelo. **Banco de dados para sistemas de Informação**.

Florianópolis: Visual Books, 2006.

MICROSOFT, site **library/vstudio**.  
Disponível em:<  
<http://msdn.microsoft.com/library/vstudio/z1zx9t92>> Acesso em 25 ago. 2012.

MICROSOFT, site **library/vstudio**.  
Disponível em:<  
<http://msdn.microsoft.com/library/vstudio/z1zx9t92>> Acesso em 19 abril. 2013.

Morgan, G. Imagem da Organização a criação da realidade social. São Paulo: Atlas, 1996.

O'BRIEN, James A. 1936- **Sistema de Informação e as decisões gerenciais na era da internet**. Tradução Célio Knipel Moreira e Cid Kinpel Moreira - 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEPSIC. **O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde**  
Disponível em: <  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141498932007001200004&script=sci\\_artt\\_ext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141498932007001200004&script=sci_artt_ext) >.  
Acesso em 29 abril 2013.

PFLEEGER, Shari Lawrence. **Engenharia de software teorias e práticas**. Tradução Dino Franklin; Revisão técnica Ana Regina Cavalcante da Rocha. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PMBOK2000. **A Guide to the Project Management Body of Knowledge**, PMI- Project Management Institute, Newtown Square, Pennsylvania, USA, 2000.

PRESSMAN, R. S. **Engenharia de Software**. 6 ed. São Paulo: McGrawHill, 2007.

REZENDE, J. M. **Caminhos da Medicina: trajetória histórica da clínica médica e suas perspectivas**. Palestra na Jornada de Clínica Médica para estudantes de Medicina realizada



em Goiânia em 19/08/1998. Disponível em:<<http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende>>  
Acesso em abril de 2013.

SEBESTA, Robert W. **Conceitos de linguagem de programação**. Tradução técnica: Eduardo Kessler Piveta. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHITSUKA, Rablith I.C.M; SHITSUKA, Caleb D.W.M; SHITSUKA, Ricardo;

SHITSUKA, Dorlivete M. **Sistema de Informação. Um enfoque Computacional**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2005.

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henri F; SUDARSHAN S. **Sistemas de Banco de Dados**. São Paulo: MAKRON BOOKS, 1999.

SILVA, Diller Grisson. **Manual de Informática**. 2 ed. São Paulo: Editora D'livros, 1997.

Souki, Gustavo Quiroga; Zambalde, André Luiz. **Fundamentos de administração e informática**. **Lavras**: Ufla/Faepe, 2003.

SQL MAGAZINE. **Segurança em Banco de Dados**. Edição 103 Dev Média. Ano 9.

SHARI, Pfleeger. **Software Engineering Theory and Praictices**. 2 ed. (Upper Saddle River. NJ: Prentice Hall, 2001).

TORRES, G. **Hardware: Curso Completo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2000.

TUCKER, Allen B. **Linguagem de programação princípios e paradigmas**. Robert E. Noonan; Revisão técnica Márcio Merino, Eduardo Marques. Ttradução Mario Moro Fecchio, Acauan Fernandes- 2 ed.- São Paulo: Mcgrae-Hill, 2008.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Análise e projetos de sistemas de informação orientado a objeto**. 9 reimpressão il. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WEBER, R. F. **Fundamentos de Arquitetura de Computadores**. 1 ed. Sagra, 2000.

## MIGRAÇÃO E ESCRAVIDÃO MODERNA

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus<sup>12</sup>

Regina Suzi Soares<sup>13</sup>

Rafael Sebastião Cicero<sup>14</sup>

Vagner Haubricht Pinheiro<sup>15</sup>

Mônica Santana Cardoso<sup>16</sup>

Francisco Bandeira Amaral<sup>17</sup>

Fabricio Carlos Lenzi<sup>18</sup>

### Resumo

Em Rondonópolis, nos anos de 1940 a 1960, as colonizações foram iniciativas do Estado resultado de seu planejamento que, ao mesmo tempo em que instituiu a colonização de pequenas propriedades, vendeu a “preço de banana” terras públicas em grande quantidade a poucas pessoas, ou mesmo doou latifúndios a apaniguados políticos. Resultando na implantação do latifúndio-minifúndio, o binômio básico da estrutura agrária conservadora do Brasil, que foram reproduzidos instantaneamente em Rondonópolis, por assim dizer. A economia de Rondonópolis a partir de meados da década de 1980, passou a ser dominada pelos sulistas capitalizados que entre outras culturas vieram plantar soja no cerrado, financiados pelo Banco do Brasil a juros subsidiados. A imprensa local chegou a chamá-los de “novos bandeirantes” criando um falso mito fundador. O primeiro engano é superestimar a participação dos sulistas e diminuir a ação de outros migrantes e mesmo dos rondonopolitanos no desenvolvimento econômico do município. Ao negligenciar a história do lugar devido a desconsideração da importância dos fluxos migratórios e do trabalho de milhares de mulheres e homens migrantes de outras regiões que continuavam a ter Rondonópolis como destino.

---

<sup>12</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>13</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>14</sup> Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>15</sup> É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>16</sup> Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>17</sup> Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>18</sup> Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

Palavra Chave: Cidade, racismo, economia

A cidade de Rondonópolis está localizada na região sul do estado de Mato Grosso a 218 km da capital Cuiabá - e a 2.356 km de Salvador – BA. Situa-se no entroncamento das rodovias BR 163 e 364 que ligam as regiões norte e sul do país é o portal de entrada para o Pantanal mato-grossense. Ocupa o segundo lugar no PIB<sup>19</sup> do Estado de Mato Grosso, com uma Renda Per Capita de R\$ 13.849,00. Sua população em 2010 era de 195.476 sendo que em 1960 a cidade tinha 22.302 habitantes ou seja, houve um enorme aumento populacional em 50 anos. A maioria dos seus habitantes moram na zona urbana (95,5%) enquanto que 4,5% residem na zona rural (essa inversão acontece a partir da década de 1970). A ocupação indígena do território hoje ocupado pela cidade remete a milhares de anos e a ocupação da área pela sociedade nacional é aproximadamente 1875, quando um destacamento militar foi erguido na região de ponte de Pedra<sup>20</sup> seguidas das comitivas de aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas. Primeiramente a região chamava-se Rio Vermelho e em 1902, fixa-se na região algumas famílias vindo de Goiás, Cuiabá e outras regiões do Estado.

Em 1947 o Distrito é inserido no contexto capitalista de produção como fronteira agrícola do Estado, através da plantação de arroz e do sistema de colônias agrícolas implantada pelo Governo do Estado.

Nas décadas de 1950/60 seu desenvolvimento está alicerçado na produção agrícola e no trabalho de migrantes – do nordeste e sudeste. Em 1970 acentua-se o processo de aceleração capitalista e a cidade desenvolve o mais rápido processo de modernização do campo que se teve notícia no Centro Oeste. Utilizando para isso a implantação das atividades da soja, da pecuária e do comércio.

Em 1980 ela é considerada o pólo econômico da região, tornando –se o segundo município do estado em importância econômica, política e demográfica e a capital nacional do agronegócio, ao mesmo tempo que cresce o setor agroindustrial.

---

<sup>19</sup> Fonte IBGE - 2007

<sup>20</sup> A cerca de 60 km da Sede do município

## A História do desenvolvimento

Ao creditar o desenvolvimento econômico exclusivamente ao trabalho dos pioneiros, despreza-se mais de setenta anos de história perde-se o seu real significado. Essa idéia de contestação do pioneirismo individualizante é encontrada originalmente em NASCIMENTO quando faz uma análise da questão da exploração e da segregação econômica do nordestino.

O migrante foi, portanto, o principal desbravador da região e o responsável pela implantação e expansão do espaço agrário de Rondonópolis, valorizando com seu trabalho a região durante a fase da Fronteira Agrícola, dos anos 40 aos anos 70 do século XX, engendrando os principais sistemas produtivos, ancorados, principalmente, na economia do excedente. Sobre o signo do trabalho do migrante nordestino, em particular, é que Rondonópolis se tornou a “Rainha do Arroz” e “Rainha do Algodão”, nos anos 50, 60 e 70 do século XX. ( NASCIMENTO, 2000, p 216)

Mais do que produzir concretamente a expressiva produção agrícola em termos relativos, com força de trabalho manual e força motriz animal, o migrante nordestino participou de grande parte da geração e não da apropriação da renda da terra que se deu por parte do capitalista mercantil (fazendeiro, financiador da produção ,intermediários da compra e venda de mercadorias, caminhoneiros, especulador de terras), o que possibilitou a expansão da acumulação de capital na região (e portanto do crescimento econômico e desenvolvimento), continuamente com sua articulação comercial com outras regiões brasileiras, construindo as bases para a etapa posterior na qual se deram tanto a expansão do capitalismo no campo propriamente dito, quanto a integração econômica da região à cadeia produtiva agroindustrial nacional e internacional. Fases cujos principais agentes históricos puderam ser então os migrantes sulistas e sudestinos capitalizados e semi-capitalizados e também o capital monopolista nacional, internacional e o Estado.

O sistema de escravidão por dívidas, sistema de barracão ou carranquice na região de Rondonópolis – MT afetou, principalmente, os nordestinos e dentre eles, os negros e brancos pobres.

Podemos perceber enfim, que atingiu os que são considerados negros socialmente falando<sup>21</sup> e envolvia formas simples e que passavam pelas seguintes etapas: 1) agenciamento da força de trabalho, geralmente em alguma localidade nordestina (sertão, agreste); 2) transporte do trabalhador para a região de destino, de caminhão pau-de-arara, ou de ônibus, com as passagens e a alimentação pagas pelo agenciador de mão-de-obra, o que estabelecia uma dívida do trabalhador rural nordestino para com o intermediário da contratação da força de trabalho(o chamado “gato”); 3) ao chegar ao local de destino o trabalhador contratado verbalmente, podia ser levado diretamente para a fazenda a ser implantada ou em implantação, caso isso ocorresse, o “gato” recebia do fazendeiro ou de seu representante a dívida até então acumulada pelo trabalhador rural, transferindo a dívida deste último para o fazendeiro ou capataz; 4) caso o trabalhador não fosse diretamente para a fazenda, geralmente, permanecia num hotel ou pensão, temporariamente à espera de quem viesse contratá-lo verbalmente. Nesse caso, o “gato”, vendia a dívida para o dono do hotel, ou seja, transferia para o dono do hotel a dívida que o trabalhador rural tinha com ele. O peão permanecia no hotel onde se alimentava e residia, temporariamente, aumentando sua dívida ainda mais. Caso o peão freqüentasse os prostíbulos, em torno do hotel, o que não era nada incomum, o custo de seus prazeres sexuais eram acrescentados à sua conta no hotel; 5) a conta era finalmente paga quando um fazendeiro ou seu “gato” vinham recrutar os peões na hospedaria, dando-se, dessa forma, a transferência completa da dívida do peão para o representante do capital mercantil, na figura do latifundiário.

Uma outra forma de abono acontece quando o “gato” após pagar a conta no hotel adianta uma certa quantia para o peão, poder ir se divertir/despedir da cidade passando uma noite na “farra” entre bebidas, dança e mulheres, geralmente em algum prostíbulo. Isto acarreta um endividamento maior ainda do peão para com o “gato”. E a redução do peão de vendedor de sua força de trabalho em objeto, mercadoria de propriedade do “gato”.

A maioria das prostitutas que participavam deste esquema em Rondonópolis eram negras (segundo critério do IBGE (2010) negro é preto mais pardo), e a cor da pele vai escurecendo na mesma medida em que a degradação do local de trabalho vai aumentando e o preço vai caindo também. As mulheres mais claras cobram mais e estão nas áreas mais nobres e nas casas mais elegantes e sofisticadas. As mulheres com o biotipo mais africano cobram menos e estão nos lugares mais degradados e pobres, a “ZBM” (Zona do Baixo Meretrício) que estava localizada numa região

---

<sup>21</sup> Um negro, socialmente falando, é um modelo social que deve ser analisado como um conjunto de contribuições afro-brasileiras sincretizadas, primeiro entre si, e depois com a sociedade nacional envolvente.

bem decadente da cidade, onde disputam clientes nos bares ou nas ruas com os travestis, que na sua maioria são negros também.

A ligação entre o dono do hotel, o fazendeiro e o “gato” está contida num depoimento de um dono de hotel que na década, de 1960 e 1970 fazia essa transação para alguns fazendeiros da região de Rondonópolis, como nos mostra, OLIVEIRA:

“(...) O fazendeiro dava a palavra, a gente acreditava naquela palavra, ele dava a gente quantidade (...) e a gente ajuntava aquela quantidade (...) então quanto tinha quantidade, aí de quinze, vinte peão, aí ele chegava, encostava o caminhão eu dava a relação para ele, ele acertava e levava aquela caminhãozada de peão (OLIVEIRA, 2000, p 85).

Nesses hotéis, que geralmente estão estabelecidos ao redor das rodoviárias, em bairros decadentes ou próximos de prostíbulos, os quartos são coletivos, onde existem redes dependuradas ou várias camas. Se o “gato” é, conhecido, pode indicar o peão para o dono do hotel e este passa a debitar ou colocar as despesas na conta do “gato”, que em alguns casos são sócios ou até mesmo donos dos hotéis. A dívida contraída com o dono da pensão é negociada entre o “gato” e o dono do hotel sem a inferência do trabalhador rural.

Essa dívida que é negociada (transferida) é repassada ao peão muito maior (superfaturada) do que é na realidade criando dessa forma, a dependência do peão com o fazendeiro ou o “gato” que a utiliza para justificar a exploração a que submeterá o trabalhador.

O recrutamento ou aliciamento dos trabalhadores começa, quando o empreiteiro, que em alguns casos pode ser o “gato” é contratado por um fazendeiro, ou empresa agropecuária para a execução de um serviço de “derrubada”, feitura de cercas, plantio de pasto, feitura de roça, plantio de arroz/soja. Esse contrato é formal e em alguns casos registrado em cartório<sup>22</sup>.

O “gato” busca inicialmente os trabalhadores rurais mais próximos que estão empobrecidos devido a pouca produtividade da terra e da falta de recurso financeiros. São na sua maioria posseiros

---

<sup>22</sup> O Ministério Público já encontrou cooperativas de “gatos” que procuram legalizar os negócios registrando os trabalhadores.

ou parceiros, que se proletarizaram-se, esse agenciamento acontece no período da entressafra. Porém, com a divulgação dos maus-tratos, o cerceamento da liberdade e o não pagamento do preço combinado, essa mão-de-obra local vai ficando arredia ao aliciamento, o que obriga o aliciador a procurar mão-de-obra em outros lugares. Isso ocorre também, quando a mão-de-obra local é insuficiente para realizar o trabalho, no prazo estabelecido em contrato.

O aliciador vai a uma região pobre, miserável ou que está atravessando uma situação difícil, devido a alguma catástrofe natural e oferece aos jovens várias vantagens (preços atrativos, fartura de trabalho, alimentação, moradia, transporte de qualidade), sendo que em alguns casos o trabalhador recebe um adiantamento (abono) que ele deixa com a família para que ela “agüente” até ele começar a mandar dinheiro do seu trabalho, começando aí o processo de escravização.

Os trabalhadores que tem sorte depois de terminado o trabalho são deixados no hotel para esperarem um novo contrato, sem dinheiro não podem sair pois são vigiados pelos dono do hotel para que não saiam sem pegar. Eles não têm escolha, na não ser ir com o mesmo “gato”, ou outro, mantendo sempre a esperança de que tudo vai dar certo desta vez. A justificativa do dono do hotel para participar do esquema de escravidão dos peões é de que eles não sabem mexer com dinheiro, que vão ser roubados, que são como “crianças”, pobres vítimas dos espertalhões, enfim, são seres sem juízo e por isso precisam ser protegidos.

A exploração sobre os trabalhadores rurais pode acontecer de outra forma. O “gato” ou empreiteiro pega uma área para plantar, ou derrubar e agencia um determinado número de pessoas que ao término do trabalho não recebem pelo serviço realizado, o “gato” foge ou anuncia que o dinheiro acabou ou diz que não recebeu.

Algumas fazendas mantêm uma rígida diferença entre trabalhadores rurais permanentes e temporários. Os primeiros recebem salários mensais e são registrados, sindicalizados, ou seja, estão dentro da legalidade. Os outros não tem garantia nenhuma, trabalham por empreita e são contratados pelo “gato” para realizarem a tarefa, não tendo nenhum vínculo com a fazenda, conforme nos mostra o Sr. Sebastião:

O sujeito pegava a roça pra fazer, o dono da terra estava lá em São Paulo, quando ele vinha aqui empreitava a roça para fazer e o cara (gato) pegava aquela roça para fazer. Fazia aquela roça e falava que ia buscar o dinheiro na cidade e sumia, com o dinheiro todo. Pronto! Você vai fazer o que?



Ir atrás de quem? Você não sabe onde ele tinha ido. Naquele tempo não tinha estrada por aqui.<sup>23</sup>

Essas pessoas eram vítimas do sistema capitalista, que prima em tempos de Modernidade e Pós-Modernidade pela exploração do ser humano por outro ser humano, às vezes, ainda sob a forma de escravidão. Isso reflete na cultura, onde percebemos claramente que há uma divisão entre as várias camadas sociais e (“raciais”) que disputam poder, prestígio e ganho. Dominantes e dominados detentores dos meios e modos de produção versus os que nada tem a não ser a sua prole e que são oferecidos no mercado a baixo preço.

A escravidão por dívidas é um aparente paradoxo no desenvolvimento do Capital, onde a “Modernidade” convive com o atraso (o escravo), mas é diferente da escravidão negra do Sistema Escravista (1532-1888) abolida, oficialmente, no final do século XIX. Essa nova modalidade de escravidão é um novo tipo de exploração dentro do sistema capitalista agro-exportador que em parceria com o trabalho livre (assalariado) cria uma categoria de trabalho não livre. Como nos mostra MARTINS:

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quando incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as recria, mas agora como momento do seu processo e reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada. (MARTINS, 1995, p 05) (grifo nosso).

Além dos problemas ecológicos o avanço da produção de soja na Amazônia e no cerrado fomentam a exploração da mão-de-obra escrava na região sojicultora<sup>24</sup>. Há uma estreita vinculação

---

<sup>23</sup> Entrevista realizada no dia 14/05/2006. Com o Sr. Sebastião de Araújo.

<sup>24</sup> Segundo o Relatório “Comendo a Amazônia” divulgado pela Organização não Governamental – GREENPEACE. Ver site [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br). E Jornal A Tribuna. Soja impulsiona exploração da mão-de-obra. Data 08/04/2006. pesquisa realizada no dia 06/04/2006.

entre os Estados que estão na vanguarda da expansão da soja (fronteira agrícola) ao trabalho escravo e o aumento das mortes no campo. Em Mato Grosso há números que indicam que 40,8% da população rural esteve envolvida em conflitos, sendo que 6,2% sofreram despejos. Ou seja, de cada dez trabalhadores rurais quatro estavam em conflito pela terra.<sup>25</sup>

Mato Grosso é o segundo Estado em utilizar trabalho escravo, perdendo apenas para o Pará. Sendo que em 2005, houveram 2.099 trabalhadores escravizados.<sup>26</sup> O Ministério do Trabalho e Emprego elaborou um Cadastro de Empregadores (Lista Suja) que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo. O Empregador que tiver o seu nome no cadastro não terá direito a recursos financeiros, a benefícios fiscais e serão constantemente fiscalizados pelo Ministério do Trabalho<sup>27</sup>. Em 2005, foram libertados mais de mil trabalhadores da destilaria Gameleira, no município de Confresa, No Norte de Mato Grosso, sendo que os trabalhadores eram de Pernambuco, Alagoas e Maranhão. Em Juscimeira<sup>28</sup> há registro de trabalho escravo na SR Indústria e Comércio de Derivados da Cana-de-açúcar Ltda em 2004<sup>29</sup>, três trabalhadores foram libertados pelo Ministério Público.

Encontramos na Lista Suja do Ministério do Trabalho e do Emprego o nome de vários empresários do agronegócios em Rondonópolis, sendo que na fazenda de um deles a fazenda Rio Verde, uma das maiores vendedoras/produtoras de sementes da região, cuja sede fica na Rua Dom Pedro II, no Centro da cidade, está envolvida com o trabalho escravo porque 08 trabalhadores foram libertados em julho de 2005.<sup>30</sup> Percebemos que a cidade está exportando a prática da escravidão por dívida para outras regiões do Estado de Mato Grosso, ou seja a escravidão vai acompanhando a Fronteira Agrícola e sendo utilizada para maximizar o lucro e minimizar o custo de formação e produção das fazendas.

A indústria da escravidão por dívidas se beneficia da falta de vontade do Governo, da morosidade da justiça, da máfia de recursos, de liminares, da burocracia estatal e da demora de se efetivar um projeto que viabilize a inserção sócio-econômica dos trabalhadores libertos, que na

---

<sup>25</sup> Relatórios Conflitos no Campo, Brasil, 2003. Apresentado no II Simpósio da Questão Agrária da UNESP-França em 13/04/2004.

<sup>26</sup> Jornal A Tribuna. Op cit. p. 06.

<sup>27</sup> Sobre a lista suja ver [www.mpte.gov.com.br](http://www.mpte.gov.com.br)

<sup>28</sup> Cidade situada a aproximadamente 60 km de Rondonópolis e a 150 Km da capital Cuiabá

<sup>29</sup> Jornal A Tribuna. Direitos Trabalhistas. 30/10/2004. Pesquisa realizada em 10/05/2006

<sup>30</sup> Conforme Lista Suja em Anexo 01 folha 03, ou no site [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).

maioria das vezes voltam a ser escravizados<sup>31</sup>. Escravos esses que, na sua maioria, são formados por nordestinos (negros e brancos pobres), analfabetos, sem documentação o que torna mais fácil a sua escravização, exploração e possível desaparecimento.

Em algumas situações o gato dentro do ônibus recolhe as Carteiras de Trabalho e os documentos pessoais dos trabalhadores para que não possam sair sem pagar a dívida. Ou seja, para que eles fiquem totalmente a mercê dos desmandos do agenciador e tenham dificuldades de locomoção nas cidades, pois a posse dos documentos é uma das prerrogativas para se locomover utilizando o sistema de transporte vigente (ônibus comerciais).

### A exploração étnica

O negro na história de Rondonópolis, foi um dos que, produziu riquezas através da superexploração na Fase Pioneira e após a Fronteira Agrícola. Ele chega, provavelmente, em tempos imemoriais, se fixa no final do século XIX<sup>32</sup> e no início do século XX, na busca de terras que estavam sendo doadas pelo governo ou vendidas pelas colonizadoras particulares<sup>33</sup> principalmente nas décadas de 1950 do século passado. Apesar, que não tem tido abrangência significativa como teve as colonizações públicas.

Esses nordestinos que, conseguiam um pedaço de terra, trabalhavam de forma rústica, utilizando sua própria força física. O que limitava a sua produção e gerava, quando muito, um pequeno excedente, que era comercializado no mercado local. Uma das formas de “burlar” as limitações provocadas pela falta de mão-de-obra era utilizar as derrubadas do cerrado, limpar o terreno, plantar colher, ou seja, havia a necessidade da união de um grupo de amigos para viabilizarem a produção.<sup>34</sup>

Os pequenos produtores que utilizavam, ocasionalmente, a mão-de-obra comunitária para viabilizarem a sua plantação não enriqueceram, pois eram explorados pelo Capital Mercantil, via comerciantes locais ou atravessadores, que por sua vez trabalhavam para os grandes atacadistas

---

<sup>31</sup> Conforme explicação do Ministério Trabalho e Emprego, a falta de opção acaba levando os trabalhadores a tentarem a sorte novamente com o “gato”, na esperança de que desta vez terão sorte no trabalho.

<sup>32</sup> Destacamento militar de Ponte de Pedra que fica a aproximadamente 08 km de Rondonópolis.

<sup>33</sup> Eram lotes que variavam de 5 a 30 hectares

<sup>34</sup> Essa passagem é ilustrada nos depoimentos sobre os mutirões que colhemos nas entrevistas, principalmente com os filhos do sr. Militão.

nacionais que manipulavam o preço dos produtos primários para conseguirem manter sempre em crescimento seus lucros, obtidos com a exploração do pequeno produtor através da sua produção ou da exploração da sua força de trabalho, enquanto proletariado.

O agricultor está preso a terra, mas a terra não está presa a ele, pois, quando acontece a concentração fundiária eles são alijados através da expulsão do campo via falta de recursos financeiros e logísticos. O trabalhador rural busca junto aos bancos oficiais empréstimos para viabilizar a produção e quando consegue, o valor é irrisório, devido a sua propriedade ser pequena e ele não possuir nenhuma outra garantia, ou seja, não tem um bem, além da sua terra para oferecer como garantia na transação financeira. O que acaba levando-o a vender ou hipotecá-la, junto aos grandes comerciantes ou atravessadores. Após o endividamento e de não conseguir pagar o empréstimo tem que vender ou entregar a sua propriedade para pagar a dívida.

Os migrantes nordestinos, que em sua terra de origem, eram explorados pelo grande fazendeiro e abandonados pelo governo (falta de políticas públicas que auxiliassem na sua fixação na terra) e que sofriam com a falta de recursos e com a miséria crônica quando chegam a região de Rondonópolis alguns recebem seus lotes e acham que chegaram ao paraíso. Se esforçam para obter a fatura, que por um curto período de tempo conseguem mas, depois há a superexploração, através da escravidão por dividas, dos baixos preços pelo qual vendiam a sua produção.

O capital mercantil utiliza desses meios pra regularizar a produção e se apropriar do excedente, ou de toda a produção no caso do produtor ter vendido antecipadamente a sua colheita ou tenha trocado ela por mantimento no comércio local como ocorria com freqüência na região.

Nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, temos o trabalhador rural com seu lote, geralmente doado pelo governo (NASCIMENTO, 2000, p 251), entre outras culturas plantava o arroz, sendo financiado pelos grandes comerciantes locais que recebiam em troca a produção, que era comprada através do preço estabelecido pelo próprio comerciante. Porém, as mercadorias fornecidas pelos mesmos eram superfaturadas, causando com isso uma dependência entre os comerciantes e os camponeses que, em alguns casos, perdiam suas terras em decorrência das dividas contraídas.

Uma outra forma de exploração acontecia quando o camponês tinha que pegar empréstimos no Banco do Brasil e utilizava como fiador um grande comerciante ou atravessador e não conseguia cumprir os prazos de pagamento e o banco não renegociava a sua dívida ele perdia as terras para o fiador que por ter um patrimônio maior e mais poder político conseguia viabilizar a renegociação das dividas contraídas pelo pequeno produtor que na maioria das vezes era inferior ao valor de mercado

das suas terras. Dessa forma temos a contribuição indireta da pequena produção pra a concentração de terras, quer eram muito mais valorizadas por que já estavam totalmente ou parcialmente formadas.

O empobrecimento do pequeno produtor e a proletarização causada pela exploração do Capital Mercantil ocasionaram a desestruturação da pequena propriedade e facilitaram a aquisição das terras para ser utilizada pelos especuladores fundiários. O Governo dificultava o acesso do trabalhador rural migrante pobre a terra através da diminuição das doações de lotes aos migrantes acabando com o sonho destes de ter o seu “pedacinho de terra”.

Os trabalhadores rurais que vinham nas ondas migratórias ao não conseguirem terras procuravam emprego, nas fazendas de gado ou de arroz (décadas de 1950/60) ou ficavam na cidade, na periferia, geralmente morando em bairros sem nenhuma infra-estrutura, longe do centro da cidade. Bairros que tem sua origem em invasões urbanas(grilo). Porque a região de Rondonópolis era referência para os fluxos migratórios, principalmente nordestinos que se dirigiam ao Estado de Mato Grosso. Isso se deve a ação do Estado enquanto viabilizadora de infra-estrutura para o capitalismo (construção de estradas, ampliação, melhoramento do fornecimento de energia elétrica, segurança, empréstimos, etc..).

Com a implementação das infraestrutura, com a inserção do Estado na Amazônia Legal<sup>35</sup> permitindo o acesso a incentivos da SUDAM<sup>36</sup> e do PRODOESTE<sup>37</sup>, que construiu, ampliou e reformou estradas federais(BR 163 e 364), os empréstimos a juros subsidiados, a política de preços agrícolas mínimos que garantia uma renda mínima para o agricultor, fazia do Estado, o grande financiador do desenvolvimento agrícola da região de Rondonópolis. Esses fatores impulsionaram a região para um desenvolvimento maior e acelerado. Porem, não propiciaram ao pequeno produtor ascender socialmente junto com a região, ou melhor não propiciou oportunidades iguais para todos os brasileiros, ao contrário só beneficiou os grandes proprietários de terras que tinham melhores condições para desenvolver o tipo de agricultura da qual o Governo necessitava e que era voltada, pra a exportação e a criação de divisas.

A população que morava no campo não teve acesso, na sua maioria, ao grande desenvolvimento e a prosperidade ocasionada pela agricultura, devido a uma série de fatores, dentro os quais podemos destacar: A exploração do Capital Mercantil que mantinha e utilizava da

---

<sup>35</sup> O Estado de Mato Grosso foi incluído na Amazônia Legal em 1972.

<sup>36</sup> Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

<sup>37</sup> Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste.

mão-de-obra barata desses trabalhadores (escravidão por dívida ou assalariado) para aumentar o seu lucro. A manipulação dos preços agrícolas produzido pelo pequeno produtor, para baixo, o que lhe impedia de obter uma renda significativa e acumular capital ou adquirir mais terras. A falta de incentivos estatais que fixassem o homem no campo na forma de proprietário. A forma com que os assentamentos foram realizados (minifúndios) com lotes de 5 a 35 ha o que inviabilizou a sua capitalização e com o crescimento da família a agricultura de subsistência também ficou comprometida. O fim das colônias públicas, sendo que, apenas através da compra é que se poderia obter a posse legítima das terras. O que praticamente inviabiliza a aquisição de terras para a maioria dos migrantes (negros e brancos pobres). O grande fluxo migratório que fluiu para a região de Rondonópolis acarretou um aumento da mão-de-obra e conseqüentemente a diminuição do valor de venda da sua força de trabalho. A expulsão de parte dos trabalhadores rurais das colônias públicas pelo poder econômico ou através de ameaças ou violências físicas e psicológicas.

A maioria da população migrante foi segregacionada devido a sua condição de excluído para a periferia da cidade, onde o aluguel é barato. Em casos extremos, nos bairros que surgem através de invasões de trabalhadores, que foram expulsos do campo nas décadas de 1970 e 1980 devido a Modernização Parcial e Conservadora<sup>38</sup>, que atinge alguns ramos da agricultura como arroz, soja e pecuária aumentando a produção agrícola para o consumo industrial e a exportação. Mas ao mesmo tempo em que produzia riquezas, concentrava renda e propriedade, gerando desemprego e o êxodo rural-urbano.

A modernização conservadora, não trouxe, a princípio, um desenvolvimento homogêneo para o setor agrícola, apenas 34% dos trabalhadores rurais estavam sob um contrato capitalista, ou seja o sistema não conseguiu absorver a maioria dos trabalhadores rurais. Mas, gerou uma enorme fuga do campo para a cidade e a desorganização do sistema de produção baseado no Talhão e a busca pela vida farta, agora ocorre, na cidade, ou em outras áreas rurais.

A soja no Centro-Oeste começa a ser plantada a partir de 1971, na BR 163, em Rondonópolis com tecnologia norte-americana. Na década de 70, apenas a região era responsável por 2% da soja colhida no Centro-Oeste e em 2004 chegou a 64% sendo que o Estado de Mato Grosso é considerado o líder nacional de produção e produtividade de soja<sup>39</sup>. Ela é, com certeza, o grande propulsor do

---

<sup>38</sup> Chamamos de Modernização Parcial Conservadora, a transformação que acontece no campo com a utilização de técnicas modernas de produção, em algumas culturas enquanto que em outras não há essa utilização. Apesar da tecnologia avançada ela utiliza e mantém a mesma estrutura agrária tradicional baseada na monocultura, latifúndio e mão-de-obra barata

<sup>39</sup> Dossiê Rondonópolis 2005 p 47 – Fonte IBGE- Produção Agrícola Municipal.

desenvolvimento da economia de Rondonópolis, pois a partir do momento que passou a ser cultivada, resultou numa série de mudanças nas áreas rurais e urbanas da cidade, mudanças que não devem ser classificadas somente como boas.

Dentre os fatores que contribuíram para o estabelecimento da soja no cerrado temos: a construção de Brasília e os investimentos em infra-estrutura, a construção de silos e armazéns; baixo valor da terra em Mato Grosso se comparado com a região Sul do país, nas décadas de 1960 a 1980, desenvolvimento de tecnologias para a produção no cerrado, topografia, levemente ondulada, favorecendo o uso de máquinas e equipamento de grande porte e grande oferta de mão-de-obra. Esse desenvolvimento da soja gerou graves problemas rurais, urbanos e ecológicos.

Os impactos ambientais decorrentes do manejo do solo tais como uso de agrotóxico, erosão, compactação, retirada da cobertura vegetal, devido à implantação e monocultura, estavam se expandindo. O arroz foi utilizado para a abertura agrícola do cerrado, em vários casos, e passou a ser substituído pela soja. Essas culturas foram as primeiras a passar pela modernização e tornaram-se, as que mais contribuíram para a questão ambiental decorrente de práticas agrícolas.

A soja é um produto basicamente de exportação, pois seu consumo interno, em forma de grãos, é muito pequeno. A sua expansão e o da indústria de esmagamento teve como principal incentivador o Governo Federal através da viabilização de infra-estrutura básica necessária<sup>40</sup> ou através da criação de Leis como a 4.829 de 05 de Novembro de 1965, chamada de Lei do Crédito Rural, que tinha como objetivo criar um mercado de crédito mais amplo, e obrigar as instituições de crédito particulares a emprestar dinheiro para a agricultura.<sup>41</sup>

Ao transferir para a iniciativa privada parte da obrigação de financiar a agricultura o Governo priorizou os grandes fazendeiros em detrimento dos pequenos. Em 1985 3% dos financiamentos, destinavam-se a áreas de até 10 hectares, 25% destinavam-se a áreas de 10 a 100 hectares, e 72% ficou com os produtores que possuíam áreas superiores a 1.000 hectares.<sup>42</sup> Essas medidas vão beneficiar principalmente o Capital Estrangeiro e os grandes produtores. Para iniciar a produção da soja no cerrado o custo/investimento de produção tende a ser muito alto no início da plantação e a cair com o passar dos anos, por isso a produção tem que ser feita em larga escala.

---

<sup>40</sup> Podemos citar como exemplo o PROCAL (Programa Nacional de Calciário) criado em 1975, quando o Banco do Brasil tinha uma linha de crédito sem juros e sem correção, com prazo de até 08 anos para o pagamento.

<sup>41</sup> Essa Lei não surtiu o efeito desejado pois os bancos como Itaú e Bradesco criaram Cooperativas agropecuárias e um emprestava dinheiro para o outro.

<sup>42</sup> Fontes: Censo Agrícola e Pecuária de 1985. Fonte IBGE- Produção Agrícola Municipal.

A produtividade em Mato Grosso é um dos fatores que contribuiu para o baixo custo da produção. Que é conseguida através do clima propício, e tecnologias conseguidas através de pesquisa especializada.<sup>43</sup> Esses fatores elevou a produtividade apesar de que na área plantada não ter havido uma expansão significativa.

O desenvolvimento da tecnologia de produção permitiu que houvesse uma maximização da produção, através do melhoramento genético, onde espécies mais adaptadas ao solo e o clima vão ser plantadas; máquinas plantadeiras e colheitadeiras com direcionamento por satélites vão diminuir as perdas na colheita. Esses fatores vão maximizar o lucro dos produtores e dispensar a mão-de-obra, ou explorá-la ao máximo.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil enfrentava uma crise financeira que resultou, dentre outros fatores, na moratória decretada pelo Governo de José Sarney (1985-1990) que agravou ainda mais a situação econômica do país. A economia rondonopolitana foi afetada por estar voltada para o crescimento externo, onde podemos caracterizar as nuances de um capitalismo agrário, ou melhor um sistema econômico baseado na exportação, o Capitalismo Mercantil Internacional. Onde a soja<sup>44</sup>, enquanto, carro chefe das exportações principalmente para a Europa, vai servir de alimento(ração) para o gado, desta forma a maior parte é exportada em forma de grãos.

A economia dependente do município de Rondonópolis, voltada para a exportação, que tem como base o Capitalismo Mercantil, exportadora de produtos primários e importadora de produtos industrializados, não conseguiu superar a crise econômica da década de 1980 e entrou numa recessão. Sendo que, a população pobre foi a mais afetada, pois diminuíram as ofertas de emprego e aumentou a informalidade.

Essa tendência a exportar é decorrente da conjuntura internacional que mantém a economia presa ao modelo agrário-exportador que lhe propicia obter dólares, que por sua vez, serão utilizados para pagar os juros da dívida externa. O mercado internacional da soja ou mesmo de outros produtos primários são controlados por grandes empresas vinculados ao agronegócio<sup>45</sup>, que manipulam os preços sempre em prejuízo dos produtores.

---

<sup>43</sup> Em Rondonópolis podemos destacar a Fundação Mato Grosso e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que desenvolvem pesquisas voltadas para a agricultura.

<sup>44</sup> A economia local é sustentada pela pecuária de corte, e está voltada ao consumo interno e a exportação.

<sup>45</sup> Segundo Relatório do Greenpeace as Trades Internacionais ADM, CARGILL, BUNG E AMAGI, controlam o preço do produto. [www.greenpeace.com.br](http://www.greenpeace.com.br). comendo a Amazônia. Acesso em 02/08/2006)



O setor agropecuário que existe no município, esta baseado na concentração de terras, recursos e riquezas. O que agrava a questão urbana ao intensificar a migração do campo para a cidade. Houve uma saída em massa do campo para a cidade nas duas ultimas décadas devido a uma mudança na estrutura produtiva, o que gerou um aumento na oferta da mão-de-obra e conseqüentemente a sua desvalorização. A substituição das culturas familiares pelas pastagens (Talhão), os latifúndios, a monocultura, a escravidão por dívidas são considerados fatores que geram a expulsão do campo. E a sedução das cidades, as ofertas de emprego, as mínimas garantias sociais são consideradas fatores atrativos que fazem com que o trabalhador rural deixe o campo (êxodo-rural) e vá para a cidade (êxodo rural-urbano) gerando uma concentração urbana descontrolada.

Como podemos perceber a população rural devido ao êxodo para a cidade ou para outras áreas rurais está diminuindo a cada ano, mas isso não representa perda na produtividade agrícola. A tecnologia substitui a mão-de-obra de um lado temos alta produtividade e do outro baixa ocupação humana, obtendo como resultado, o agravamento dos problemas sociais urbanos.

A população migrante, durante a fase da Fronteira Agrícola (1940 a 1980) construiu a maioria das riquezas de Rondonópolis, acumulando também as bases para a arrancada da fase seguinte (Fase da Integração Econômica: 1980...). Enfim, foram os trabalhadores rurais, nordestinos e negros, majoritariamente, os maiores artífices de nosso desenvolvimento.

#### Bibliografia

- CARVALHO. Aparecida Mitie Sassagima de. **O negro no mercado de trabalho em Rondonópolis-MT**. Rondonópolis- MT. Dpto de História. UFMT-R, 1999. Monografia de Especialização. mimeo.
- GOETTERT, Jones Dari. **O vôo das pandorgas**: migração sulista para Rondonópolis- MT. Presidente Prudente. FFLCH/USP, 1997. Dissertação de Mestrado, mimeo.
- GUIMARÃES, Antonio S. & HUNTLEY, Lynn (org). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- MACIEL, Joslene Pereira. **Migração Nordestina para Rondonópolis- MT – 1950 1970**. Rondonópolis- MT. Dpto de História. UFMT-R, 1999. TCC mimeo.

MARTINS, José de Souza. ***O poder do atraso, ensaios de Sociologia das História Lenta***. São Paulo: Hucitec,1994.

NASCIMENTO, Flávio A. da Silva. ***Racismo Brasileiro, uma pequena introdução crítica***. UFMT/R-Depto História. 2000.

PEREIRA, Antutérpio Dias. ***A classe média negra em Rondonópolis***-UFMT/R – 1998.

## EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER NO CURRÍCULO ESCOLAR

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus<sup>46</sup>

Regina Suzi Soares<sup>47</sup>

Rafael Sebastião Cicero<sup>48</sup>

Vagner Haubricht Pinheiro<sup>49</sup>

Mônica Santana Cardoso<sup>50</sup>

Francisco Bandeira Amaral<sup>51</sup>

Fabricio Carlos Lenzi<sup>52</sup>

### RESUMO

Nesta apresentação Começaremos explicando que na sociedade rondonopolitana o racismo não se restringe as relações étnico-raciais, visto que avança para domínios inesperados por que quando o governo estadual depois de encerrar autoritariamente o espaço indígena, implantou colônias públicas na região por meio da distribuição de lotes, uma parcela dos nordestinos será a maior beneficiada, mas como não tinha recursos para fazer a terra render por muito tempo devido economia camponesa ser limitada, eles acabam tendo que trabalhar para os outros, principalmente para os grandes fazendeiros nas décadas de 1940, 50 e 60 do século passado, ocasionando com isso uma ruptura nos trabalhos comunitários (mutirão) que eram feitos pelos pequenos proprietários, em que um ajudava o outro no plantio e na colheita da roça, diminuindo assim seu êxito na agropecuária. Entretanto, o que se coloca como racismo institucional e sistêmico se dá contra o trabalhador rural, no caso majoritariamente negro, embora tal medida alcance também o branco pobre.

---

<sup>46</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>47</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>48</sup> Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>49</sup> É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>50</sup> Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>51</sup> Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>52</sup> Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

Palavra Chaves: Currículo, poder, educação

## Introdução

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar. (Nelson Mandela)

Neste texto trabalharemos com alguns conceitos como o de racismo e discriminação que pode ser entendido como um processo de separação existente entre os indivíduos, que se estabelece pela diferença, seja esta de ordem social, etnicorracial, religiosa, cultural, econômica, política, linguística ou fenotípica.

Escolher uma etnia para exercer tal papel, qual seja: desbravar a região, construir os sistemas agrícolas de base, em lotes mínimos, e que gera a produção de gêneros alimentícios de pobre (arroz, feijão, mandioca, etc), valorizando a região com a produção do excedente (arroz, algodão) e que depois esses trabalhadores se converterão, no centro urbano, em estoque de mão-de-obra barata para o Capital, através do êxodo rural. É nisso que se constitui o racismo sistêmico e institucional contra o negro, porque essas pessoas deslocadas para a fronteira agrícola de Rondonópolis são nordestinas e predominantemente negras (por tabela, o branco pobre, minoria, vem junto). Isso é racismo institucional e sistêmico, por que com essa gente? E por que, para essa gente, é que são constituídos tais planos.

Essa gente é que vai expandir a fronteira agrícola para os outros na forma de colonização, fluxos migratórios e que depois se proletarizará para ser usada, depois, na cidade como Exército Industrial de Reserva de mão-de-obra.

Não se fez isso com os outros migrantes esses quando migraram para Rondonópolis nos anos de 1980 a 1990, serão capitalizados, financiados pelo Governo e terão a tecnologia da soja ao seu dispor e garantia, ao menos de início, da compra do Governo e de uma política de preços mínimos.

A discriminação está intrinsecamente vinculada ao conceito de racismo que é a falsa ideologia de que diferenças (reais ou imaginárias) orgânicas e intelectuais, geneticamente transmitidas entre grupos humanos, são intrinsecamente associadas à presença ou à ausência de

algumas características ou capacidade socialmente significativas e, portanto, que tais diferenças constituem uma base legítima de distinções injustas entre grupos socialmente definidos como raças.

Existem três tipos de racismo (individual, cultural e o institucional). Neste artigo trabalharemos com o racismo Institucional que tem dois sentidos: o primeiro é a extensão institucional de crenças racistas individuais, o que gera a criação e o emprego de instituições devidamente constituídas, a fim de manter uma vantagem racial com relação às outras “raças”. O segundo é decorrente de algumas práticas institucionais que atuam de forma a limitar, a partir de bases raciais, as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de indivíduos a outras posições. Podemos citar como exemplo prático quando um gestor público muda o horário das creches municipais de 12 para 6 horas de atendimento. Prejudicando na sua maioria as mães e pais (na sua maioria negros) que precisam trabalhar e não tem com quem deixar as crianças e não tem condições de pagar as mensalidades das creches particulares. Em nome da eficiência da gestão prejudica-se milhares de pessoas. Sendo que a economia podia ser feita de uma forma mais eficiente cortando os altos salários dos cargos do primeiro escalão do governo municipal.

O Estado ao ser acusado de praticar o Racismo Institucional utiliza como defesa a ideologia da “democracia racial” (oportunidades iguais para todos) que é utilizada para silenciar e diminuir a presença do negro na sociedade.<sup>53</sup> Não podemos ter democracia racial se não se temos plena e completa democracia social, política, econômica e cultural.

As desigualdades sociais e econômicas existentes entre brancos e negros no Brasil, que se traduzem em um surpreendente quadro de desigualdade racial, mostram que as mulheres negras formam o elo mais frágil desta relação. Este quadro é extremamente agravado pelo tamanho das diferenças existentes entre os gêneros. Há uma necessidade gritante de se ressaltar, por exemplo, que apenas as desigualdades de gênero não conseguem caracterizar a situação social, política e econômica das mulheres negras brasileiras. Precisamos incluir, no caso das mulheres negras a dimensão racial que constitui uma variável fundamental que determina a posição social, econômica e política que ocupam.

A pobreza e a marginalidade a que é submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida. O ingresso no mercado de trabalho do negro ainda criança e a submissão a salários baixíssimos reforçam o estigma da inferioridade em que muitos negros vivem. Contudo, não

---

<sup>53</sup> MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Ltda, 1994. P 89

podemos deixar de considerar que esse horizonte não é absoluto e mesmo com toda a barbárie do racismo há uma parcela de mulheres negras que conseguiram vencer as adversidades e chegar à universidade, utilizando-a como ponte para o sucesso profissional.<sup>54</sup>

O reconhecimento dessa invisibilidade, bem como o questionamento e embate promovido pelo feminismo negro, permitiu perseguir uma visão mais plural do debate de gênero e das perspectivas de subordinação a que estavam submetidas mulheres negras. Neste contexto, a percepção da vivência de uma “dupla discriminação” experimentada por estas mulheres se tornou bastante discutida, respaldada pela expressiva desigualdade que estrutura o espaço social destes sujeitos e pelas denúncias do movimento negro principalmente no que se refere ao racismo e ao machismo na Educação.

### **Educação, Gênero e a descolonização dos currículos?**

A educação é uma prioridade para estas famílias de baixa renda e se apresenta como uma das formas de possível mobilidade social ascendente para os seus filhos, por isso outro desafio é vencer as desigualdades educacionais entre brancos e negros no Brasil.

Os resultados do último censo do IBGE (2010), mostrou que houve progresso na educação no Brasil em todos os níveis educacionais e para todos os grupos raciais porém as desigualdades permanecem. A taxa de analfabetismo entre pessoas pretas ou pardas de 15 ou mais anos de idade era de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos. Ou seja, a taxa dos negros é mais do que o dobro da dos brancos.

É preocupante também a proporção de analfabetos funcionais<sup>55</sup>, que é o dobro da taxa de analfabetos e a diferença entre brancos e negros se mantém inalterada. Em relação aos anos de

---

<sup>54</sup> SILVA, Maria Nilza da. A Mulher Negra. Revista Espaço Acadêmico. Ano II-n. 22. Março de 2003.

<http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm> - acesso em 15/02/2014.

<sup>55</sup> A condição de analfabeto funcional aplica-se a indivíduos que, mesmo capazes de identificar letras e números, não conseguem interpretar textos e realizar operações matemáticas mais elaboradas. Tal condição limita severamente o desenvolvimento pessoal e profissional. O quadro brasileiro é preocupante, embora alguns indicadores mostrem uma evolução positiva nos últimos anos. Ver <http://www.cartacapital.com.br/revista/758/analfabetismo-funcional-6202.html>

estudo a média do país é de 7,4 anos, sendo que os negros possuem em média dois anos de estudo a menos que os brancos.

Vários estudos apontam que a origem das desigualdades devem ser pesquisadas a partir de um conjunto complexo de fatores, que tem como princípio norteador o racismo, podemos citar como exemplo, a renda familiar, que para o Ipea

“São percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, mulheres negras quando comparadas aos domicílios chefiados por homens. A renda per capita de uma família chefiada por homens brancos é de R\$ 997,00, enquanto que as famílias chefiadas por mulheres negras é de apenas R\$ 491,00. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganha até 1 salário mínimo, quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos a taxa cai para 41%.”<sup>56</sup> (IPEA, 2009)

Para a Rosana Heringer a redução das desigualdades entre os gêneros, (levando em conta os fatores educacionais e econômicos) não será alcançada com adoções de medidas paliativas, mas deve se investir maciçamente na busca de melhores condições educacionais de forma ampla através de programas específicos para os grupos mais afetados pela desigualdade, principalmente as mulheres negras.

Mas, para que isso aconteça, precisamos superar nossos preconceitos e lutar por uma descolonização dos currículos escolares<sup>57</sup>, Nilma Lino Gomes, procura instigar a nossa ação intelectual neste sentido através de vários questionamentos,

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. Quais são as respostas epistemológicas do campo

---

<sup>56</sup> Segundo pesquisa do Ipea (2009).

<sup>57</sup> Por descolonização dos currículos escolares entendemos como o fim do eurocentrismo, do machismo, do racismo, a busca por uma escola multicultural, humanista e progressiva. Que respeite as diferenças e busca o igualitarismo sexual, étnico e religioso.

da educação a esse movimento? Será que elas são tão fortes como a dura realidade dos sujeitos que as demandam? Ou são fracas, burocráticas e com os olhos fixos na relação entre conhecimento e os índices internacionais de desempenho escolar? (GOMES, 2012, p. 99).

Como responder a estas indagações se a educação que praticamos está voltada para um realidade alienígena e alienante? Como podemos trabalhar a descolonização dos currículos se não conseguimos descolonizar a nossa alma? A nossa mente ainda está presa a uma formação massacrante, unicultural, conservadora, machista, homofóbica, eurocêntrica e extremamente racista.

Por estes motivos é que consideramos que uma análise sobre a educação brasileira não pode se esquivar destas questões levantadas e principalmente caracterizar o racismo que no Brasil é velado, camuflado de acordo com Flávio Antonio da Silva Nascimento,

“Uma das estratégias mais brilhantes de dominação da elite brasileira é praticar o Racismo e negá-lo, ocultá-lo, deixando aquele que é alvo deste desnorteado, sem defesa e se situando como a maioria, talvez, na esfera da não percepção do fenômeno, ao que reportamos devido ao peso da continuidade dos efeitos da Ideologia da Democracia Racial sobre a nossa gente. Não se sabe se é negro ou não, desconfia – se que não é bem branco; acaba – se assim aceitando a mestiçagem que a Ideologia da Democracia Racial enquadra.”<sup>58</sup> (NASCIMENTO, 2010. P. 15)

O racismo é parcialmente invisível não aparecendo claramente como um dos maiores problemas sociais brasileiros, tanto pelos procedimentos do IBGE, como por aspectos da Ideologia da Democracia Racial, como a crença de que o Brasil é um país miscigenado e da louvação que se faz sobre essa suposição. O fato da elite praticar o racismo hipócrita e glamorosamente negá-lo, também concorre em maior escala para encobri-lo na sociedade e a escola tem um papel fundamental ao transformar esta farsa em verdade institucional.

Segundo Gomes apud Santomé há uma íntima relação entre racismo, currículo e culturas negadas e silenciadas,

---

<sup>58</sup> NASCIMENTO, Flávio Antonio da Silva. O Beabá do racismo contra o negro brasileiro. Rondonópolis/MT: Gráfica Print, 2010. p 15



Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (SANTOMÉ, 1995 1, p. 63).

É necessário abrir um diálogo onde a cultura negra, as questões de gênero, os movimentos sociais, as questões sociais, educacionais se inter-relacionem nos currículos porque apenas discutir cultura negra na sala do educador não resolve as tensões que existem o cotidiano das salas de aula decorrente destas negações e silêncios. Precisamos acabar com a falsa cordialidade (ou falsa harmonia) que existe no meio educacional. O conflito é necessário e ele oxigena as relações educacional e desmascara o racismo que é um dos principais fatores que impede a implantação da Lei 10.639/03 e 11.645/08.

### **A descolonização dos currículos e a Implantação da Lei 10.639/03 e 11.645/08**

No dia 9 de janeiro de 2014 fez 11 anos que o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 10.639/03, que tornava obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira.

Projetos, programas, cursos, minicursos voltados para a preparação dos professores da Educação Básica e concursos específicos para a História da África e do Negro brasileiro foram abertos nas principais instituições federais, estaduais e municipais em várias partes do país. Mas percebemos que ainda há muito a ser feito em termos de pesquisa e ensino para que a Lei 10.639/03 (ampliada pela Lei 11.645/08, com a inserção da obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas), seja efetivamente implantada e venha a modificar o ensino de história e a transformar o processo de ensino aprendizagem no Brasil. Segundo Gomes (2012), em relação a formação dos professores para atuarem dentro da Lei, há vários questionamentos que devem ser levantados,

(...) como lidar com a diversidade cultural e étnico-racial em sala de aula? É possível superar o modelo monocultural de conhecimento e de ensino? Juntamente aos autores Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000, p. 62), podemos indagar: é possível aos professores e professoras incluir a equidade de oportunidades educacionais entre seus objetivos? Como socializar, por meio do currículo e de procedimentos de ensino, para atuar em uma sociedade multicultural? (GOMES, 2012, p. 105).

Vale lembrar que a criação da Lei 10.639/03, só foi possível devido a manifestação dos movimentos negros por uma demanda social historicamente construída através da luta de vários coletivos de negros. Que foram apoiados por alguns setores progressistas das universidades brasileiras que desde a metade do século XX vem pesquisando sobre a permanência do racismo, a história do negro e comprovando as desigualdades raciais.

No universo dos professores de todos os níveis educacionais, existem casos de racismo e preconceito, que não são isolados, e que muitos preferem não ver. Uma pesquisa realizada pela Fipe<sup>59</sup>, financiada pelo Inep<sup>60</sup> indica que 99,3% das pessoas no ambiente escolar demonstraram algum tipo de preconceito etnicorracial, socioeconômico, com relação a portadores de necessidades especiais, gênero, geração orientação sexual ou territorial. Sendo que entre estes, 94,2% tem preconceito etnicorracial.

Esse racismo ambíguo se faz presente em nossa estrutura de desigualdade, em nossas ações cotidianas e na produção do conhecimento. Vários de nós, professores e professoras, temos histórias para contar sobre o silenciamento a respeito da África e sobre a questão afro-brasileira em nossos cursos de formação inicial. Carregamos marcas do tempo da educação básica, quando docentes e colegas manifestavam preconceitos e realizavam práticas discriminatórias em relação aos negros. Convivemos e conhecemos literaturas, materiais didáticos e de apoio pedagógico eivados de estereótipos raciais, sem a devida mediação pedagógica do professor e sem a necessária revisão e atualização das editoras. Em outros momentos, nós mesmos podemos ter sido sujeitos realizadores ou destinatários de tais práticas.<sup>61</sup> (BRASIL, 2014, p. 12)

---

<sup>59</sup> Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica).

<sup>60</sup> Inep (Instituto Nacional de estudos e pesquisa).

<sup>61</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil. Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014. P 12

Para lutarmos contras essas amarras devemos pensar a cultura como um processo dialético, que constrói identidades, criam culturas e ao mesmo tempo são criadas por elas. É por isso que não podemos esquecer que essas culturas são criações históricas. A sociedade brasileira necessita com urgência de uma escola democrática que reconheça, valorize e trate de forma ética e profissional a diversidade étnico-racial. Uma escola que não reproduza em seu interior práticas de discriminação e preconceito racial, mas que, antes, eduque para e na diversidade. Uma escola que se realize, de fato, como direito social para todos, sem negar as diferenças.

Concordamos com Gomes (2012), quando ela alerta que não podemos aceitar que os conteúdos determinados só serão considerados como mecanismos de ruptura do processo de ensino eurocêntrico nas redes de ensino brasileiras quando não forem tratados como “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina que vai sobrecarregar a grade. Há uma necessidade de uma mudança estrutural, conceitual, intelectual, epistemológica e política.

Alguns professores de forma solitária, tem buscado amenizar essas falhas no sistema educacional apontadas pela Lei 10.639/03 e 11.435/08 mesmo com dificuldades extremas: falta de recursos financeiros, de orientação, de formação. Eles tem se organizado e trabalhado com o intuito de oferecer aos alunos uma história diferente que possibilite aos estudantes conhecer e respeitar, valorizar a matriz africana que está na origem da sociedade brasileira.

Melhor seria se esses profissionais pudessem vivenciar de maneira mais próxima algumas experiências culturais que expressam publicamente a relação com essa matriz. Essas lacunas em nossa formação pessoal, profissional e política exigem mudanças de posturas e práticas. Por isso, faz-se necessário recontar a história, dar visibilidade aos sujeitos e suas práticas, e enfatizar a atuação protagonista da população negra no Brasil e no mundo, seus elos com o continente africano e as diferentes culturas produzidas nesse complexo contexto. (BRASIL, 2014, p. 18)

No âmbito dos cursos de formação de professores as Instituições de Ensino devem reconhecer que precisam reorganizar seus currículos para uma sociedade democrática e ele deve

ser debatido com a comunidade que a cerca. A história, a contribuição da população afro brasileira deve ser contemplada nos currículos segundo Kabengele Munanga,

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessam apenas aos alunos de ascendência negra. Interessam também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. (BRASIL, 2014, p. 18)

A sociedade brasileira precisa assumir que há um enorme preconceito contra os povos indígenas e um desconhecimento da sua história e cultura, ou melhor, da sua diversidade cultural e histórica imperam na sociedade brasileira, que pelo senso comum, os consideram atrasados, selvagem, vagabundos, preguiçosos e inúteis.

Com a Lei 11.435/08, sancionada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, atendendo a uma reivindicação dos povos indígenas e dos setores sociais que lhes apoiam, as escolas são obrigadas a colocar nos seus currículos a História e a cultura indígenas.

### **Em relação as Religiões de Matrizes Africana e Ensino de História**

Fazemos parte de um país laico, que não deve ter, e não tem religião, mas que tem o dever de garantir a liberdade religiosa de cada ser. Conforme o artigo 5º, inciso VI, da Constituição: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Ter liberdade religiosa é um direito humano. Somos uma nação resultante de várias etnias, culturas, religiões que nos oportunizam a igualdade, cada um com suas diferenças, suas peculiaridades. Como em nossas vidas enfrentamos grandes desafios, assumir a postura de professor progressista é desafiador e requer muita paciência, ética e discernimento.

O descaso com alunos que assumem suas crenças religiosas de matrizes africanas como Candomblé e Umbanda é grande. Quando exploradas em sala de aula sempre se ouve termos pejorativos, desrespeitosos. Trabalhar a cultura africana não é fácil e em termos religiosos essa

difficuldade aumenta. O meio em que o aluno vive reflete em sala de aula com o desrespeito entre eles mesmos e suas escolhas, principalmente no que se refere a sua crença religiosa. A intolerância cega, desumaniza, gera guerras, sacrifica, mata.

A perseguição religiosa caracterizada como intolerância, não aceitação as diferenças ou crenças religiosas de terceiros só causa danos ao ser humano, pois é confinado a tortura, execução, negação de seus direitos e principalmente a incitação da fúria. Na realidade, as pessoas estão se deixando levar pelo ódio, pela ignorância, fazendo da religião um instrumento de culpa, acusação, vigilância e punição.

Neste sentido, para combater e superar manifestações de racismo, preconceito e discriminação, além de propor mudança efetiva comportamental na busca de uma sociedade democrática e plural, como resultado de um processo histórico de lutas, foram apresentadas desde o início do século XXI, novos marcos legais, como por exemplo, as Leis nº 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 no tocante à diversidade cultural no ensino. Vale ressaltar que os novos marcos legais não surgiram do nada. São o resultado de lutas históricas e de pressões do Movimento Negro por uma educação mais includente e não racista.

Em se tratando das religiões afro-brasileiras, especialmente o Candomblé e a Umbanda, que são as mais conhecidas, ainda percebemos que os adeptos dessas religiões de matriz africana do segundo país em população negra no mundo sofrem com esse mal terrível na humanidade que é o preconceito, a intolerância e o desrespeito por parte de outros segmentos religiosos.

Não há, pois, no fundo religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua maneira: todas respondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinadas condições da vida humana. Na verdade, não é impossível dispô-las segundo ordem hierárquica. Umas podem ser ditas superiores às outras, pelo fato de colocarem em jogo funções mentais mais elevadas; são mais ricas de idéias e sentimentos, integram mais conceitos, menos sensações e imagens, e sua sistematização é mais erudita.

Assistimos os meios de comunicação veiculando programas e conteúdos em que a crença e a cultura espiritual de origem afro são alvo de acusações desumanas. São invasões, agressões físicas, destruição de templos, terreiros, símbolos religiosos. É uma falta de respeito para com o outro. São demonstrações que mostram que a intolerância religiosa provoca exatamente o contrário do que toda religião busca: a unidade. Os ataques desrespeitosos e sem conhecimento das religiões afro-brasileiras são constantes deixando claro que não há respeito à liberdade de culto e expressão

religiosa que se apresenta na Constituição e o mais vergonhoso é que o sistema de ensino se cala em relação a esta violação.

Diante do exposto, percebe-se a fragmentação dessas religiões, pois muitos que as frequentam não assumem sua permanência na religião pelo preconceito e vergonha, por serem religiões que não apresentam o status para a sociedade e são consideradas como religiões de negros, pobres, homossexuais, que nascem nas senzalas.

Cabe lembrar que assim como racismo está presente nas relações sociais, não é diferente no interior das escolas. Sua expressão no ambiente escolar é multifacetada, amparando-se na negação dos costumes, tradições e conhecimentos africanos e afro-brasileiros. O Brasil vive uma situação singular, pois a discriminação pautada na cor e o racismo são uma realidade inegável.

O maior desafio é formar professores de história que consigam combater o preconceito nos contra essa parte da população. Precisamos mudar o direcionamento educacional da história e da cultura brasileira. Por exemplo: quando houve a comemoração dos 500 anos de descobrimento, houve uma visão romântica deste fato histórico. Os ameríndios habitavam a nossa região há mais de 50 mil anos, segundo pesquisas arqueológicas.

Segundo Gomes e Silva,

[...] O trato da diversidade não pode ficar a critério da boa vontade ou da intuição de cada um. Ele deve ser uma competência político-pedagógica a ser adquirida pelos profissionais da educação nos seus processos formadores, influenciando de maneira positiva a relação desses sujeitos com os outros tanto na escola quanto na vida cotidiana.<sup>62</sup> (SILVA, 2000, p. 29-30)

A nossa prática docente atualmente requer do profissional do ensino da história, um comprometimento com as transformações sociais, criando o hábito do exercício reflexivo ininterrupto do seu fazer pedagógico, buscando uma compreensão do contexto social em que esse profissional se encontra inserido.

As habilidades exigidas ao profissional do magistério pelas transformações sociais e econômicas, vão além daquelas adquiridas em sua formação inicial confirmando a necessidade da

---

<sup>62</sup> GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. (Orgs.). Experiências Étnico-Culturais Para a Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 51-69

formação continuada de modo a apreender novos conceitos que corroboram também com o papel social da escola.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. G. (Coords.). *Relações raciais na escola:*

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil*. Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014. P 12

CAVALLEIRO, E. dos S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade*

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. (Orgs.). *Experiências Étnico-Culturais Para a Formação de Professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: editora 34, 2009.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_desigualdadesraciais.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf)

JONES, James M. *Racismo e Preconceito*: São Paulo: Editora Universidade de São Paulo-SP, 1973.

MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Ltda, 1994.

MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o Racismo na Escola*. 2ª edição revisada. Brasília:MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, Flávio Antonio da Silva. *Aceleração Temporal da História*. São Paulo USP, 1997 Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. *O Beabá do racismo contra o negro brasileiro*.

Rondonópolis/MT: Gráfica Print, 2010.

OSÓRIO, R. G. *Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço*.

Porto Alegre: Mediação, 2002.

TELLES, E. *Repensando as Relações de Raça no Brasil*. Teoria e Pesquisa, São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, n. 41- 42, jan./jul. 2003. UFMG, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *As culturas negadas e silenciadas no currículo*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189.



## TECNOLOGIA VOIP NO SUPERMERCADO TOMAZELLI

Renato Arnaut Amadio<sup>63</sup>

Júlio César Gavilan<sup>64</sup>

Maico Luis Rheinheimer<sup>65</sup>

Emanoel José do Santos<sup>66</sup>

### Resumo

A filial do Supermercado Tomazelli foi instalada em Primavera do Leste no dia 15 de fevereiro de 2011, pelo proprietário da matriz Nelci Tomazelli juntamente com a sua esposa Maria Leonete Delfino Tomazelli, levando em conta a necessidade da população em ter um supermercado na parte mais afastada do centro. Percebendo ele que naquele lugar não havia um supermercado que atendesse a todos os clientes com bons preços e produtos, Nelci viu ali uma oportunidade para que sua segunda filha recém-formada em contábeis, Leilysiane Delfino Tomazelli pudesse melhorar as suas habilidades, cuidando do negócio da família juntamente com o seu genro. A filial tem o mesmo nome da matriz, e possui atualmente oito funcionários regularmente contratados, apesar de estar a pouco tempo na cidade foi muito bem aceita pelos moradores da região, pelos bons preços e qualidade no atendimento, proporcionou a cidade uma geração de empregos, tantos os contratados como os estágios temporários, que trabalham na empresa em dias festivos, feriados ou até mesmo finais de semana ajudando os funcionários no atendimento aos clientes, e ensinados os adolescentes uma possível profissão.

**Palavra Chaves:** Telefonia, Empreendedorismo, economia

### Introdução

---

<sup>63</sup> Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>64</sup> Formado em Física e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

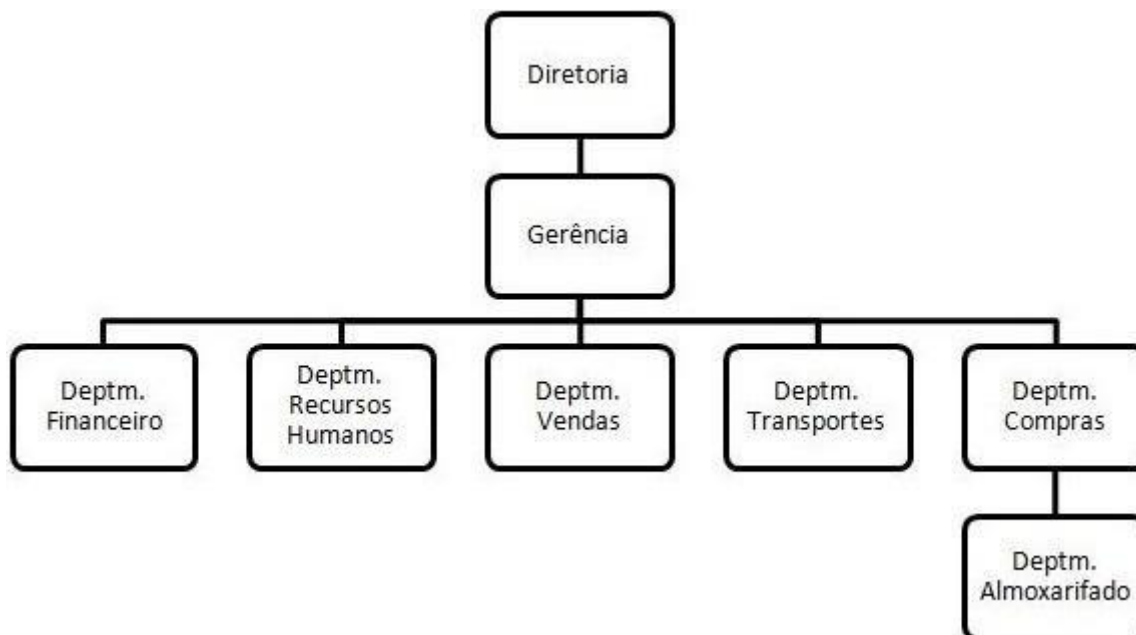
<sup>65</sup> Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>66</sup> Formado em Ciências da Computação e Professor da EDUVALE/Jaciara-MT

As empresas do grupo Tomazelli tiveram início em 13 de Abril do ano de 1994 na cidade de São Pedro da Cipa tendo como proprietários o senhor Nelci Tomazelli e a sua esposa Maria Leonete Delfino Tomazelli, que tem na cidade dois supermercados com a capacidade para atender tanto sua cidade como a região do Vale do São Lourenço, e atualmente emprega cerca de dez pessoas nos seus supermercados. Tudo começou quando o senhor Nelci Tomazelli ainda trabalhava na usina Pantanal, então surgiu a oportunidade para ele abrir o seu próprio negócio um bar na cidade, e depois de algum tempo resolveu colocar no mesmo ambiente um açougue e começou a vender também no mesmo lugar alguns produtos, foi então que o bar virou uma mercearia, foi quando ele percebeu que precisava administrar melhor a sua pequena empresa e parou de trabalhar na usina para cuidar do seu comércio, enquanto cuidava da mercearia foi construindo um supermercado que se chama Supermercado Tomazelli, que ficou rapidamente popular na cidade por ter qualidade no atendimento e preços mais baixos.

O supermercado agradou tanto aos clientes que ele resolveu montar outro comércio em um bairro carente na cidade que se chama Mercado Central, algum tempo depois surgiu uma nova oportunidade para o senhor Tomazelli e ele ampliou também na cidade de Primavera do Leste, para atender as necessidades daquela região, enviando para lá a sua segunda filha Leilyziane Delfino Tomazelli e o seu genro para administrarem.

#### **Organograma da empresa Tomazelli Matriz**



**Figura 9: Organograma da Empresa Tomazelli Matriz (Kennedy, 2013).**

#### Gastos telefônicos da matriz

Todos os funcionários da empresa têm acesso aos telefones fixos e móveis da mesma, que só podem ser usados para resolver alguma coisa relacionada ao trabalho, para melhor controlar as contas de telefonia, não é permitido realizar ligações pessoais de nenhum aparelho da empresa, e mesmo assim a empresa tem gastado por mês R\$ 411,00 com telefonia em geral.

| <b>Tipo de Ligação</b>   | <b>Tarifa</b> | <b>Total em ligações</b> |
|--------------------------|---------------|--------------------------|
| <b>DDD</b>               | 0,15          | 240,00                   |
| <b>Ligação Local</b>     | 0,10          | 65,00                    |
| <b>Fixo para celular</b> | 0,25          | 106,00                   |
| <b>Total</b>             |               | <b>411,00</b>            |

**Tabela 01: Demonstração de gastos da empresa Matriz. (KENNEDY, 2013).**

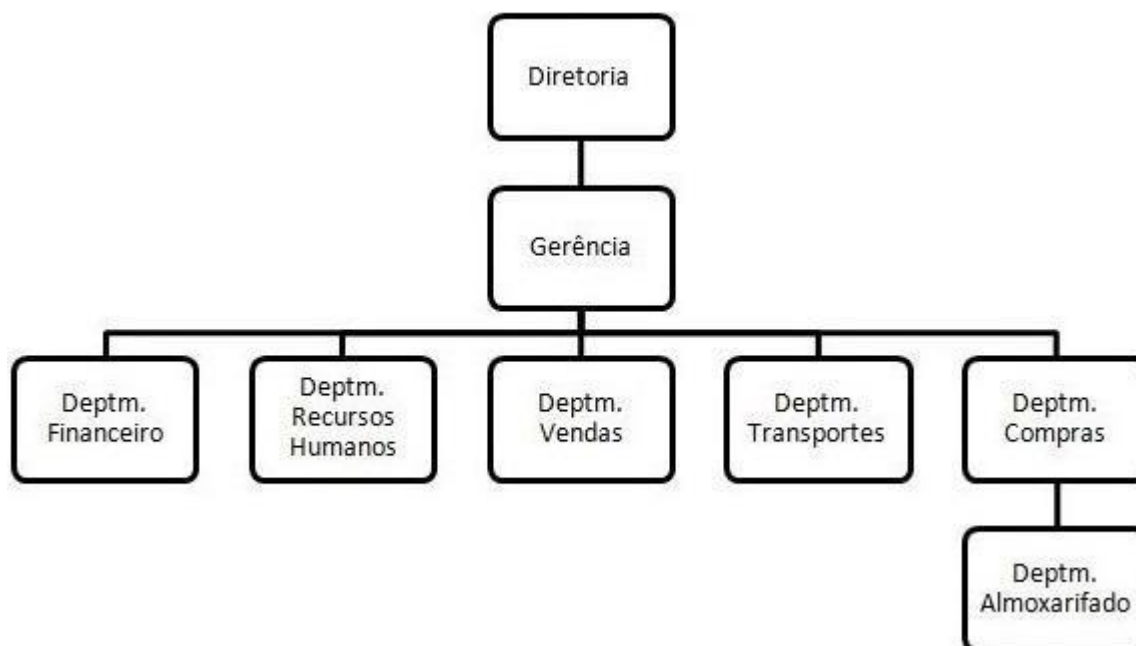
Atualmente o setor da empresa que mais gasta com telefonia é o Compras, porque faz a maior parte dos orçamentos com todos os fornecedores, por telefone, sendo a maioria deles de outros cidades e estados. Outro setor que gasta muito com telefonia é o setor de Vendas, onde muitos dos clientes da cidade ligam e fazem os seus pedidos um serviço que poucos mercados da cidade oferecem.

| <b>TABELA DE GASTOS DE CADA SETOR</b> | <b>TOTAL</b> |
|---------------------------------------|--------------|
|                                       |              |

|                                      |               |
|--------------------------------------|---------------|
| <b>Departamento Financeiro</b>       | 29,00         |
| <b>Departamento Recursos Humanos</b> | 45,00         |
| <b>Departamento Vendas</b>           | 115,00        |
| <b>Departamento Transportes</b>      | 62,00         |
| <b>Departamento Compras</b>          | 125,00        |
| <b>Departamento Almoxarifado</b>     | 35,00         |
| <b>Total</b>                         | <b>411,00</b> |

**Tabela 02: Demonstração de gastos da empresa Matriz. (KENNEDY, 2013).**

Organograma da empresa Tomazelli Filial



**Figura 10: Organograma da Empresa Tomazelli Filial (KENNEDY, 2013).**

## Gastos telefônicos da filial

No mercado Tomazelli filial a maioria das ligações feitas são para sua matriz em São Pedro, e a ligação é efetuada por DDD para o mercado Tomazelli matriz, também são feitas ligações para fornecedores de produtos em outros estados como, por exemplo, em Goiânia. Os gastos com telefonia mensal variam entre R\$ 530,00 por ter crescimento mensal

| <b>Tipo de Ligação</b>   | <b>Tarifa</b> | <b>Total em ligações</b> |
|--------------------------|---------------|--------------------------|
| <b>DDD</b>               | 0,15          | 360,00                   |
| <b>Ligação Local</b>     | 0,10          | 110,00                   |
| <b>Fixo para celular</b> | 0,25          | 60,00                    |
| <b>Total</b>             |               | <b>530,00</b>            |

**Tabela 03: Demonstração de gastos da empresa Filial (KENNEDY, 2013)**

Como já foram mostrados os gastos com telefonia na filial do mercado Tomazelli. E os setores que mais gastam com telefonia são o de compras e de vendas de produtos.

| <b>TABELA DE GASTOS DE CADA SETOR</b> | <b>TOTAL</b> |
|---------------------------------------|--------------|
| <b>Departamento Financeiro</b>        | 40,00        |

|                                      |               |
|--------------------------------------|---------------|
| <b>Departamento Recursos Humanos</b> | 60,00         |
| <b>Departamento Vendas</b>           | 102,00        |
| <b>Departamento Transportes</b>      | 38,00         |
| <b>Departamento Compras</b>          | 250,00        |
| <b>Departamento Almoxarifado</b>     | 40,00         |
| <b>Total</b>                         | <b>530,00</b> |

**Tabela 04: Demonstração de gastos da empresa Filial. (KENNEDY, 2013).**

## **EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DO VOIP**

Para que possa ocorrer a implantação da tecnologia VOIP em uma empresa é necessário que seja adquirido alguns equipamentos e softwares que são vitais que a funcionalidade do sistema, normalmente são eles os principais responsáveis pela qualidade do sistema VOIP instalado na empresa. Os equipamentos se adaptam rapidamente a infraestrutura do VOIP abaixo é mostrado alguns equipamentos e softwares VOIP que podem ser utilizados.

### **Equipamentos Essenciais**

#### **Adaptador VOIP (ATA)**

Tem como função permitir o uso de telefones convencionais ou seja, é um dispositivo que permite que telefones analógicos realizem chamadas VOIP através da rede IP. Realiza esse serviço convertendo o sinal analógico em pacotes de dados. (LIMA, 2010, p.33).



**Figura 11: Adaptador ATA GKM 2210. (INTELBRAS, 2013).**

#### **Telefone IP**

Equipamento semelhante aos telefones tradicionais tem como função realizar a conversão do sinal analógico de voz para o padrão digital VOIP. Equipamento possui portas para conexão com a rede IP. (LIMA, 2010, p.33).



**Figura 12: Telefone IP. (INTELBRAS, 2013).**

## Gateway Digital VOIP

Equipamento permite interoperabilidade entre a rede IP e RTPC, executando a conversão dos sinais de voz para o protocolo IP, pelo qual são transmitidos através da rede IP. (LIMA, 2010, p.34).



**Figura 13: Gateway Digital VOIP. (INTELBRAS, 2013).**

## Softphone

É um *software* que pode ser instalado em computadores. Tem como função prover funcionalidades de um ramal IP, alguns desses *softwares*, são de código aberto e outros proprietários, dependendo do *software*, podem ser instalados em qualquer sistema operacional. (LIMA, 2010).



**Figura 14: Gateway Digital VOIP. (FALEVIP, 2013).**

## PABX IP

Equipamento consiste na integração de serviços como VOIP, telefonia IP e telefonia tradicional utilizando a mesma infraestrutura, com isso possibilita através desta integração uma redução de custos, como exemplo temos a infraestrutura e manutenção, pois os telefones IPs, *softphones* utilizam o cabeamento já existente na organização. Segue abaixo uma ilustração do equipamento. (LIMA, 2010).





**Figura 15: PABX IP. (PHONE, 2013)**

## SKYPE

O Skype tem oferece diversos recursos para melhor atender aos seus usuários, recursos esses que tem como aplicação a tecnologia P2P (Ponta a Ponta) como, por exemplo, telefonia PC para PC na internet que é muito utilizado nos dias de hoje, oferece também o de telefonia PC para telefone, telefone para PC e serviço de vídeo – conferência PC a PC, por esses recursos que o Skype vem ganhando cada vez mais mercado no Brasil e no mundo. (KUROSE, 2010).

## GOOGLE TALK

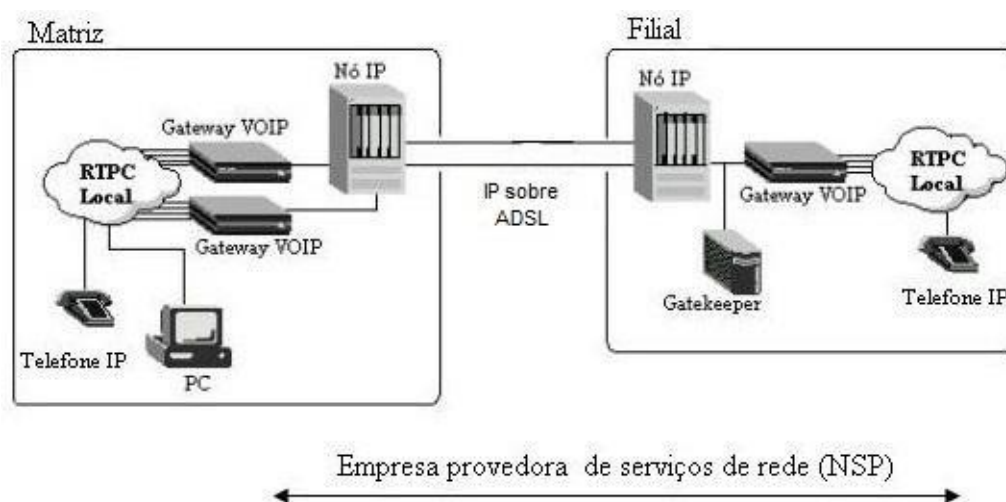
O programa funciona integrado ao gmail (cliente de e-mail da empresa) para troca de mensagens instantâneas pelo computador. Ele ainda não disponibiliza serviço de ligação para telefones, mas o recurso é esperado para as novas versões. Pode ser usado no celular e ainda mandar recados por voz quando alguém não está conectado ao software.(UOL, 2013).

## Cenário de uma futura implementação do VOIP

Baseado na estrutura de rede existente em um mercado e todas as conexões que existem até a sua filial, este capítulo tem por finalidade elaborar uma proposta para uma futura implementação VOIP no supermercado e sua filial.

Essa futura proposta de implementação tem como objetivos:

- Permitir a comunicação entre a empresa matriz e a filial;
- Diminuir os custos com telefonia das empresas;
- Aumentar a velocidade da comunicação;
- Aumentar o número de ramais existentes na empresa;
- Privacidade dos dados;
- Realizar videoconferências.



**Figura 16: Futura implementação VOIP. (KENNEDY, 2013).**

### Planejamento de implementação

Nessa parte do trabalho nós desenvolvemos um cronograma para estimarmos o tempo que seria necessário para a instalação do sistema VOIP nos supermercados Tomazelli, medindo o tempo que levaríamos aproximadamente para concluir cada etapa dessa instalação.

| Atividades / Etapas                                                   | Jan<br>2014 | Fev<br>2014 | Mar<br>2014 | Abr<br>2014 | Mai<br>2014 | Jun<br>2014 |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1. Analisar das necessidades da empresa.                              | X           |             |             |             |             |             |
| 2. Pesquisar o software que pode melhor se adéqua a empresa.          | X           |             |             |             |             |             |
| 3. Pesquisar os equipamentos necessário para a instalação do sistema. |             | X           |             |             |             |             |
| 4. Realizar a compra do software e dos equipamentos.                  |             |             | X           |             |             |             |
| 5. Realizar a instalação do software e dos equipamentos.              |             |             |             | X           |             |             |
| 6. Realizar os teste de instalação e                                  |             |             |             |             |             |             |

|               |  |  |  |  |  |          |
|---------------|--|--|--|--|--|----------|
| configuração. |  |  |  |  |  | <b>X</b> |
|---------------|--|--|--|--|--|----------|

**Tabela 05: Cronograma do plano de aplicação do VOIP. (KENNEDY, 2013).**

O cronograma acima mostra as fases que responsável pela implantação do VOIP nos supermercados Tomazelli terá que passar para realização da mesma. Onde inicialmente em janeiro será feita a análise das necessidades da empresa tanto da matriz como da filial, para que seja feita a compra dos equipamentos adequados.

Depois que for feita toda a análise e verificada todas as necessidades da empresa, precisa se pesquisar o software que melhor se adéqua a essas necessidades para isso é preciso se dispor de um tempo razoável já o software utilizado influência muito nos equipamentos que serão comprados.

Assim, que o software tiver sido escolhido começa então a pesquisa pelos equipamentos que se conectam a esse software e que tenham qualidade.

A quarta etapa do cronograma é justamente a compra do software escolhido e dos equipamentos, essa parte é muito influenciada também pelo valor que a empresa está disponível a gastar.

A quinta etapa é a mais demorada, mais também a essencial para a utilização do sistema VOIP, precisa ser muito bem realizada e obviamente por profissionais qualificados.

A última etapa é também a mais importante, porque através dela serão descobertos erros na instalação. Concluída a implantação e se os resultados gerados forem positivos os supermercados Tomazelli poderá reutilizar o projeto futuramente em outras filiais.

#### Software e equipamentos utilizados

Depois de analisarmos as necessidades da empresa, o software que acreditamos ser o melhor para sanar as mesmas é o Skype, porque ele é rápido, gratuito (com funções pagas), simples de ser utilizado e tem segurança na privacidade dos dados, sendo todas as conversas encriptadas.

Abaixo está sendo listados os equipamentos necessários para a implementação da comunicação VOIP nos mercados Tomazelli, sendo que fizemos uma pesquisa com os nome de cada equipamento, quantidade a ser comprada, valor unitário e o preço total, no final colocamos o preço final para a compra dos equipamentos que serão utilizados tanto na matriz quanto na filial:

| <b>Equipamentos</b>                 | <b>Quantidade</b> | <b>Valor Uni.</b>   | <b>Total</b>         |
|-------------------------------------|-------------------|---------------------|----------------------|
| Adaptador Ata 151 - Intelbras       | 02                | R\$ 200,00          | R\$ 400,00           |
| Telefone IP - Cisco                 | 06                | R\$ 394,00          | R\$ 2.364,00         |
| Gateway Digital VOIP - Linksys      | 02                | R\$ 1.066,00        | R\$ 2.132,00         |
| Net Phone – Celular Licença Premium | 04                | R\$ 15,80           | R\$ 63,20            |
| Skype – Licença Premium mensal      | 02                | R\$ 12,52           | R\$ 25,04            |
| Skyvoice                            | 06                | R\$ 250,00          | R\$ 1.500,00         |
| Headset para usar com o Skype       | 04                | R\$ 120,00          | R\$ 480,00           |
| PABX-1000 – 4 Portas                | 02                | R\$ 6.400,00        | R\$ 12.800,00        |
| <b>Total do Investimento</b>        | <b>22</b>         | <b>R\$ 8.208,32</b> | <b>R\$ 19.764,24</b> |

**Tabela 06: Custo para implementação.(KENNEDY, 2013).**

O valor do investimento em compras de equipamentos e de softwares para é de **R\$ 19.764,24** esse valor não está incluído o custo com a mão de obra especializada para realizar a instalação, apenas o valor da compra dos equipamentos para implantação no mercado Tomazelli matriz e no Tomazelli filial;

#### Resultados da aplicação

Elaboramos uma tabela de comparação entre tarifas podem ser utilizadas pelo mercado Tomazelli, comparação entre telefonia convenciona e comunicação VOIP, mostrando a economia que pode ser obtida.

| <b>Tipo de Ligação</b>   | <b>Skype (Voip)</b> | <b>Convencional</b> | <b>Economia</b> |
|--------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| <b>DDD</b>               | 0,07                | 0,15                | Até 80%         |
| <b>Ligação Local</b>     | 0,07                | 0,10                | Até 40%         |
| <b>Fixo para celular</b> | 0,15                | 0,25                | Até 60%         |

**Tabela 07: Comparação entre tarifas VOIP e Convencional. (KENNEDY, 2013).**

Elaboramos uma tabela de comparação dos gastos dos mercados Tomazelli, que mostra como eles poderão ficar depois da implantação da comunicação VOIP e mostra como eles são atualmente tanto os gastos mensais como os gastos anuais.

Imaginando que a tecnologia VOIP venha a trazer aos mercados Tomazelli 60% de economia mensal em seus gastos com telefonia incluímos os seguintes dados:

| <b>Comparativo de gastos do mercado Tomazelli – Matriz e Filial</b> |               |              |               |              |
|---------------------------------------------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
|                                                                     | <b>Antes</b>  |              | <b>Depois</b> |              |
|                                                                     | <b>Mensal</b> | <b>Anual</b> | <b>Mensal</b> | <b>Anual</b> |
| Gasto com telefonia - Matriz                                        | 411,00        | 4.932,00     | 246,60        | 2.959,20     |
| Gasto com telefonia – Filial                                        | 530,00        | 6.360,00     | 318,00        | 3.816,00     |

**Tabela 08: Comparativo de gastos – mensal e anual.(KENNEDY, 2013).**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho e podemos dizer que conseguimos alcançar o principal objetivo desse projeto que é o de mostrar as melhorias que podem ser ocorridas na empresa Tomazelli com a implementação da tecnologia VOIP. Estivemos apresentando as suas vantagens que são: mobilidade, flexibilidade e escalabilidade, chamadas internacionais pagando taxas locais, fácil integração com vídeo, mais com certeza para os supermercados Tomazelli a melhor vantagem é a economia com gastos telefônicos, que tem sido muito além do esperado. E apresentando também as suas desvantagens: sendo que fator que mais tem feito empresários desistir da implantação dessa tecnologia o alto custo,

Com esse projeto podemos perceber como é importante para a empresa Tomazelli a utilização da tecnologia VOIP, a forma como essa tecnologia está melhorando a maneira que são construídas redes telefônicas, como os profissionais precisam estar atentos as inovações que irão trazer benefícios as empresas em que trabalha.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flávio. **Asterisk PBX - Guia de Configuração**. Florianópolis: 2005.

CANTÚ, Evandro - **Redes sem fio no Mundo em Desenvolvimento e Internet** - São José/SC: CEFET, 2003.

COELHO, Raphael Stuart; Sousa, Thiago Martins de. - **Codificador de voz G.729** - Santa Catarina: IFSC, 2008.

COLCHER, S. et al. **Voz sobre IP**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DANTAS, Mario - **Tecnologias de Redes de Comunicação e Computadores** - Rio de Janeiro: Axcel, 2002.

FALEVIP. **Equipamentos de VOIP**. Acesso em: 22 de Mai. de 2013. Disponível em: <http://falevip.com/configuracao-equipamentos/configuracao-trixbox.html>

FERREIRA, Aínda A; BRANDÃO, Glória A. V. C. **Estudo das tecnologias de transmissão de voz sobre IP (VOIP) e desenvolvimento de uma aplicação VOIP**. 2007. Acesso em: 08 de Set. de 2012. Disponível em: [http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080227\\_094117\\_TELE-018.pdf](http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080227_094117_TELE-018.pdf)

GIL, Antônio Carlos - **Como elaborar projetos de pesquisa 4ª Ed.** - São Paulo: Atlas, 2002.

GUSLINSKI, Francis - **Implantação e Customização de Voz Sobre IP com Softwares Livres** - Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2008.

HORTON, Mike – **Segurança de redes, referência rápida** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

IETF - **The Internet Engineering Task Force (IETF)** – Acesso em: 06 de Out. de 2013. Disponível em: <http://www.ietf.org/>.

INTELBRAS. **Ferramentas para VOIP**. Acesso em: 22 de Mai. De 2013. Disponível em: <http://www.intelbras.com.br/Produtos/Telecomunicacoes>.

KELLER, Alexandre. **Asterisk na prática 2. ed.** -- São Paulo : Novatec Editora, 2011.

KUROSE, Jim; ROSS, Keith – **Redes de computadores e a internet – Uma abordagem Top-Down 3ª ed.** São Paulo: Addison Wesley, 2010.

LIMA, Thiago de Aquino. **Estudo de Caso da Viabilidade da Implantação da Tecnologia VOIP**.

Fortaleza: Faculdade Farias Brito, 2010.

KUROSE, Jim; ROSS, Keith – **Redes de computadores e a internet – Uma abordagem Top-Down** 3ª ed.

São Paulo: Addison Wesley, 2010.

MENDES, Douglas Rocha. **Redes De Computadores - Teoria E Prática**. São Paulo: Novatec, 2007.

NAKAMURA, Emilio Tissato; GEUS, Paulo Lício de - **Segurança de Redes** - São Paulo: Ed. Novatec, 2007.

NENO, Mylêno. **Saiba mais sobre VOIP**. 2005. Acesso em: 09 de Set. de 2012. Disponível em:

<http://www.clubedohardware.com.br/artigos/99>

OLIVEIRA, Thiago Vinicius V. **Implementação de Comunicação VOIP em Rede Sem Fio com Utilização de Telefones WLAN-VOIP** – Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2012.

PHONE. **Equipamentos de VOIP**. Acesso em: 22 de Mai. De 2013. Disponível em:

<http://www.inphonex.com.br/equipamentos/>.

RIBEIRO, Rodrigo. **Telefonia Convencional**. Rio de Janeiro: Ensinar, 2008. Acesso em: 26 Nov. de

2012. Disponível em: <http://ensinar.wordpress.com/2008/10/08/telefonica-convencional/>

ROSS, Júlio. **VOIP Voz Sobre IP** - Rio de Janeiro: Anátemas Edições Técnicas Ltda., 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SITOLINO, Claudio Luiz. **Voz sobre IP – Um estudo experimental**. 2001. Porto Alegre: PPGC da UFRGS, 2001.

TANENBAUM, Andrew S. – **Redes de Computadores** 4ª Edição – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TORRES, Gabriel - **Redes de Computadores Curso Completo** - Rio de Janeiro: AxCel Books do Brasil, 2001.

ULBRICH, Henrique Cesar; VALLE, James Della - **UNIVERSIDADE HACKER** - São Paulo: Digebriti Books, 2009.

UOL , Tecnologia – Dez softwares para você falar via IP – Acesso em 25 de Nov. de 2013. Disponível em:

<http://tecnologia.uol.com.br/downloads/ultnot/2007/09/21/ult2878u270.jhtm>

WAGNER, Carlos Eduardo - **Uma proposta de comunicação unificada utilizando os protocolos SIP e XMPP** - Santa Catarina: IFSC, 2012.





## DESENVOLVIMENTO URBANO E PATRIMÔNIO PÚBLICO

Vagner Haubricht Pinheiro<sup>67</sup>

Mônica Santana Cardoso<sup>68</sup>

Francisco Bandeira Amaral<sup>69</sup>

Fabricio Carlos Lenzi<sup>70</sup>

### Resumo

A preservação do patrimônio depende da sensibilidade e criatividade dos envolvidos nos serviços e da sociedade com investimentos e incentivos públicos ou privados. Precisamos manter a memória e a identidade histórica de Mato Grosso para que as futuras gerações possam ter acesso a sua história para que haja um planejamento efetivo do futuro. O êxito alcançado pelas políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil parece inegável, principalmente por aquelas referentes aos bens intangíveis. Vale salientarmos que a assimilação das recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (e entidades afins) pelos poderes estabelecidos tem se dado de maneira muito rápida no Brasil, se comparado com outros países-membros dessa organização. Antes mesmo de ser proclamada a "Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural" (1972) já havia sido instituída a figura jurídica do tombamento em nosso país, por meio do Decreto-Lei n.º 25 (1937), e estabelecido o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Palavra Chave: Patrimônio, educação e urbanismo

### Introdução

Na introdução da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), o documento apresenta a sua visão sobre a orientação política com as referidas religiões afro brasileiras. Uma preocupação marcante da CONAPIR em seu texto refere-se ao reconhecimento das religiões de matrizes africanas e a sua contribuição para a formação da identidade racial:

O Estado brasileiro não pode desconsiderar o papel histórico e a contribuição que as religiões de matriz africana tiveram na formação da identidade e costumes do povo brasileiro, proporcionados pela chegada de milhares de africanos escravizados trazidos ao país. Essa população que, no confronto com o padrão dominante aqui

---

<sup>67</sup> É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>68</sup> Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>69</sup> Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>70</sup> Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

existente, introduz e reproduz os valores e saberes da visão de mundo africana, reelaborando e sintetizando no Brasil a relação do homem com o sagrado [...] (CONAPIR, 2005, p. 105).

Devemos procurar analisar as complexas relações entre o que permanece e o que muda, percebendo a imbricação entre os diferentes sistemas de valores historicamente construídos no bojo das religiões de matrizes africanas, desnudando o universo cultural legados pelos nossos antepassados, cujas marcas estão enraizadas na história dos mato-grossenses e brasileiros.

Rondonópolis é uma cidade que pode ser considerada grande para os padrões urbanos vigentes em nosso estado. É a terceira aglomeração humana, vindo após Cuiabá e Várzea Grande. Em termos regionais, comanda o crescimento da região Capitalista do Agrobussines de maior crescimento em Mato Grosso. A (re)distribuição de renda, no entanto, é muito injusta, tornando-nos mais um caso de município brasileiro rico de povo pobre.

Rondonópolis comporta, pois, uma grande massa de desempregados e de trabalhadores da economia informal e formal, cabendo baixos salários, reduzida capacidade de consumirem a parcela da própria riqueza social que criaram.

O fato de existir em Rondonópolis um sistema de produção, distribuição e consumo ligado, dependente e subordinado ao exterior, mormente às multinacionais do setor agroindustrial, arrasta a região e a sua população, periodicamente às crises do agronegócio que penalizam mais ainda a nossa gente simples e trabalhadora, quando não acarreta mais concentração da renda e da propriedade e emigração.

É possível que Rondonópolis seja mais um pólo de emigração de emigração que de migração. As duas tendências se manifestam aqui e, talvez, o crescimento populacional modesto dos últimos anos deva-se ao crescimento vegetativo interno. Com quase 2015 mil habitantes, numa projeção otimista, Rondonópolis terá dificuldades em atrair e reter população. Já não somos mais a “rainha do arroz”, a “princesa do algodão”. Quando nosso município tinha sua produção assentada na “pequena produção”, não faltava emprego e renda. Atualmente estamos distantes de tais circunstâncias, tanto históricas como econômicas.

O processo de transformação vivida pelas populações que historicamente ocuparam o solo deste Estado gerou inúmeros registros de um repertório geral e amplo sobre sua história, cultura, economia, política, organização social que emolduram o viver e o fazer das populações que são, na sua maioria, desconhecidas pela sociedade.

Necessita-se divulgar e preservar o patrimônio cultural imaterial sobre Mato Grosso nas áreas de Ciências Humanas e Sociais para oportunizar a inserção de novos estudos regionais e nacionais. É

preciso socializar o conhecimento e acesso a esse material criando um fluxo ininterrupto dos temas locais e da nossa forma de pensá-los e recriá-los. Conforme nos mostra CHARTIER:

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER. 1990. p 17)

A compreensão das relações entre passado e presente é uma das mais intrigantes questões da História. O Historiador vive o seu tempo; é fruto dele; a história que ele vive. Problemas e alegrias, lutas e sonhos surgem na construção da vida humana que ele elabora. Reconstrução essa que depende de uma série de concepções, escolhas e “recortes” feitos pelo historiador desde a definição do objeto de trabalho/pesquisa até a seleção das fontes históricas.<sup>71</sup>

A religiosidade é tão antiga como o ser humano. Religiosidade é um termo amplo que procura ultrapassar as definições mais estreitas de religião, crença, magia, culto, ritual ou outros que estarão abrangidos pelo sentimento difuso associado às práticas religiosas. Nossos autores expressam que do ponto de vista da cultura, a religiosidade pode ser considerada um conjunto de atividades que se articulam com as crenças e os rituais e que o patrimônio cultural imaterial religioso deve ser capaz de expressar a diversidade de interesses sociais em jogo. Sendo assim, a imaterialidade dos sentimentos religiosos associa-os, de forma muito direta, ao patrimônio cultural imaterial ou intangível. Para nossos autores, no caldeirão brasileiro, talvez a diversidade religiosa seja o aspecto mais significativo e que, por isso mesmo, tem merecido atenção, quando se trata do patrimônio cultural imaterial.

Esta proposta é importante porque busca preservar e compreender as religiões de matriz africana com através das suas relações dentro da comunidade rondonopolitana, seja através das questões identitárias de descendentes de escravizadas(os) africanas (os), ou através do rompimento de um paradigma em voga desde a colonização ibérica, marcada por valores negativos criados por uma matriz cultural pejorativa.

Todo esse quadro social precário é agravado pelo fenômeno do Racismo. E devemos lembrar que, segundo o trabalho do professor mestre em História, Antutérpio Dias Pereira, a população rondonopolitana é predominantemente negra, pelo critério do IBGE de que negro é o somatório de pretos e pardos.

Este projeto justifica-se porque a pobreza e a miséria criadas e agravadas pelo Racismo, têm cor, e aviva a questão política da necessidade das reparações históricas e sociais para a nossa gente brasileira, devido ao fato de que a maioria não tem o necessário para viver sequer conforme os padrões da modernidade, o que se dirá então da perseguição à Pós-modernidade. A maior parte de nossa gente continua com poucas posses para viver, sendo que grande parte do contingente preto está beirando a indigência.

Para que possamos possibilitar à gente carente que obtenha a aspiração, o direito de conhecer a sua história, o vivo direito de ter oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e inclusiva que lhe

<sup>71</sup> Sobre a referência bibliográfica completa – consultar bibliografia no final do projeto

possibilite algumas chances de ascensão social. Ao mesmo tempo em que, o resgate de sua dignidade, auto-estima e identidade venham a aflorar mais e a se desenvolver, é o mínimo que o Poder Público municipal pode realizar neste momento histórico, sob os parâmetros da Ética e da Solidariedade e do combate às injustiças sociais.

O Investimento social no ser humano em sociedade, em qualquer lugar, não deve se pautar pela lógica do custo - benefício em si mesmo; porque gente não é para dar lucro, como ocorre com a produção de mercadorias. Ser humano é para se elevar materialmente, intelectualmente, sentimentalmente, culturalmente, espiritualmente, adquirindo a pessoa uma melhor formação para o convívio com os demais, enquanto seu padrão de vida se eleva gradativamente.

A produtividade em Mato Grosso é um dos fatores que contribuiu para o baixo custo da produção. Que é conseguida através do clima propício, e tecnologias conseguidas através de pesquisa especializada.<sup>72</sup> Esses fatores elevou a produtividade apesar de que na área plantada não ter havido uma expansão significativa.

O desenvolvimento da tecnologia de produção permitiu que houvesse uma maximização da produção, através do melhoramento genético, onde espécies mais adaptadas ao solo e o clima vão ser plantadas; máquinas plantadeiras e colheitadeiras com direcionamento por satélites vão diminuir as perdas na colheita. Esses fatores vão maximizar o lucro dos produtores e dispensar a mão-de-obra, ou explorá-la ao máximo.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil enfrentava uma crise financeira que resultou, dentre outros fatores, na moratória decretada pelo Governo de José Sarney (1985-1990) que agravou ainda mais a situação econômica do país. A economia rondonopolitana foi afetada por estar voltada para o crescimento externo, onde podemos caracterizar as nuances de um capitalismo agrário, ou melhor um sistema econômico baseado na exportação, o Capitalismo Mercantil Internacional. Onde a soja<sup>73</sup>, enquanto, carro chefe das exportações principalmente para a Europa, vai servir de alimento(ração) para o gado, desta forma a maior parte é exportada em forma de grãos.

A economia dependente do município de Rondonópolis, voltada para a exportação, que tem como base o Capitalismo Mercantil, exportadora de produtos primários e importadora de produtos industrializados, não conseguiu superar a crise econômica da década de 1980 e entrou numa recessão. Sendo que, a população pobre foi a mais afetada, pois diminuíram as ofertas de emprego e aumentou a informalidade.

Essa tendência a exportar é decorrente da conjuntura internacional que mantém a economia presa ao modelo agrário-exportador que lhe propicia obter dólares, que por sua vez, serão utilizados para pagar os juros da dívida externa. O mercado internacional da soja ou mesmo de outros produtos primários são controlados por grandes empresas vinculados ao agronegócio<sup>74</sup>, que manipulam os preços sempre em prejuízos dos produtores.

---

<sup>72</sup> Em Rondonópolis podemos destacar a Fundação Mato Grosso e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que desenvolvem pesquisas voltadas para a agricultura.

<sup>73</sup> A economia local é sustentada pela pecuária de corte, e está voltada ao consumo interno e a exportação.

<sup>74</sup> Segundo Relatório do Greenpeace as Trades Internacionais ADM, CARGILL, BUNG E AMAGI, controlam o preço do produto. [www.greenpeace.com.br](http://www.greenpeace.com.br). comendo a Amazônia. Acesso em 02/08/2006)

O setor agropecuário que existe no município, esta baseado na concentração de terras, recursos e riquezas. O que agrava a questão urbana ao intensificar a migração do campo para a cidade. Houve uma saída em massa do campo para a cidade nas duas ultimas décadas devido a uma mudança na estrutura produtiva, o que gerou um aumento na oferta da mão-de-obra e conseqüentemente a sua desvalorização. A substituição das culturas familiares pelas pastagens (Talhão), os latifúndios, a monocultura, a escravidão por dívidas são considerados fatores que geram a expulsão do campo. E a sedução das cidades, as ofertas de emprego, as mínimas garantias sociais são consideradas fatores atrativos que fazem com que o trabalhador rural deixe o campo (êxodo-rural) e vá para a cidade (êxodo rural-urbano) gerando uma concentração urbana descontrolada.

Como podemos perceber a população rural devido ao êxodo para a cidade ou para outras áreas rurais está diminuindo a cada ano, mas isso não representa perda na produtividade agrícola. A tecnologia substitui a mão-de-obra de um lado temos alta produtividade e do outro baixa ocupação humana, obtendo como resultado, o agravamento dos problemas sociais urbanos.

A população migrante, durante a fase da Fronteira Agrícola (1940 a 1980) construiu a maioria das riquezas de Rondonópolis, acumulando também as bases para a arrancada da fase seguinte (Fase da Integração Econômica: 1980...). Enfim, foram os trabalhadores rurais, nordestinos e negros, majoritariamente, os maiores artífices de nosso desenvolvimento.

#### Bibliografia

- CARVALHO. Aparecida Mitie Sassagima de. **O negro no mercado de trabalho em Rondonópolis-MT**. Rondonópolis- MT. Dpto de História. UFMT-R, 1999. Monografia de Especialização. mimeo.
- GOETTERT, Jones Dari. **O vôo das pandorgas: migração sulista para Rondonópolis- MT**. Presidente Prudente. FFLCH/USP, 1997. Dissertação de Mestrado, mimeo.
- GUIMARÃES, Antonio S. & HUNTLEY, Lynn (org). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- MACIEL, Joslene Pereira. **Migração Nordestina para Rondonópolis- MT – 1950 1970**. Rondonópolis-MT. Dpto de História. UFMT-R, 1999. TCC mimeo.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso, ensaios de Sociologia das História Lenta**. São Paulo: Hucitec,1994.
- NASCIMENTO, Flávio A. da Silva. **Racismo Brasileiro, uma pequena introdução crítica**. UFMT/R-Depto História. 2000.
- PEREIRA, Antutérpio Dias. **A classe média negra em Rondonópolis-UFMT/R – 1998**.



## A CUIABÁ DO SÉCULO XIX E ENSINO DE HISTÓRIA I

Bruno do Padro Alexandre<sup>75</sup>

Antuterpio Dias Pereira<sup>76</sup>

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus<sup>77</sup>

Regina Suzi Soares<sup>78</sup>

Rafael Sebastião Cicero<sup>79</sup>

### Resumo

Alguns historiadores atualmente estão tendo uma predileção pelas massas anônimas, pelas suas manifestações culturais, pelas festas, as revoltas, as crenças heterodoxas, as ruas, os caminhantes, os bares, a boemia, ou seja, pela transgressão, pelo popular e pela diversidade. E o professor de história como ele trabalha com essa diversidade em sala de aula? Com ele navega por esse mosaico de fontes e personagens históricos que o cercam? A sua formação acadêmica lhe propicia resolver esses dilemas metodológicos e educacionais? Com esses questionamentos é que iniciamos o artigo que tem por objetivo apontar algumas formas de se trabalhar com as fontes históricas do século XIX que estão no Arquivo Público de Mato Grosso será uma conversa de professor para professor de História. Onde apresentaremos a Cuiabá negra e alguns de seus personagens. Considerando que esta temática está embasada na Lei Federal 10.639/2003, que colocou a questão racial e a história da África e do Negro Brasileiro nos debates sobre educação e tendo uma perspectiva de análise, onde o professor se interessa pelas formas subterrâneas do conviver com políticas impostas por um “lugar de poder e de querer” (CERTEAU, 1982: 201), dominado pelo Estado e suas instituições, para a sociedade cuiabana e os senhores de escravos Cuiabá/MT como “Cidade Negra” seria o “não lugar”, aquele da junção de vários espaços (a rua, as fontes de água e as tavernas) onde as “burlas” dos negros em relação ao poder oficial aconteciam no enfrentamento diário da escravidão.

Palavra Chaves: Ensino, Diversidade e Escravidão urbana

### Introdução

Pensamos Cuiabá como uma “Cidade Negra” que se formou através das “artes do fazer” (CERTEAU, 1982: 202), das astúcias sutis, das táticas de enfrentamento, em que os escravos alteraram os objetos e os códigos

---

<sup>75</sup> É Mestre em História e Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

<sup>76</sup> É Doutor em História e Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE/Jaciara-MT.

<sup>77</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>78</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>79</sup> Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

urbanos. Eles estabeleceram a (re)apropriação do espaço e do seu uso, de acordo com as necessidades coletivas ou individuais.

Uma multidão anônima e vigiada, segundo (CERTEAU, 1982: 46) mostra que consegue abrir o próprio caminho através da utilização dos produtos impostos pelas práticas culturais vigentes (Leis, normas, castigos, vigilância, suspeição e violência) em táticas de enfrentamento procurando sempre delimitar os espaços e a liberdade num processo contínuo de apropriação e (re)apropriação.

Essa multidão anônima citada por (CERTEAU, 1982: 46) em Cuiabá, são nossos alunos, seus familiares, que na sala de aula nos questionam de várias maneiras, sobre o conteúdo que ensinamos, sobre a mentalidade europeia que tentamos moldar/formar em seu intelecto. Quantas vezes ficamos em dúvida sobre determinado conteúdo? Será que vai servir para alguma coisa? Devemos lembrar sempre que a maioria dos alunos são descendentes de um povo que foi escravizado e não de escravos que foram trazidos para o Brasil.

Ao refletirmos sobre a análise de Michel de Certeau e problematizarmos as ações dos cativos na Cidade de Cuiabá/MT, na segunda metade do século XIX, consideramos que estes criaram um espaço de movimentação, transformando-os em espaços de autonomia.

A Cidade situada no território da província de Mato Grosso possuía na primeira metade do século XIX três termos: Cuiabá, Mato Grosso e Diamantino.<sup>80</sup> No termo do Cuiabá, na Freguesia da Sé (Primeiro Distrito), ficavam os principais prédios públicos: a Casa da Câmara, onde no andar térreo estava a cadeia; ao lado esquerdo da Matriz ficava o largo do Palácio. A sua frente ficava o prédio que servia como residência para os presidentes de Província e sede do Governo Provincial, que era próximo aos prédios da Tesouraria, do Correio e do Comando das Armas. O segundo núcleo habitacional o Porto, (Segundo Distrito)<sup>81</sup>, às margens do Rio Cuiabá, afastado por cerca de 3 km de distância e ligado ao Primeiro Distrito<sup>82</sup>, a Sé por várias ruas.<sup>83</sup> Podemos utilizar esses dados para trabalharmos com a auto localização dos alunos. Como será que a cidade está organizada hoje? Quais são as lembranças que a cidade guarda dessa época? Como ela constrói a sua identidade?

No ensino de história a questão da identidade é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) que propõe um trabalho de construção com os alunos através das noções dicotômicas como semelhanças e diferenças, permanências e mudanças tendo como base a noção de que na sociedade coexistem processos múltiplos de pertencimentos com: gênero, étnicos, de classe, de grupos sociais, de Estados Nacionais que estão presentes no processo de ensino aprendizagem. ( ABREU & SOIHET, 2003: 176)

<sup>80</sup> “O Termo do Cuiabá ocupava uma grande superfície e compreendia as seguintes povoações: cidade de Cuiabá; Aldeia da Chapada, ou Lugar de Guimarães; Lugar de Camapuã; Vila Maria; Arraial de S. Pedro d’El-Rei; Lugar do Rio Grande, ou Araguaia; Aldeia da Misericórdia do Baixo Paraguai, e a Povoação de Albuquerque. O Termo do Mato Grosso compreendia a cidade de Mato Grosso (antiga Vila Bela da Santíssima Trindade); Arraial da Chapada de S. Francisco Xavier, que foi umas das suas primeiras povoações; Povoação de Casal Vasco; e Arraial de S. Vicente. Já o Termo do Diamantino contava principalmente com a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, enquanto que os “seus chamados Arraiais eram todos insignificantes, contendo apenas meia dúzia de casas, ou choupanas cobertas de palha, as mais bem construídas estavam nos Sítios, Engenhos e Fazendas”. In SENA, Divino Marcos de., *CAMARADAS: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*, p. 27

<sup>81</sup> Para uma padronização textual o Segundo Distrito – será chamado de Porto.

<sup>82</sup> Para uma padronização textual o Primeiro Distrito – será chamado de Sé.

<sup>83</sup> Para realizar essa descrição da [Cidade](#) utilizamos como fontes as seguintes obras: MOUTINHO, Joaquim Ferreira., *Viagem de Cuyabá a São Paulo*: Henrique Schoreder, 1869. ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs). *A terra da conquista – História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá, Ed. Adriane, 2003. DE LAMONICA FREIRE, Júlio. *Por Uma Poética Popular da Arquitetura*. – Cuiabá, MT: EdUFMT, 1997.



Identidade que pode ser trabalhada através do relato de viajantes como o de Hercules Florence que descreveu a Cidade de Cuiabá/MT, no início do século XIX, como um lugar pitoresco, com dezoito a vinte casas pequenas, que poderiam ser chamadas de sobrados, sendo que o restante das casas se constituíam de moradias comuns assinalando a existência de uma cadeia, que ficava abaixo da Câmara, um quartel para a tropa, uma casa da moeda e quatro igrejas.

Cuiabá/MT em meados do século XIX, segundo o cronista Joaquim Ferreira Moutinho, que nela residiu por 18 anos, era antes de tudo uma experiência visual. Uma agradável surpresa no meio do cerrado, por causa do traçado de suas ruas, dos becos, das travessas ladeadas de casas caiadas de cal. O movimento de pessoas (escravos, forros e livres) pelas ruas, trabalhando, a agitação do mercado do peixe (MOUTINHO, 1869: 17) as quitandeiras e vendedores de produtos alimentícios no Campo do Ourique e na travessa da Câmara. Suas igrejas, os prédios públicos, os “casarões”, os casebres dos livres pobres, escravos, mestiços e índios que ocupavam os espaços físicos históricos que eram saturados de significações, que foram acumuladas através do tempo e se tornaram uma produção social sempre reconstruída pelas relações sociais.

Na Sé, as ruas centrais eram quase todas calçadas de pedra cristal. Das poucas ruas existentes a principal era a Bela do Juiz, que partia do largo da Matriz e desembocava no Arsenal de Guerra, continuando ainda com outro nome. Segundo (MOUTINHO, 1869: 18), existiam também as ruas da Direita, a do Comércio, Augusta, a do Campo, da Esperança, a da Piçarra, Formosa e a do Mundéu, as quais ficavam no centro da Cidade, todas elas cortadas por becos na maior parte tortuosos.

O Porto era ligado, em princípio, pela rua “dos Pescadores” ou “Rua Nova” e também pela rua “Bela do Juiz”, que se dividia em vários trechos com diferentes denominações: Rua do Juiz, Cruz das almas, Capim Branco, Chacrinha e Taquaral. O Porto surgiu em função da Rua Grande, nome originado devido a sua largura, outras ruas, avenidas e becos compunham o Porto: o Beco Quente, o Beco sujo, o Beco do José do Carmo, a Travessa da Marinha, a Praça Jardim do Porto e o Largo do Arsenal de Guerra. Professor podemos trabalhar com a história social das praças e largos sempre como lugares de sociabilidades.

A Cidade de Cuiabá/MT se estruturou e se organizou seguindo a topografia e em cada morro existia uma igreja: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Morro do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho e o Seminário da Conceição ficavam no Morro do Bom Despacho. As exceções eram a Igreja do Senhor dos Passos, que foi construída em lugar baixo, próximo ao córrego da Prainha, uma pequena capela dedicada à Imaculada Conceição, que ficava no Hospital da Santa Casa e a Igreja da Boa Morte, que estava localizada na região acima da Igreja Matriz. As principais praças eram: da Matriz, do Palácio, da Boa Morte, Ypiranga, do Arsenal de Guerra, São Gonçalo e o Campo do Ourique. E as outras religiões não apareciam, professor abra um debate com seus alunos sobre a religiosidade popular no século XIX e atualmente como está organizada a religião em Cuiabá?

A Cidade ao ter o seu traçado urbano definido se envolve com a diversidade de pessoas e lugares, porque é na legitimação desta diversidade que ela molda o seu espaço urbano. Nesta tese não trabalhamos com a ideia de uma Cuiabá homogênea, mas sim várias Cuiabás, com expressiva população negra, que ocupou um espaço centenário (ruas, fontes de abastecimento de água e tavernas) no século XIX, como discutiremos posteriormente.

Para Ítalo Calvino uma cidade contém todas as outras cidades, dependendo da direção dos nossos olhares. A cidade é entre outras coisas moradia, em sentido amplo e simbólico que ganha visibilidade.

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes e esfoladuras. (CALVINO, 1994: 28)

Ao analisar a cidade do Rio de Janeiro/RJ no século XIX, (REIS & SILVA, 1989: 10) tendo como base a demografia (alto índice de negros na população), a cultura, as redes de relações sociais e os espaços de sociabilidade, que articulavam às áreas urbanas e rurais demonstraram a existência de várias cidades negras no Brasil. Destas, eles destacam a do Rio de Janeiro/RJ, Capital do Império, Salvador, Capital da Bahia; São Luís, Capital do Maranhão e Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul.

Esses autores utilizando os dados demográficos do censo de 1872 classificaram Cuiabá/MT como uma “Cidade Negra”, que guardava semelhanças com outros centros urbanos, onde as ruas eram dominadas pelos negros (escravos e livres). Para Reis & Silva “Na mais distante Cidade de Cuiabá, na província de Mato Grosso, havia apenas 1.394 escravos, porém 5.585 de pardos e pretos livres. Todos representavam 63% de toda a população.” (REIS & SILVA, 1989: 11) Será que atualmente a cidade ainda tem essa porcentagem de negros? Busque um realizar um debate sobre esse tema com o seus alunos.

Nessa perspectiva, consideramos Cuiabá Oitocentista como uma Cidade Centenária, que permanentemente foi produzida e reproduzida em divisões espaciais por seus moradores no século XIX. Dentro dessa Cidade se fazia presente a “Cidade Negra” constituída por lugares e espaços ocupados pela população negra. Para Sidney Chalhoub, (1990) a “Cidade Negra” era a junção de várias realidades e de práticas sociais, que constituíram através das relação sociais um sentido político ao cotidiano dos sujeitos históricos, que transformaram eventos aparentemente corriqueiros em enfrentamentos políticos.

A “Cidade Negra”, aqui caracterizada pela demografia, a qual abordaremos no segundo capítulo, e pelo espaço geográfico (mapa 1) era uma área formada por ruas, becos, travessas, bicas, fontes, chafarizes e tavernas conquistadas palmo a palmo pelos negros (livres e escravos). Nesse entendimento nos aproximamos da análise de Maria de Lourdes Bandeira (1988: 35) quando a mesma utiliza a demografia como uma forma de marcar a presença negra na região e quando trabalha a questão da apropriação do espaço pelos corpos negros.

Para Michel de Certeau, o conceito de espaço só é considerado enquanto tal, quando este se realiza enquanto vivência. Ou seja, um determinado lugar só se torna espaço quando praticado, quando os sujeitos o utilizam, temporizam, vivenciam as suas relações cotidianas e o fazem ter sentido. Quando acontece essa transformação, o lugar se torna lugar prático, ou melhor, um espaço vivido, ocupado, que por sua vez, resulta no cruzamento constante de sujeitos históricos tendo como consequência a produção de operações historiográficas (CERTEAU, 1982: 174) que norteiam o indivíduo a reconhecer e a mudar o lugar habitado, é o efeito produzido pelas operações, que o orientam, assim o espaço passa a ser um lugar praticado.

No ensino de história, segundo os PCNs, o conhecer a história auxilia na transformação do aluno em cidadão, e ao professor cabe escolher o conteúdo que propicie aos alunos conhecer as problemáticas e os anseios individuais de classe e de grupos que formam o espaço habitável na sociedade, no nosso caso, a cuiabana.

Na Cidade de Cuiabá/MT, as ruas traçadas nos mapas são lugares, meros traços em uma folha de papel. Mas quando as pessoas são nelas inseridas, estas ruas ganham movimento por meio dos fragmentos de vida dos caminhantes, das suas experiências e das suas relações sociais. Os traços se transformam em espaço (CERTEAU, 1982: 2002), que foi apropriado pelos escravos, pelos negros livres, pelos índios, mestiços e pelos brancos, que o utilizaram como um meio para criar, fortalecer e ampliar as suas relações sociais.

O lugar praticado, exposto, vivido, modificado é algo fisicamente imóvel que depende do movimento de um coletivo para se ressignificar e se atualizar constantemente. O dispositivo que transforma o lugar em espaço é sutil, mas adquire tal condição justamente por uma vivência temporal do sujeito em determinado lugar, “o espaço público só adquire identidade quando praticado pelos indivíduos através do contato físico, nos levando a pensar em um tipo de inter-relação com tais lugares.” (CERTEAU, 1982: 174).

As relações sociais só existem quando produzem efetivamente um espaço. Elas ocorrem em um lugar determinado, construído por um processo histórico e social que revelam ações de persistência, preservação, rupturas e transformações.

Considerando a existência de uma “Cidade Negra” em Cuiabá/MT, podemos dizer que os bairros Mandioca, Bahú e Rosário são lugares centenários (re)construídos pela população negra e as suas ruas espaços negros de continuidade e expansão da cidade. O espaço aparece como condição, meio e produto da reprodução e transformação social, que é uma prática comum no processo histórico. Professor quais são os outros lugares que podemos chamar de centenários? Perto da escola existem esses lugares? Leve seus alunos, faça-os sentirem os espaços negros da cidade no qual eles vivem.

Nos espaços urbanos, os negros, mestiços e brancos pobres tinham grandes chances de burlar o controle do Governo e de seus senhores e o bairro dentro da “Cidade Negra” era um pedaço do urbano atravessado por um limite geográfico invisível. Diante do conjunto da cidade existem códigos que o usuário não domina, mas que deve se apropriar para poder viver.

Esse espaço urbano ocupado pelos negros em Cuiabá/MT é fruto das relações sociais e de apropriações, que ocorreram ao sair de casa, ao andar pela rua, ao ser inserido em uma rede de sinais preexistentes, através de uma mistura social (mesmo proibida). É o lugar da vida cotidiana como um objeto de construção, do qual se apropria o usuário do espaço público, que através do conhecimento dos espaços, trajetos cotidianos, relações de vizinhança e a relação com outros sujeitos. Esses fatores combinados produzem e organizam um dispositivo social e cultural, no qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento e de base para a construção de uma identidade.

Esse reconhecimento do lugar foi vital para o negro (escravo e livre), porque foi através das suas relações sociais amigáveis e conflituosas que ele contestou a sua situação jurídica e social. Como exemplos dessas relações

sociais temos o escravo Marcolino,<sup>84</sup> que em 1874, para vender os produtos de um furto, buscou na crioula Perpétua, dona de uma taverna no Distrito da Sé, a solução para o seu problema de logística. O escravo Salvador<sup>85</sup>, em 1866, demonstrou um conhecimento profundo dos espaços ao vender a mercadoria furtada nos lugares que seria bem aceita. São essas as ações sociais praticadas pelos negros que demonstram a complexidade da sua inserção no ambiente da Cuiabá Oitocentista.

A cidade como um nome próprio, oferece a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra. As pessoas reinventam, criam e recriam a cidade na sua multiplicidade<sup>86</sup>, e não apenas para ser um mero depósito de mercadoria. Seus espaços são espelhos inquietos, precisam ser interpretados e problematizados exaustivamente para analisarmos os vários sentidos que eles acolhem, abertos a constantes significações.

A cidade é formada por um discurso utópico e urbanístico, cujos princípios são baseados em uma tripla operação: a ideia de um espaço próprio, a constituição de um não tempo e o estabelecimento de um sujeito universal, que constituem um entendimento, no qual a cidade ao adquirir um nome próprio, com a racionalização do espaço cria suas próprias necessidades. “A vida urbana remonta aquilo que o projeto urbanístico dele excluía.” (CERTEAU, 1982: 174).

A exclusão é um atentado contra a cidadania. Como a escola e o ensino de história estão trabalhando com este tema em sala de aula? Discutir a cidade, seus espaços públicos e particulares é uma forma de se combater a exclusão urbana? Discutir cidadania e ensino de história, tendo como ponto de partida a formação histórica das cidades e seus espaços é uma forma de exigir transformações urgentes nas relações pessoais e socioeconômicas frente as demandas apresentadas pelas políticas sociais.

Devemos colocar sob suspeita alguns dos caminhos trilhados por uma determinada política, ao denunciar as inconsistências, as contradições “entre aquilo que as autoridades articulam e aquilo que delas é aceito, entre a comunicação que permitem e a legitimidade que pressupõem, entre aquilo que elas tornam possível e aquilo que as tornam críveis.” (CERTEAU, 1982: 174).

## Referências Bibliográficas

ABREU, M. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.) Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

<sup>84</sup> Processo crime. Réus: os Escravos Marcolino, Rufino, André e o Liberto Norberto-Vitima: Major José Eugênio Moreira. Ano 1874. N 318. Caixa 13. Tribunal da Relação – APMT.

<sup>85</sup> Processo crime. Réus: Escravo Salvador e o Soldado do 5º Batalhão de Artilharia em Pé, Pedro José Celestino-Vitima: Igreja Matriz de Cuiabá. Ano 1866. N 278. Caixa 12. Tribunal da Relação – APMT.

<sup>86</sup> A citação a seguir mesmo sendo uma análise da cidade moderna nos ajuda a pensar o espaço enquanto múltiplo, construído e apropriado. “O espaço [...] é uma realidade construída e não uma extensão bruta e objetiva[...] Ontem, como hoje, os níveis da sua construção (da sua leitura) são diferentes, o que faz com que, numa mesma sociedade, coexistem distintos espaços, organizados e hierarquizados diferentemente, correspondentes aos distintos planos da existência coletiva. [...] Isto explica a coexistência (por vezes conflitual) de vários discursos sobre o espaço e de diversas práticas de apropriação espacial[...] HESPANHA, Antonio Manuel (coord.) *O Antigo Regime (1620-1807)* Lisboa Editorial Estampa, p. 39. In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs). *A terra da conquista – História de Mato Grosso Colonial*, p. 11

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília : MEC/SEF, 1997.

CALVINO. Ítalo. As cidades invisíveis. (trad. Diogo Mainardi) São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

FREITAS. Marcos Cezar. Historiografia brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO FILHO, Oswaldo. Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá – MT: Carlini & Carniato: EdUFMT, 2006.

NOGUEIRA, Clementino. Entre a vida e a morte no jogo das paixões – mulheres e homens no espaço urbano de Cuiabá Séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso. 2001.

PÓVOAS, Lenine C. História da cultura Mato-grossense. Cuiabá, 1982.

REIS, João J. & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs). *A terra da conquista – História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá, Ed. Adriane, 2003.

SILVA, Cristiane dos Santos. Irmãos de fé, irmãos no poder: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso. 2001

## **VANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO SPED FISCAL BLOCO K NA EMPRESA SUCROALCOOLEIRA DO VALE SÃO LOURENÇO.**

Maria Aparecida Araújo de Souza<sup>87</sup>  
Jailson da Conceição Teixeira<sup>88</sup>  
Jamile Viana Calazans Salim<sup>3</sup>  
Amauri Gonçalves de Oliveira<sup>4</sup>  
Diego Campos Pereira<sup>5</sup>

### **RESUMO**

O Bloco k faz parte do sistema público de Escrituração Digital (sped), que estabelece e integra a informatização do Livro de Registro de Controle de Produção e do Estoque entre o fisco e seus contribuintes. A partir de 1 de janeiro de 2017 todos os estabelecimentos contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal pela EFD e pelo faturamento e CNAE, serão obrigados a enviar o Sped fiscal contendo as informações exigidas no bloco K. Esse bloco é um modulo dentro do Sped fiscal que receberá as informações detalhadas da produção e dos Estoques das empresas. O fisco terá total acesso a todos os dados do processo produtivo e das movimentações dos estoques internos e externos, permitindo grande facilidade no cruzamento das informações. Com os objetivos específicos, buscou-se estudar o projeto SPED e seus objetivos e vantagens, analisar a estrutura da empresa quanto a preparação para a implantação do Bloco K, demonstrar os impactos que irão causar com essa obrigatoriedade. Para a pesquisa foi utilizado o método qualitativo, dedutivo e a pesquisa bibliográfica, foi realizado uma entrevista na qual evidenciou que a empresa ainda não está preparada para implantação do Bloco k, pois não possui um planejamento, deixando claro que somente o setor de contabilidade tem conhecimento do modulo bloco K.

**Palavras- chave: Sped. Bloco K. Contabilidade.**

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>87</sup>Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-Eduvale, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. Email: [maria.aparecida@upsflex.com.br](mailto:maria.aparecida@upsflex.com.br)

<sup>88</sup>Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Eduvale, Pós graduado em Tecnologia de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal pela ESAB, Pós graduado em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário pela UNIC Rondonópolis e Mestrando em Contabilidade Gerencial pela FUCAPE.

<sup>3</sup>Especialista em Controladoria e Finanças e Docência e didática (2018) pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2015), Professora de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.

<sup>4</sup>Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2014), Pós Graduado em Matemática pela UFMT ( 2004) Graduado em Matemática pela UFMT (2002), Graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2009).

<sup>5</sup> Formado em Administração Professora de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.

O mundo tem passado por grandes transformações, principalmente no campo tecnológico que tem cada vez mais alcançado grandes patamares. Percebe-se que a tecnologia se inova, conquistando novas fronteiras, fazendo com que a comunicação seja mais rápida e chegue em tempo real.

O SPED – Sistema Público de Escrituração Digital é um programa do governo que visa o acompanhamento das empresas que antes era realizado através de notas fiscais no papel e agora pode ser feito utilizando a tecnologia a seu favor. O Sped foi regulamentado e constituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC, 2007-2010).

Pode-se observar que o SPED é formado por vários subprojetos e entre eles está o Bloco K. O Bloco K é um módulo dentro do SPED Fiscal que receberá as informações da produção e do estoque das empresas. De acordo com o artigo 72 do regulamento do ICMS, o Bloco K consiste no controle da Produção e do Estoque dentro do Sped – ICMS/IPI é a escrituração fiscal digital, composto por diversos blocos, onde constam informações sobre as notas de compra e vendas, inventário, dados dos fornecedores e clientes, unidades de medidas e outras informações.

O projeto vai afetar diversas rotinas, adicionando a necessidade dos departamentos estarem completamente integrados, para que as informações sejam claras e informadas dentro dos prazos. Se as empresas não cumprirem com suas obrigações poderão ser multadas. Com a Implementação do sistema, o envio se dará diretamente entre o fisco e o empregado, facilitando o cruzamento de dados e diminuindo tanto a incidência de erros quanto a sonegação.

Diante o exposto o estudo tem por objetivo evidenciar as vantagens da implantação do bloco K na empresa sucroalcooleira do vale São Lourenço.

Com os objetivos específicos, buscou-se estudar o projeto Sped Fiscal e seus objetivos e vantagens, analisar a estrutura da empresa quanto a preparação para implantação do bloco K, demonstrar os impactos que essa obrigação irá causar na empresa pesquisada.

Para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa in loco e a entrevista, para recolhimento de dados sobre a aplicação do Bloco K. Esse procedimento utilizado possibilitou a ampliação do conhecimento teórico, bem como a fundamentação dos pontos importantes que permearão o estudo.

Quanto ao meio de pesquisa utilizou-se o método qualitativo e dedutivo e a pesquisa bibliográfica, as principais fontes enfocadas foram: livros; publicação; artigos; textos on-line; revistas reforçando dessa forma a compreensão da questão em pauta. Diante do exposto conclui-se que a empresa pesquisada não está preparada para implantação do bloco K, pois não possui um planejamento e deixa claro que somente o setor de contabilidade tem conhecimento do módulo Bloco K o que é um equívoco, pois um planejamento é de suma importância, havendo, que as informações requeridas terão que ser bem detalhadas, e para isso todos os envolvidos devem possuir conhecimento a respeito, para assim evitar informações incorretas.

## 2. SPED-Sistema Público de Escrituração Digital

O SPED é a sigla para o Sistema Público de Escrituração Digital, instituído pela Presidência da República, pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007-2010) e consiste na modernização do cumprimento das obrigações transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Seu objetivo é o de promover a integração das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal, mediante o compartilhamento das informações contábeis e fiscal, tornando assim a fiscalização mais efetiva e evitando crimes contra a ordem tributária. (Manual do Sped).

O SPED é composto por cinco subprojetos:

- NF-e: Nota Fiscal Eletrônica
- CT-e: Conhecimento de transporte eletrônico
- EFD: Escrituração fiscal digital
- ECD: Escrituração Contábil digital
- NFS-e: Nota fiscal de serviços eletrônica

Esses projetos estão caracterizando uma nova era de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Antes do SPED, toda documentação dos contribuintes era baseada em papéis e carimbo, o que impedia um controle efetivo do que era ou não declarado, ocasionando uma passível evasão de tributos. Com o novo sistema, o Fisco terá em tempo real todas as informações da contabilidade das empresas.

Os livros e documentos contábil e fiscal passaram a ser emitidos de forma eletrônica, unificando as atividades de recepção, validação, autenticação e armazenamento dos documentos que integram a escrituração fiscal e contábil das empresas. (Rocha e Almeida, 2015)

Desde a implantação do SPED nota-se que houve uma nova era nas relações entre o Fisco e os contribuintes, onde o recorde de arrecadação de impostos é visível. Isso não se dá pelos aumentos de alíquotas ou pelo crescimento da economia brasileira, mais sim por conta do monitoramento das atividades fiscais, ou, seja o SPED estabelece um novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda sociedade.

Esse cenário, além de representar mais empresas fora da informalidade, enquadra os contribuintes cada vez mais obrigados a atenderem exigências fiscais. Com a vigência do Sped, todas as empresas brasileiras se viram obrigadas a entrar definitivamente na era digital, automatizando processos e fluxos operacionais.



Depois da implantação do Sped Contábil e Fiscal, restou para as empresas uma única forma de fraudar a fiscalização tributária: pelo controle de produção e do estoque. Manipulando as quantidades e avaliações de matérias-primas, materiais e produtos acabados, ainda é possível reduzir os valores devidos de IPI, ICMS, PIS, COFINS, IR e CSLL. Os esforços do Fisco em controlar a produção e o estoque das empresas foram em vão.

## **2.1 Bloco K**

O Bloco K é um modulo dentro do SPED Fiscal que receberá as informações da produção e do estoque das empresas. Com a implementação do SPED Fiscal o governo obterá com maior clareza o que ocorrer dentro das organizações, compras e vendas. Tal controle será viável através da inclusão do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque no SPED Fiscal. Diante deste controle o governo terá total conhecimento dos acontecimentos no processo produtivo e a movimentação completa de cada item do estoque, possibilitando a averiguação de informações, com o cruzamento das mesmas, através dos dados informados pelas indústrias diante da implantação do Bloco K.

De acordo com o artigo 72 do regulamento do ICMS, o Bloco K consiste no controle da Produção e do Estoque dentro do Sped – ICMS/IPI é a escrituração fiscal digital, composto por diversos blocos, onde constam informações sobre as notas de compra e vendas, inventário, dados dos fornecedores e clientes, unidades de medidas e outras informações. As empresas terão que ter cuidado e atenção especial, para a forma que as informações detalhadas forem informadas nos blocos, detalhes de consumo de matérias-primas e percentuais de perdas no processo, estoque de cada componente, a movimentação de estoque, estoque final mensal, produtos consumidos e produtos produzidos. Caso não haja conformidade nos dados informados e/ou apresentarem informações não compatíveis, os mesmo poderão gerar uma base de cálculos de impostos incorretos, podendo ser instrumento de multas significativas.

Desde a criação do Livro Modelo 3 – Registro de Controle da Produção e do Estoque em 1972, até a avaliação dos estoques por valores previsto no artigo 296 do RIR (Regulamento do Imposto de Renda) a Receita Federal) nunca conseguiu fechar o ciclo operacional das empresas. Somente agora com publicação do Ajuste Sinief em 18 de outubro de 2013 e ato Cotepe de 21 de novembro, que incluiu no Sped Fiscal o Livro Registro de Controle de Produção e do Estoque, denominado Bloco K, é que a receita Federal efetivamente fecha o ciclo operacional das empresas e reduz a zero as possibilidades de qualquer fraude fiscal mediante a manipulação dos estoques.

O Bloco K teve sua origem através do Livro modelo 3, que tinha como objetivo informar para o fisco estaduais e federais a movimentação de estoque, toda a fase de produção, além de promover um controle de custos de mercadorias e produtos. O Livro Modelo 3 acabou sendo substituído pela ficha KARDEX, ou seja, fichas para controle de estoque que deveriam ser arquivadas e autenticadas em um

Posto Fiscal de jurisdição da empresa. Na verdade o novo Bloco K é a escrituração digital do Livro de Controle de Produção e do Estoque Modelo3. O objetivo continua o mesmo, abrangendo todas as áreas em conjuntos, equipe contábil, vinculando os custos, juntamente com a equipe tributária fiscal e jurídica, e não só exclusivamente da área fiscal, visto que todos estarão na mesma base de dados, criando a possibilidade e o cruzamento de dados entre eles. Sem essa ação conjunta a escrituração se torna suscetível ao erro, ocasionando autuações tanto na apuração de IPI, ICMS, PIS e COFINS, como na escrituração do IRPJ e da CSLL.

Como todos os demais projetos da Era SPED, as empresas precisam se estruturar para atender ao fisco no que é exigido, nada mais que isso. O interesse do governo é ter unicamente o controle total e irrestrito sobre todos os produtos comercializados no país, desde a sua origem até o consumidor final. Com este controle, o governo saberá a real posição dos estoques das empresas, reduzirá as vendas sem nota fiscal e poderá aplicar o tratamento igual para todas as empresas. A partir do momento que todos os contribuintes efetivamente pagarem os impostos devidos por tudo o que comprem, produzem e vendem, é fato que a arrecadação do governo alcançará níveis muito maiores. O que a classe empresarial e os contribuintes de uma forma geral esperam é que, com isso a carga fiscal brasileira possa ser ajustada aos padrões internacionais, tornando o Brasil um país mais competitivo. Talvez um sonho diante de tudo o que temos visto em nosso país. No que envolve o Bloco K, o grande objetivo com esse projeto é fechar a única parte do controle de estoque que o governo ainda não tem.

Hoje, o governo já controla tudo o que é comprado e vendido através dos XML das Notas Fiscais Eletrônicas, Bloco C do EFD ICMS/IPI. Já está em fase de operacionalização do cupom Fiscal Eletrônico. A posição do Inventário é enviada anualmente através do Bloco H. Assim, resta apenas o governo saber onde os insumos adquiridos eram empregados nos produtos industrializados. Então foi criado o Bloco K. O que será exigido é apresentar o consumo efetivo dos insumos nos produtos produzidos e vendidos. Se o processo é direto ou passa por caminhos intermediários caberá à empresa encontrar a melhor forma de apresentar os dados, garantindo a rastreabilidade total entre os insumos comprados e consumidos sem revelar os dados estratégicos e sigilosos da empresa. (<http://www.ebs.com.br>).

## **2.2 Controle de Produção**

Para o controle de produção as informações serão obtidas através dos seguintes registros:

- . Bloco 0 – Abertura e Identificação do Item;
- . Registro 0200 – Tabela de Identificação do Item;
- . Registro 0210 – Consumo Específico Padronizado;
- . Registro 0220 – Fatores de Conversão em Unidade;
- . Bloco K – Livro Registro do Controle da Produção e do Estoque;

- . Registro k100 – Período de apuração de ICMS/IPI;
- . Registro k200 – Estoque Escriturado;
- . Registro K220 – Outras Movimentações Internas Entre Mercadorias;
- . Registro K230 – Itens produzidos;
- . Registro K235 – Insumos consumidos;
- . Registro K250 – Industrialização Efetuada Por Terceiros – Itens Padronizados;
- . Registro K255 – Industrialização em Terceiros – Insumos Consumidos;
- . Registro K990 – Encerramento do Bloco K.

### **2.3 Planejamento para implantação do bloco k**

Todas as implantações efetuadas pelo SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) até agora sempre demandaram mais de uma área dentro das empresas. Para o entendimento completo do mecanismo do bloco K, é fundamental a criação de um grupo de gestão do SPED Fiscal, onde haja envolvimento das áreas administrativas, mais especificamente, a contabilidade e o departamento fiscal e tributário, profissionais das áreas de produção, engenharia e tecnologia da informação.

Primeiramente será importante a realização de uma reunião com os profissionais envolvidos e com a participação da diretoria, com o objetivo de explicar os objetivos e o funcionamento do bloco k, destacando a importância das informações em forma da lei. Na sequência é analisar o sistema da empresa se está preparado e adequado para o fornecimento dos dados necessários para os registros correspondentes. Outras áreas serão envolvidas, e com um grau de responsabilidade tão grande quanto àquelas que executarão o trabalho final de entrega da obrigação. Para a distribuição das responsabilidades serão constituídas da seguinte forma:

-A área industrial fornecerá as informações sobre a composição do produto fabricado, perdas decorrentes do processo de produção, volumes produzidos e saldos de inventário.

-A área de tecnologia de informação estará envolvida com interfaces, integrações e parametrizações para assim atender ao leiaute da Receita Federal e viabilizar as informações solicitadas no Guia Prático da EFD (Escrituração Fiscal Digital).

-A área de Controladoria basicamente estará envolvida com o PVA (Programa Validador e Assinador) e com os aspectos contábil e fiscal do Sped.(ROCHA;ALMEIDA,2015).

### **2.4 Obrigatoriedade**

O Conselho Nacional de Política Fazendária publicou o Ajuste Sinief nº 17/2014, em 21 de outubro de 2014, que trouxe a obrigatoriedade adoção do Bloco K a todos os estabelecimentos contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal pela EFD, a partir de 1º de janeiro de 2016, para os

estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e para os estabelecimentos atacadistas, podendo, a critério do Fisco, ser exigida de estabelecimento de contribuintes de outros setores.

Em dezembro de 2015, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) prorrogou o início da obrigatoriedade do Bloco K. Os novos prazos estão no Ajuste Sinief nº 13 de dezembro, publicado no Diário Oficial da União (DOU). Os novos prazos serão segregados pelo faturamento e por CNAE, alterando o§ 7º da cláusula terceira do Ajuste Sinief 02/09, de 03 de abril de 2009, fica definido os prazos em:

- 1º de janeiro de 2017,

a) para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes à empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300.000.000,00;

b) para os estabelecimentos industriais de empresa habilitada ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle informatizado (Recof) ou a outro regime alternativo a este;

- 1º de janeiro de 2018,

a) para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 78.000.000,00;

- 1º de janeiro de 2019,

Para os demais estabelecimentos industriais; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os estabelecimentos equiparados a industrial.

Para o Bloco K, é considerado estabelecimento industrial aquele que possui qualquer processo que caracteriza industrialização, segundo a legislação de ICMS e de IPI, mesmo que possua alíquota zero ou isenta.(Ajuste sinief1, de 14 de janeiro de 2016).

## **2.5 Vantagens da implantação do Bloco K.**

Segundo pesquisa realizada no site: <https://www.sistemagon.com.br/>, afirma-se que apesar de o Bloco K ser uma obrigação fiscal que vem gerando muito debate e reclamações entre os empresários, especialmente devido a questões de segredos industriais, a verdade é que o cumprimento de suas exigências traz vantagens importantes para empresa. O principal benefício do cumprimento dessa obrigação reside no fato de que um controle mais estrito do estoque passa a ser uma necessidade. Com isso e, em médio e longo prazo a empresa pode se beneficiar de ter informações mais relevantes sobre o estoque, o que ajuda e facilita a gestão do estoque. Será possível, por

exemplo, fazer um balanço de estoque mais eficiente e em menos tempo, trazendo benefício para empresa.

Além disso, o uso de um sistema de gestão para que seja possível gerar e analisar um grande fluxo de informações também traz benefícios, redução dos custos, otimização da utilização dos recursos e melhoria na competitividade.

O Bloco K do SPED Fiscal tende a modificar de maneira bastante efetiva a relação entre a gestão e o estoque para a maioria das empresas. Com mais controle e mais informações, entretanto, a empresa tende a se beneficiar ao conhecer e dimensionar corretamente tudo aquilo que possui estocado.

O fisco terá todas as informações relativas às quantidades produzidas e os insumos consumidos em cada produto em processo ou produto acabado, além das informações de industrialização efetuadas por terceiros. Com isso, será possível realizar uma projeção do estoque de matéria-prima e de produtos acabados das empresas e encontrar falhas nos cruzamentos de dados feitos eletronicamente.

## **2.6 Preparação das empresas para implantação do Bloco K no Sped**

O Bloco k do Sped que é uma obrigação fiscal determinada pela Receita Federal, a qual deveria ter entrado em vigor em 1º de janeiro de 2015, mas devido a uma pressão por parte dos empresários, a Receita decidiu adiar o começo da obrigatoriedade pra 2016, de modo que eles pudessem se adequar à nova realidade. As empresas terão que se preparar para cumprir o bloco K, primeiramente é primordial que a empresa estude o formulário, o que é preciso informar, como se deve fazer o preenchimento e contar com um serviço contábil especializado ou profissional que atue nesse sentido.

Deve-se estudar minuciosamente o regulamento sobre o Bloco K, como se dá a sua transmissão, ter acesso ao Sped e preencher corretamente os dados. Uma boa gestão de estoque é algo que se deve investir, caso a empresa ainda não o tenha, como forma de facilitar o trabalho.

As empresas deverão se preparar, devido as particularidades quanto as informações que serão obrigadas a serem apresentadas. O Fisco terá acesso a todo o processo produtivo das empresas e a movimentação de todo o estoque. Será possível realizar diversos cruzamentos tendo em vista o volume de informações, como por exemplo: o fisco poderá verificar se tudo o que é utilizado na produção corresponde ao que foi produzido ou está nos estoques existentes.

A empresa que transmitir com erros poderá sofrer as seguintes penalidades: Na esfera estadual, o atraso no envio das informações gera multa de acordo com Lei 7098/98 do regulamento do Icms/MT. Na esfera Federal, a multa é de R\$ 500 para as empresas enquadradas no Simples Nacional e de R\$ 1.500 para outras. No caso de erro no preenchimento do Bloco K, será cobrado o equivalente a 3% sobre as obrigações comerciais. Terá ainda as multas pelo imposto não recolhido, que podem

chegar a 100%. Isso sem falar no risco de a empresa ser acionada judicialmente por crime de sonegação fiscal.(BUONAMICI, Vinicius,<http://www.ppi-multitask.com.br/>).

## **2.7 Impactos nas Indústrias**

Segundo pesquisa realizada no site <http://www.jornalcontabil.com.br/>, onde foram citadas 3 tipos de impactos que ocorrerá nas indústrias com a implantação do bloco K:

### **Impacto 1 – Controle do Consumo de insumos;**

O fisco está exigindo que as empresas industriais tenham total controle de estoque e utilização dos insumos. Movimentação de ajuste de estoque (ditos ajustes de inventário), movimentações de consumo interno de insumos não apropriados a ordens de produção, não serão escriturados no Bloco K. A orientação é que estas movimentações devem ser escrituradas em outro bloco, pois devem-se emitir nota fiscal para estas saídas.

### **Impacto 2 – Perda Padrão;**

Como informação sobre os produtos é solicitado ao contribuinte a informação dos coeficientes de utilização dos insumos para o produto produzido, com percentual de perda, ou seja, para quem usa o sistema Protheus da TOTVS, estrutura de produto. Caso durante o processo de produção tenhamos perda ou consumo superior ao previsto na estrutura de produtos que exceda o percentual de perda, caberá a fiscalização “entender” o que é razoável ou não. Assim fica claro que seremos escravos do que dissermos e por isso teremos que ter muita atenção na estrutura.

### **Impacto 3 – Controle do Estoque e Equívocos Comuns;**

Com as informações disponibilizadas, o fisco terá condições de ter um controle de estoque em paralelo ao da sua empresa.

Equívocos comuns que passam a gerar exposição a empresa pós Bloco K:

- . Entrar nota de entrada com unidade de medida não coerente com a unidade de medida do estoque;
- . Lançar posterior ao fechamento de uma OP, movimentações de insumos (requisição ou devolução);
- . Utilizar um insumo e o previsto na estrutura era outro;
- . Utilizar sobras de outras Ordens Produção ou materiais de clientes para produzir, apontando como se fossem consumidos do estoque;
- . Deixar Ordem Produção em aberto indefinidamente;
- . Não ter controle de material em terceiro;
- . Utilizar materiais de terceiros e apontar como se fosse próprio;
- . Abrir um OP para assistência Técnica;
- . Entre outros.

Normalmente são equívocos de procedimentos que devem ser realizados no sistema, mais muitas vezes não são observados. Por isso cabe as pessoas envolvidas como assessoria fiscal e

contábil da empresa analisar os processos e procedimentos que estão sendo realizados e propor procedimentos que sejam coerente para evitar “exposições” desnecessários.

### 3. Metodologia

O desenvolvimento metodológico constitui o plano de investigação, como se chegará ao final do estudo. Orienta a investigação, contém as estratégias que podem ser seguidas para dar respostas ao problema formulado, alcançar os objetivos e comprovar as hipóteses.

André – Egg, (1993, pág. 153), disse ao respeito: “Conjunto de operações básicas que permite levar adiante o processo da investigação”. Permite ao investigador estabelecer os passos a seguir pondo em prática sua iniciativa e criatividade. Objetiva-se então neste capítulo, mostrar os caminhos a serem percorridos durante a pesquisa para se alcançar os resultados desejados. Será apresentado e definido as sequencias de atividades a serem realizadas durante o percurso de investigação.

Para tudo que se faça, é preciso um roteiro, uma estrutura lógica, uma maneira de se fazer tal coisa. A isto se chama de método. Método "ordem que se segue na investigação da verdade, no estudo de uma ciência, ou para alcançar um fim determinado". Método é maneira, ou meio de se trabalhar. Pelo método se tem maior facilidade em todas as atividades que se está desenvolvendo. Segundo a natureza da ciência em estudo, podemos utilizar vários métodos. Assim, as ciências formais utilizam os métodos lógicos, que operam com entidades de natureza abstrata ou ideal. As ciências fáticas, utilizam os demais métodos como: entrevista, observação e questionário.

As ciências formais são as que se dedicam primordialmente a estudar e analisar entes ideais como: os conceitos, ideias e objetos abstratos criados pelo homem, excluindo os fatos, e para as quais unicamente se conta com a razão para fazer uma análise; por exemplo, estas ciências podem ser a lógica e a matemática. No outro extremo se encontram as ciências fáticas, que são as que estudam os objetos e fatos reais que fazem parte do habitat do homem; estapor sua vez se subdivide em ciências naturais e ciências sociais.(ANDER-EGG, Ezequiel, 1993).

Nas ciências formais, utilizou-se o método dedutivo para analisar e encaminhar o tema. O método dedutivo é um método lógico que pressupõe que existam verdades gerais já afirmadas e que sirvam de base (premissas) para se chegar através dele à conhecimentos novos.

Para atender as necessidades desta investigação, foi utilizada a ciência fática, com o método da observação. É uma técnica muito importante e o pesquisador deve ter clareza de como vai lidar com os fatos que irá observar; ele precisa ter certa dose de imparcialidade para não deixar seus pontos de vista, preconceitos e conceitos interferirem na interpretação da situação observada, sem, contudo, desprezar a sua intuição.

Uma investigação científica pode ser realizada de acordo com um de vários modelos investigativos, contudo, toda a investigação científica será desenvolvida segundo um destes dois

paradigmas, quantitativa e qualitativa. A investigação quantitativa baseia-se na utilização de instrumentos de recolha de dados quantitativos como sejam questionários de resposta fechada e os resultados finais são depois apresentados num relatório do tipo estatístico. Ela atua em níveis de realidade na quais os dados se apresentam aos sentidos e tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis.

A investigação qualitativa baseia-se na utilização de instrumentos de recolha de dados do tipo qualitativo, como sejam a observação participativa ou a utilização de entrevistas. Ela trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos.

Para realização da pesquisa, foi usada a investigação qualitativa, que trabalha com descrições, comparações, interpretações e atribuição de significados possibilitando investigar valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões de indivíduos ou grupos. (CRESWELL, John W, 2017).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, utilizaremos a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica possibilitará a ampliação do conhecimento teórico, bem como a fundamentação dos pontos importantes que permeiarão o estudo. As principais fontes enfocadas foram: livros; publicações; artigos; textos on-line; revistas reforçando dessa forma a compreensão da questão em pauta. “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito; dito ou filmado sobre determinado assunto”; (Lakatos; Marconi; 2002 p.71).

A pesquisa bibliográfica do mesmo modo consente em esclarecimentos específicos sobre o objeto de estudo, possibilitando um alicerce sobre o assunto. Para a coleta de dados utilizamos a pesquisa in loco e a entrevista, para recolhimento de dados sobre a aplicação do Bloco K.

#### **4. Coleta de Dados**

Para verificarmos melhor a aceitação da implantação do bloco K na empresa, foi realizada uma entrevista com o Supervisor Contábil da empresa Sucroalcooleiro, localizada no município de Jaciara-MT. As perguntas foram as seguintes:

##### **1 - Concorda com a obrigatoriedade do bloco K?**

R: Sim, já que utilizamos a tecnologia a nosso favor, e o bloco K, vem para agregar e auxiliar melhor detalhar os processos e tarefas da produção.

O Bloco K é uma obrigatoriedade que vem substituir o antigo Livro Registro de Controle de Produção e Estoque (RCPE) – modelo P3, porém de forma totalmente eletrônica, possibilitando o cruzamento de dados pela Receita com outras obrigações acessórias entregues atualmente ao Fisco. A obrigatoriedade de escrituração do Bloco K começaria a partir de janeiro de 2016, mas foi prorrogada e será válida para todas as empresas industriais ou equiparadas à indústria que não estão enquadradas no Simples Nacional e MEI (Microempreendedores individuais).



## **2 - Acha que sua empresa possui estrutura para implantação do bloco K?**

R: Sim. Possuímos um sistema que já contempla todas as informações no que tange aquisições, saídas e produção. Atualmente a empresa possui uma equipe desenvolvendo procedimentos e aprimorando os existentes para a melhoria nas análises de custos, sendo que essas premissas de custos serão implantadas no orçamento, assim, viabilizando o gerenciamento dos valores previsto e realizados por produtos "Etanol e Açúcar". Acredito que para a empresa seja mais fácil, até porque produzimos dois produtos, então com essas informações consolidadas seria só adaptá-las ao bloco K. As empresas terão que estar atenta nas informações que serão enviadas ao fisco através do bloco K para que sejam corretos evitando assim futuras autuações.

## **3 - Quais as vantagens da implantação do bloco K na empresa?**

R: Na realidade o bloco vem de mocinho, mas na realidade o objetivo principal é ser utilizado como ferramenta na busca pelo aumento de arrecadação.

\* vantagens são:

- Com isso será possível expurgar do mercado, empresas que usam das artimanhas de sonegação;
- Aprimorar os controles de produção, e com isso diminuir tempo e desperdícios na produção;
- Diminuir custos operacionais.

Talvez, para uma empresa do nosso porte, não seja necessário grandes esforços, até porque a empresa já possui esses controles, ou seja, já temos detalhado o processo produtivo. Mas, para as pequenas e médias indústrias será importante para ter na ponta do lápis o custo de produção, haja vista que essas empresas têm dificuldades até para controlar o fluxo de caixa.

O bloco K poderá trazer vantagens para a empresa, poderá possibilitar melhorias no funcionamento da empresa. Uma das vantagens que pode-se notar é sobre a gestão, que poderá gerir a empresa com mais eficiência. Com a implantação do bloco K, a empresa poderá ter um melhor controle de seus produtos, ter um planejamento correto de compras, abastecimento, produção e estoque.

## **4 - Terá algum impacto na sua empresa com a implantação do bloco K?**

R: Sempre tem, mas será impacto positivo. Será mais uma ferramenta para auxiliar nos controles e procedimentos de produção, no qual o foco principal seria identificar os gargalos de desperdício no processo e isso para o empresário é ótimo.

Foram identificados 3 tipos de impactos que ocorrerá nas indústrias:

1 - Controle do Consumo de Insumos, a indústria terá que ter total controle de tudo que será consumido na produção.

2 - Perda Padrão será exigida a informação dos coeficientes de utilização dos insumos para o produto produzido, como o percentual de perda, ou seja, caso durante o processo do produto tenhamos perda ou consumo superior ao previsto na estrutura, caberá a fiscalização entender o que é razoável o não.

3 – Controle de Estoque e Equívocos Comuns, com as informações disponibilizadas, o fisco terá condições de ter um controle de estoque em paralelo ao da empresa. Alguns equívocos comuns são: Bloco k será utilizar um insumo e o previsto na estrutura era outro; lançar após o fechamento de uma ordem de produção, movimentações de insumos; entre outros.

### **5 -Quais dificuldades encontradas pela empresa para implantação do bloco K?**

R: Como ainda não iniciamos a implantação na empresa, não identificamos as dificuldades, mas acredito que não teremos dificuldades, haja vista que já é feito isto no dia a dia.

### **6 - A empresa possui planejamento para a implantação do bloco K?**

R: Não.

É fundamental que a empresa tenha um planejamento para implantação do bloco k, devendo envolver todos que fazem parte do processo produtivo da empresa para que tenham conhecimento do que é como funciona o bloco k, destacando a importância das informações na forma da lei.

### **7 - Todos os envolvidos conhecem o projeto bloco K?**

R: Atualmente, somente o pessoal da contabilidade conhece o bloco K.

Como as informações terão que ser bem detalhadas é muito importante que todos os envolvidos no processo tenham conhecimento a respeito do bloco k, ou seja, a responsabilidade não é somente da área contábil mais sim de todos.

### **4.1 - Análise dos Resultados**

Atualmente é aguardado com muita ansiedade por parte dos contribuintes o início da obrigatoriedade do envio das informações que são inseridas no bloco K, pois as empresas terão que detalhar ao fisco todos os componentes utilizados no processo de industrialização, cada empresa tem a sua particularidade no processo produtivo, fazendo assim com que haja muitas dúvidas quanto a essa exigência.

Diante da entrevista realizada, identificou-se que a implantação do Bloco K pode sim causar alguns impactos, principalmente nas empresas que não possuem uma boa organização no fluxo de entradas e saídas dos produtos, um dos impactos identificados na pesquisa é que a empresa terá que ter um controle rigoroso de tudo que se utiliza em sua produção, e outro ponto importante é que

deverão informar o consumo específico padronizado de cada um dos insumos e o percentual de perda em seu processo produtivo.

A empresa a qual foi analisada é uma empresa sucroalcooleira estabelecida no Vale do São Lourenço apresentou no ano de 2015 o faturamento bruto de R\$100.000.000,00 através da entrevista realizada com o supervisor contábil da empresa, o mesmo deixa transparecer que a empresa é organizada, mas que ainda não houve a implantação do programa. Notou-se que a empresa vê a implantação do bloco K positivamente, pois acredita que será mais uma ferramenta para auxiliar nos controles e procedimentos de produção, no qual o foco principal seria identificar os gargalos de desperdício no processo.

Através da entrevista notou-se que a empresa não possui um planejamento para a implantação do Bloco K, apesar de já ter um bom tempo que vem sendo esclarecido e avisado sobre o projeto.

Pode-se analisar que a implantação do bloco K será um grande desafio para muitas empresas, principalmente para aquelas que não possuem um planejamento adequado, que envolvam todos que fazem parte do processo produtivo.

## 5. Conclusão

Através deste trabalho, verifica-se que com os avanços tecnológicos, tem feito com que o governo também desenvolva programas que facilitem a chegada de informações e para isso criou o bloco K, onde as empresas deverão passar detalhadamente as informações sobre os insumos utilizados, matéria prima, ou seja, todo o processo de arrecadação.

Com o Bloco K, a Receita Federal tem como objetivo diminuir ou mesmo acabar com a sonegação fiscal (fraude que viola diretamente a lei e todos os procedimentos fiscais. Ato considerado crime de acordo com a lei Nº 4.729, de 14 de julho de 1965).

Percebe-se que a implantação do Bloco K não vai ser muito fácil porque ainda faltam muitas informações, as empresas não se prepararam para este processo de mudança. Nota-se ainda que em muitas empresas, os funcionários não conhecem ainda o bloco K, apenas aqueles que trabalham na contabilidade, o que é um erro, pois todos devem ter conhecimentos, uma vez que o fluxo de material será tratado desde sua origem até o ponto de entrega.

Toda a empresa deve estar em consonância para que possa alcançar o objetivo desejado. Ela deve levar as informações aos seus funcionários, capacitando-os para que acompanhem a mudança.

Conclui-se que a implantação do Bloco K, poderá sim trazer sérios impactos para as empresas, sejam eles positivos ou negativos. Este novo programa exigirá das empresas uma contabilidade eficiente, onde todas as entradas e saídas de produtos sejam declaradas efetivamente.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**, 7. ed. São Paulo Atlas 2005.

**Apostila Bloco K.** Disponível em:

<[http://www.ebs.com.br/treinamento/Apostilas/Apostila\\_Bloco\\_K\\_rev02.2014.pdf](http://www.ebs.com.br/treinamento/Apostilas/Apostila_Bloco_K_rev02.2014.pdf)>

Acesso em: 23/05/ 2016 às 09:45

BUONAMICI, Vinicius. **Sua empresa já esta preparada para adotar o bloco k.** Disponível em:

<http://www.ppi-multitask.com.br/sua-empresa-ja-esta-preparada-para-adotar-o-bloco-k>> Acesso em 30/05/2016 às 14:32

CONFAZ. Ajuste SINIEF 1, de 14 de janeiro de 2016. **Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFDF** Disponível em:

<<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2016/ajuste-sinief-1-16>> Acesso em 25/07/2016 às 15:30.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 4ª Ed. rev. São Paulo: Atlas, 2002.

LEÃO, Tiago. **Bloco K do SPED Fiscal: entenda o que é, para que serve e prepare-se.** Disponível em:

<<http://www.nomus.com.br/blog-industrial/2015/06/bloco-k-do-SPED-fiscal-entenda-o-que-e-para-que-serve>>. Acesso em: 20 07 2016 às 12:30.

Manual SPED – **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em:

<<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/965>>. Acesso em: 20/06/2016 às 12:40.

NOLÊTO, Márley. **Artigo Entenda o Bloco k do SPED e o que muda para o seu negocio.** Disponível em:

<[https://www.sistemagon.com.br/Blog/Artigo/Entenda\\_o\\_Bloco\\_K\\_do\\_SPED\\_e\\_o\\_que\\_muda\\_para\\_seu\\_neg%C3%B3cio/45#sthash.6nSPMOIm.dpuf](https://www.sistemagon.com.br/Blog/Artigo/Entenda_o_Bloco_K_do_SPED_e_o_que_muda_para_seu_neg%C3%B3cio/45#sthash.6nSPMOIm.dpuf)> Acesso em 16/06/2016 às 15:30.

SILVA, Welington Humberto Ferreira. **Artigo bloco k, 3 impactos sobre indústria.** Disponível em:

<<http://www.jornalcontabil.com.br/artigo-bloco-k-3-impactos-sobre-industria>> Acesso em 20/07/2016 às 13:40



## **PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO VOLTADO PARA OS JOVENS NO MUNICÍPIO DE JACIARA – MT.**

Tatiane Reis Barros Lima<sup>89</sup>

Tiago Felipe Bolzan<sup>2</sup>

Jailson da Conceição Teixeira<sup>3</sup>

Diego Campos Pereira<sup>4</sup>

Jamile Viana Calazans Salim<sup>5</sup>

Amauri Gonçalves de Oliveira<sup>6</sup>

Zique de Souza Dib<sup>7</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a importância do planejamento financeiro pessoal, voltado para jovens e se os mesmos se preocupam em controlar suas finanças, sendo que 43% dos jovens entrevistados têm controle de suas despesas e 34% tem sempre planejado o uso do seu dinheiro segundo pesquisa realizada com jovens de 20 a 29 anos na cidade de Jaciara-MT. O planejamento financeiro hoje tem uma enorme importância para que se mantenha uma estabilidade nas finanças pessoais, porém os jovens são atraídos pelas grandes promoções e tecnologias existentes no mercado, devido a isso os mesmos têm dado pouca importância ao tema, entender sobre o planejamento financeiro e ter o controle sobre suas receitas e despesas pode vir a facilitar a vida dos jovens e fazê-los ver o que realmente é necessário na hora de efetuar qualquer compra. Outro fato abordado são os Investimentos, sendo que 43% dos entrevistados, ou seja, a maioria declaram nunca fazer investimento, poucas pessoas tem o hábito de investir e pensar no futuro. O método utilizado na pesquisa foi o dedutivo, apresentando uma abordagem quantitativa, avaliando os níveis de endividamento e interesse quanto ao tema abordado e quanto

---

<sup>89</sup> Graduada em Administração – 2013 – **Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço.**

<sup>2</sup> Graduado em Administração – 2013 – **Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço.**

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Contábeis – **Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço.** Pós Graduado em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário – **Universidade de Cuiabá.** Pós Graduado em Tecnologia da Informação e Lei de Responsabilidade Fiscal – **Escola Superior Aberta do Brasil.** Mestrando em Contabilidade Gerencial – **Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças.** Professor – **Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço.** Contador – **Excelência Contabilidade.**

<sup>4</sup> Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor e coordenador do curso de Administração da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

<sup>5</sup> Especialista em Controladoria e Finanças e Docência e didática (2018) pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2015), Professora de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.

<sup>6</sup> Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP (2014), Pós Graduado em Matemática pela UFMT ( 2004) Graduado em Matemática pela UFMT (2002), Graduado em Ciências Contábeis pela UFMT (2009).

<sup>7</sup> Formado em Ciências Contábeis e Professor da Faculdade Eduvale/Jaciara MT

aos meios de pesquisa, foi realizado uma coleta direta com aplicação de questionários para quantificar os dados obtidos

**Palavras-chave: Planejamento; Jovem; Investimentos.**

## 1. INTRODUÇÃO

O planejamento financeiro pessoal vem sendo um assunto muito discutido atualmente, pois é algo que tem preocupado a todos, devido aos altos índices de endividamento, principalmente entre os jovens. Planejar nada mais é que manter um equilíbrio entre as despesas e receitas, ou seja, manter sempre as receitas maiores que as despesas ou pelo menos igualá-las em seu saldo. Os jovens não se preocupam muito com a questão do endividamento, sendo guiados pelas emoções das grandes marcas e tecnologias, fazendo com que o índice de endividamento atinja índices altos, sendo necessário que o jovem conheça mais e busque orientação sobre educação financeira para saber controlar o seu orçamento, não deixando suas despesas serem maiores que suas receitas.

Através do Planejamento Financeiro o jovem vai saber controlar o que ganha, o que pode gastar, o que pode investir e o que deixar na reserva de emergência, buscando assim uma melhor qualidade de vida, pois quando planejamos podemos viver bem não somente o presente como o futuro também. Para efetuar um planejamento financeiro pessoal é necessário ter objetivos e metas a serem alcançados, saber planejar a curto, médio e longo prazo, montar uma planilha com todos os gastos, para poder controlar os mesmos.

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa será possível notar o quanto os jovens não têm conhecimento sobre planejamento financeiro e nem buscam esse conhecimento, o que vem a ser alarmante pois estamos vivendo em um mundo totalmente consumista, eles não procuram ter um conhecimento sobre investimentos, o máximo que sabem é poupar, poupar já é algo, mas é preciso ir além, ampliar os horizontes, hoje poupar nada mais é que guardar seu dinheiro, devido aos juros baixíssimos, ou seja, juros chegando a quase zero, se você quer ter um mínimo de luxo e conforto, poupar não é a solução, precisa analisar criteriosamente todos os meios e métodos de investimentos existentes hoje e ver qual se encaixa melhor ao seu perfil e o objetivo a que se quer alcançar.

Foi realizada pesquisa de dados com coleta direta para analisar qual o perfil financeiro dos jovens hoje e qual o interesse dos mesmos quanto a parte financeira, se eles buscam ou não informações sobre seu dinheiro e se tem dado importância no que tange aos investimentos. Hoje a crise tem se alastrado por todas as partes do país, afetando os jovens, as famílias brasileiras e os comércios, com isso o capital de giro tem se tornado cada vez mais limitado, fazendo com que venha-se olhar com mais cautela para nosso dinheiro e planejar o melhor uso dele, até mesmo onde investir, muitos não conseguem observar a importância de um investimento, mas

quem tem essa consciência consegue viver de uma forma mais equilibrada e ter um maior controle do seu dinheiro.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 Planejamento Financeiro Pessoal**

O Planejamento financeiro pessoal é de suma importância para todas as pessoas, tornando-se necessário adaptar a renda com as necessidades, para que venha a influenciar no bem estar e em uma qualidade de vida melhor dos cidadãos, onde os mesmos venha saber administrar seu orçamento independentemente de sua renda.

Segundo Cerbasi (2004, p. 61), “Alguns pontos são essenciais no planejamento financeiro, tais como: controle de gastos, estabelecimento de metas, disciplina com investimentos, ajustes referentes à inflação e mudanças de renda, administração do que se conquistou”. Através do planejamento financeiro pode-se planejar o futuro e também entender as necessidades e hábitos financeiros, fazendo com que se tenha um maior controle do orçamento, uma vez que o planejamento financeiro não se limita a pensar somente em despesas e sim em escolher prioridades, ter reservas, planejar e até mesmo investir.

De acordo com Cerbasi (2004, p.34), “Muito mais importante do que conquistar um determinado padrão de vida é mantê-lo e para isso deve-se planejar, sabendo que os maiores benefícios de tal atitude serão notados alguns anos depois”. O planejamento financeiro pessoal não é um trabalho fácil, no entanto se faz necessário para que se possa realizar os projetos do futuro, evitando gastar com coisas desnecessárias, sendo preciso gastar com total cautela, sempre colocando na balança quais serão os efeitos para o futuro, ao contrário do que a maioria das pessoas pensam é uma forma bem prática de tentar alcançar suas metas e objetivos mesmo que sejam a curto, médio e longo prazo.

É fundamental entender que os gastos atuais refletem em seu padrão de vida futuramente, porém não dá para abrir mão de viver bem o presente, estabelecendo assim as ideias corretas. Entender sobre o planejamento é de extrema importância pois, apesar de muitas pessoas acharem que para ter uma boa situação financeira é preciso eliminar determinados gastos, fazendo assim com que não viva bem o presente, porém o planejamento se trata em entender o quanto de dinheiro se tem para poder determinar melhor todas as despesas e receitas, fazendo assim que o planejamento financeiro pessoal torne-se uma grande necessidade.

### **2.2 A Importância do Planejamento Financeiro**

O consumismo vem sendo um fator determinante para o fracasso financeiro, porém nos tempos de hoje vem estimulando a economia mundial, sendo concedido a tal aumento as tecnologias cada vez mais inovadoras dos produtos disponíveis no mercado, que podem ser alcançados através das mídias sociais que englobam todos os meios de comunicação, atraindo principalmente os jovens, onde a maioria são guiados pelos impulsos e modismo, fazendo com que o consumismo se torne algo totalmente desenfreado. A educação financeira é algo que deve ser



ensinado desde criança, para que quando ficar jovem, não se torne um jovem desregrado e endividado. Para ter uma situação financeira estável é preciso gastar menos do que recebe, podendo assim aperfeiçoar a tomada de decisão referente aos gastos.

Para Frankenberg (1999, p.31), “O Planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família.”. Saber fazer um eficiente controle e planejar de forma devida, visando um futuro estável e que se alcance todos ou quase todas as metas e objetivos estabelecidos é algo essencial para uma boa estrutura financeira, delimitando quais são os seus gastos e necessidades e procurar enxugar aqueles que se faz desnecessários ou que extrapolam o seu padrão de vida financeiro.

Segundo Matta (2010, p. 59), “entende-se a educação financeira pessoal como o conjunto de informações que auxilie as pessoas a lidarem com sua renda, a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimentos a curto e longo prazo”. Porém a maioria das pessoas pensam apenas em planos financeiros a curto prazo, poucos se preocupam planos a longo prazo, devido a um grande desequilíbrio relacionado ao dinheiro, ausência de disciplina financeira. Muitas pessoas começam a se preocupar com suas finanças pessoais quando estão passando por algum momento de total desequilíbrio financeiro, fazendo com que tenham um grande impacto negativo no seu padrão de vida, geralmente as pessoas querem ter o luxo de ter uma vida com mais regalias e vivendo de forma extrapolada, entrando num momento de total desespero, sendo que poderia ser evitado, com um planejamento financeiro.

É evidente a necessidade de fazer um planejamento financeiro pessoal e assim poder estabelecer os objetivos que sem tem a curto, médio e longo prazo, pois não adianta somente guardar dinheiro sem ter uma meta a ser traçada, em razão de que apenas guardar dinheiro não oferece garantia financeira, uma vez que é preciso saber de fato o que se fará com esse dinheiro. Fazer a elaboração de objetivos e metas é um dos fundamentos do planejamento financeiro, porque assim será possível tomar decisões adequadas sobre o que fazer com a vida financeira. Ter uma reserva financeira é muito importante e precisa estar dentro das nossas metas e objetivos, onde através delas pode-se lidar com algum tipo de emergência, evitando pegar dinheiro emprestado e assim pagar juros abusivos.

## **2.3 Orçamento, Receitas e Despesas nas Finanças Pessoais dos Jovens**

As *receitas* nada mais são que toda forma de ganho ou lucro, ou seja, todo tipo de recebimento, rendimentos e salário líquido se houver, já as *despesas* entram todos os nossos gastos pessoais, sendo eles fixos como mensalidades, aluguéis entre outros ou variáveis como farmácia, consulta médica entre outros.

Para Cerbasi (2004, p. 61), “O primeiro passo para poupar dinheiro e fazer sobrar dinheiro.” Com isso se torna possível devido ao discernimento das receitas e despesas e do orçamento cuidadosamente arquitetado, por esse motivo é importante entender principalmente sobre nossas despesas, onde as mesmas podem ser despesas variáveis descartáveis, ou seja, aquelas que houve esse mês e pode ser reduzidas ou até eliminadas no próximo

mês, gastos com alimentação, festas, viagens desnecessárias nos finais de semanas são alguns exemplos, é preciso se fazer um planejamento colocando no orçamento suas receitas e suas despesas, fazendo com que no final do mês o saldo das receitas sejam maiores do que das despesas.

Segundo Martins (2004, p. 101), “O sucesso, ou insucesso, na gerência das finanças pessoais é decidido pelos resultados que formos capazes de conseguir nas três principais habilidades relativas ao manejo do dinheiro: como ganhamos, como gastamos, como investimos.” Orçamento pessoal nada mais é que estipular um planejamento das despesas, fazendo uma previsão para o próximo mês, ou seja, um guia de controle de gastos e também uma forma de direcionamento para se planejar onde aplicar o dinheiro. A falta de ter um orçamento pessoal, está fazendo com que os jovens fiquem cada vez mais endividados, desta forma os mesmos precisam entender o quão necessário é este tipo de ferramenta para controle de receitas e despesas.

De acordo com Serasa Experian (Serasa Experian, 2016) os jovens em março de 2016 constituíam 15,7% de inadimplência no país, ocupando o segundo lugar no ranking de brasileiros negativados, são cerca de 9,4 milhões de jovens com contas atrasadas, os mesmos também estão sendo afetados com desemprego. Muitos não têm controle de suas finanças, na verdade muitos ainda não estão dando a importância necessária para o orçamento pessoal, acabam usando seu capital financeiro de uma forma desordenada, fazendo com que cresça o endividamento dos jovens no país, é preciso fazer um orçamento, planejando onde serão investidos e gastos o seu dinheiro.

## **2.4 O Jovem e o Planejamento Financeiro Pessoal**

Nessa pesquisa caracteriza-se jovem, pessoas de 20 a 29 anos, com alto poder de decisão e liberdade, têm perfis diferenciados como solteiros, casados, jovens que moram com os pais ou que foram para outras cidades em busca de realização de sonho como faculdade e de uma maior estabilidade financeira, muitos são atraídos por grandes ofertas e novas tecnologias disponíveis no mercado fazendo com que percam o controle de seu dinheiro, tornando-se devedores, pois acabam querendo ter um estilo de vida superior a sua condição financeira.

Conscientizar os jovens sobre o planejamento pessoal é essencial, eles precisam saber o que fazer com o seu dinheiro e ter comprometimento, visto que uma maneira de controlar esses gastos é criar um orçamento para poder administrar seu dinheiro, através da educação financeira.

A Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Para começar a exercer a educação financeira, os jovens precisam fazer um estudo sobre as suas finanças, sobre o que está consumindo, sabendo a diferença em o que é necessário e o que é desnecessário, a partir dessa questão começar o seu planejamento financeiro, tendo como meta alcançar os seus objetivos sejam eles de curto, médio ou longo prazo. Porém grande parte dos jovens não aderem à educação financeira, por não terem ou não

buscarem o conhecimento pelo planejamento financeiro pessoal, optam por meios mais fáceis, mas que acabam tendo um descontrole financeiro, o planejamento pode ser muitas vezes chato, difícil e demorado, mas é fundamental para que se consiga alcançar seus objetivos e metas, precisamos colocar regras precisas.

A facilidade de crédito que vão desde do cartão de crédito, do cheque especial, do crediário entre outros, está fazendo com que os jovens que não tenham controle financeiro fiquem endividados chegando até a inadimplência, por esse motivo é imprescindível saber a importância do dinheiro. Muitos jovens não têm controle algum sobre suas finanças, não sabem como consomem, o quanto consomem e o porquê estão consumindo.

A ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013)

A importância de ter a situação financeira controlada, faz com que tenham uma maior qualidade de vida, fazendo com que os jovens entendam melhor suas necessidades sempre dentro do planejamento financeiro, atingindo assim, seus objetivos atuais ou futuros. Vale ressaltar que não adianta só poupar e deixar de viver e fazer as coisas que gosta, o importante é colocar um equilíbrio entre os dois, ter a ideia correta de todos os gastos mensais e assim trabalhar em cima dessa informação, para saber o que poupar e o que usar para alguns desejos, pois a maioria gosta de as vezes comprar algumas coisas supérfluas. Uma forma eficaz e simples de manter um controle de seus gastos mensais é lançando os mesmos em uma planilha orçamentaria, para poder compara-los e pensar sobre quais são suas prioridades, depositando um maior esforço nos gastos que não são prioritários para que possa reduzi-los no próximo mês.

Investir ou poupar, eis a questão. Investimento é a multiplicação de seu dinheiro, já poupar não é multiplicar, mas sim guardar. Se fizer uma poupança onde o rendimento seja maior que a inflação, deixa de ser uma poupança e passa a ser um investimento, saber investir no lugar certo, faz com seu dinheiro renda e faz com que você consiga viver de uma forma melhor, todo investimento que se preze tem uma rentabilidade a longo prazo, ter consciência, maturidade e inteligência para saber guardar uma parte de seu dinheiro como reserva de capital, para gastos extraordinários é essencialmente importante.

Para adquirir sucesso nos investimentos é indispensável estudar e conhecer o mercado financeiro, saber qual o seu próprio perfil, qual o grau de risco está disposto a correr e qual a rentabilidade se quer alcançar. É recomendável aos pais que já se trabalhe nas crianças desde seus primeiros anos de vida a educação financeira focando sempre na poupança e no investimentos, pois quanto antes começar a investir seu dinheiro, é melhor para se obter a rentabilidade já na fase da juventude, sabendo que não há ganho hoje, que não tenha um risco a correr e investir não é diferente, se for pra investir que comece agora, pois o agora é a hora.

### 3. Metodologia

A metodologia utilizada consiste em entender a necessidade de um planejamento financeiro voltado para os jovens. O método adotado na pesquisa foi o dedutivo, onde primeiramente é realizado um estudo, para que assim seja feita uma análise para chegar aos resultados esperados.

O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. (GIL, 2008, p.09)

Foi realizada abordagem quantitativa, tendo como objetivo demonstrar numericamente, ou seja quantificar os dados obtidos através de um meio de coleta direta, onde foi utilizado aplicação de questionários.

[...] pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análise de regressão, etc. (RICHARDSON, 1999, p. 70)

A pesquisa utilizada foi bibliográfica com o propósito em adquirir respaldo conceitual fundamental para entender melhor o planejamento financeiro pessoal, elaborada principalmente de diversos artigos disponibilizados na internet em sites conceituados e em livros.

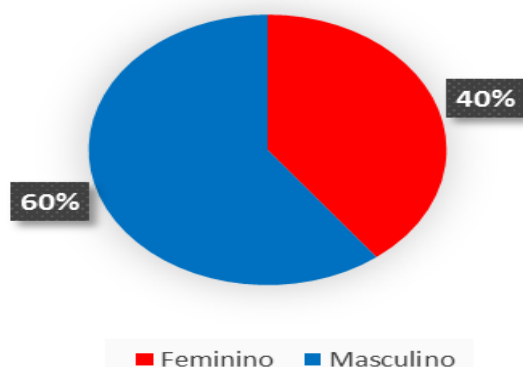
[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros; revistas, etc.). Pode ser realizada independentemente, ou como parte de outros tipos de pesquisa. Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe exige uma pesquisa bibliográfica prévia, para o levantamento da situação da questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa (RAMPAZZO, 2005, p. 52).

Foi feita também uma pesquisa descritiva, onde é definida por Andrade (2005, p.124), “Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.” Através de uma análise, faz-se uma observação sem entrar no valimento do conteúdo e sem colocar a nossa interferência na pesquisa.

#### **4. Análise de Resultados**

A pesquisa foi realizada na cidade de Jaciara-MT, durante os dias 07 ao dia 11 de dezembro de 2017, com o objetivo de coletar dados sobre o planejamento financeiro pessoal voltado para Jovens com idade entre 20 a 29 anos. Foi distribuído um questionário com 11 questões, para 60 jovens, a amostra final foi 47 observações. Através desses questionários os mesmos expressaram a sua opinião sobre o seu planejamento financeiro pessoal.

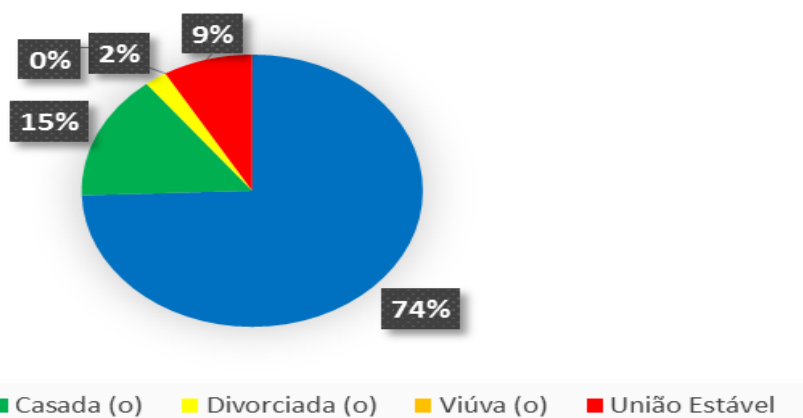
## 1. Qual o seu sexo?



Fonte: Pesquisa

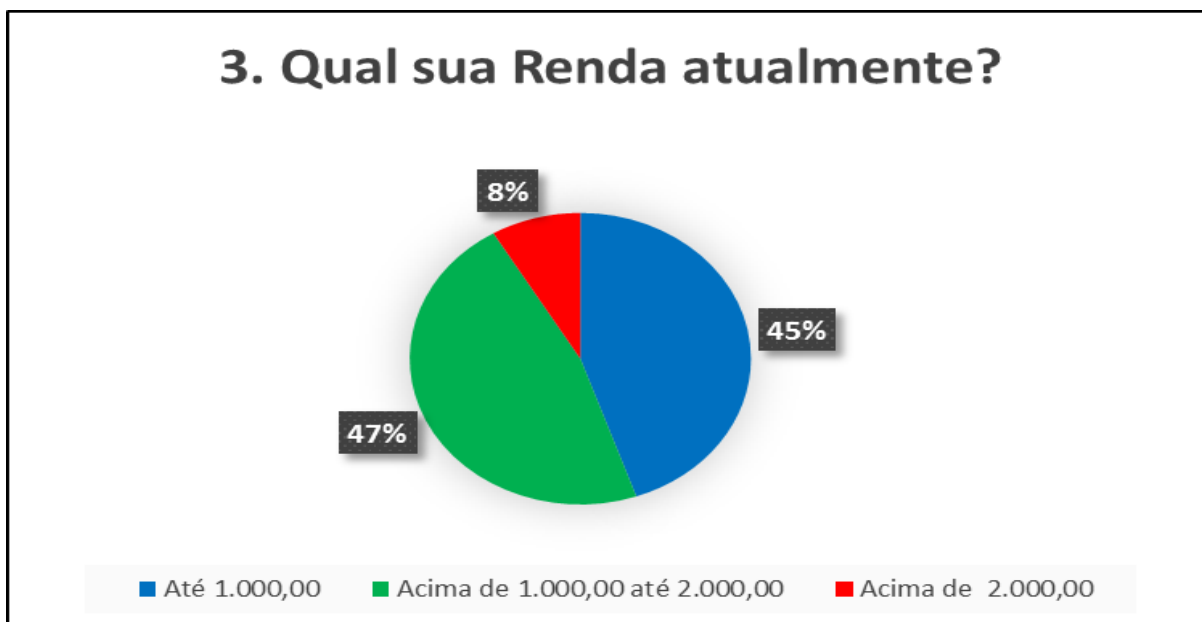
A primeira pergunta foi qual o sexo do pesquisado, onde 40% dos entrevistados foram do sexo feminino, e 60% do sexo masculino.

## 2. Qual seu estado civil?



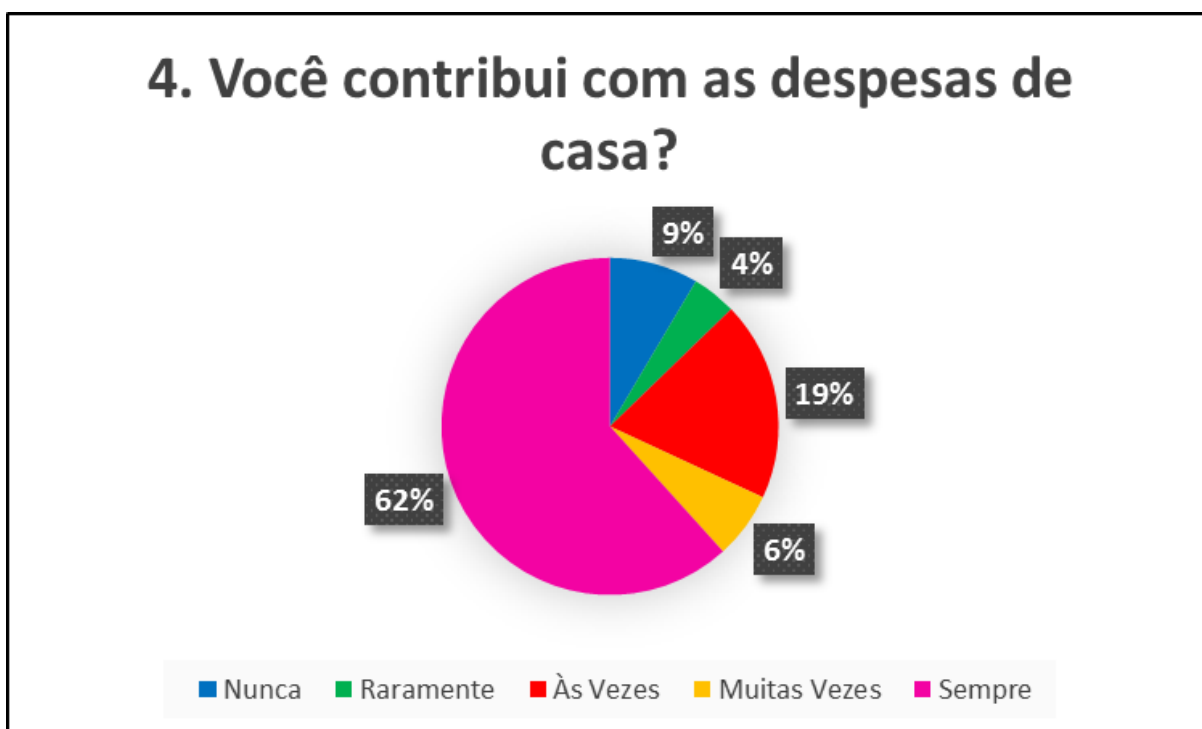
Fonte: Pesquisa

A segunda pergunta foi sobre o estado civil do pesquisado, onde 74% dos jovens são solteiros, 15% são casados, 2% dos Jovens estão divorciados, nenhum viúvo e 9% dos jovens tem união estável.



Fonte: Pesquisa

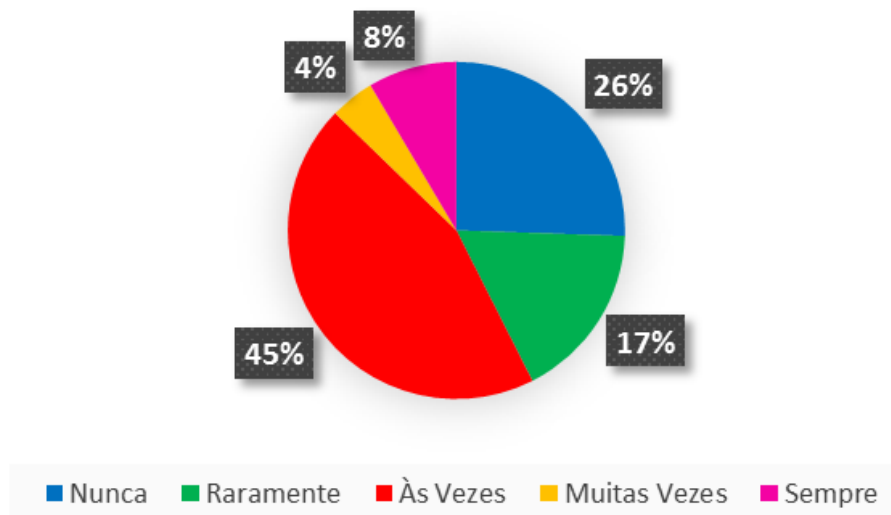
Qual a renda do jovem atualmente foi a terceira pergunta, no qual 45% dos jovens pesquisados recebem até R\$ 1.000,00, 47% recebe acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 2.000,00 e apenas 8% dos jovens recebem acima de R\$ 2.000,00.



Fonte: Pesquisa

A quarta pergunta foi sobre a contribuição dos jovens com as despesas de casa, onde 62% dos Jovens responderam que sempre contribuem com as despesas, 19% contribuem às vezes, 9% nunca contribuem, 6% contribuem muitas vezes e 4% contribuem raramente.

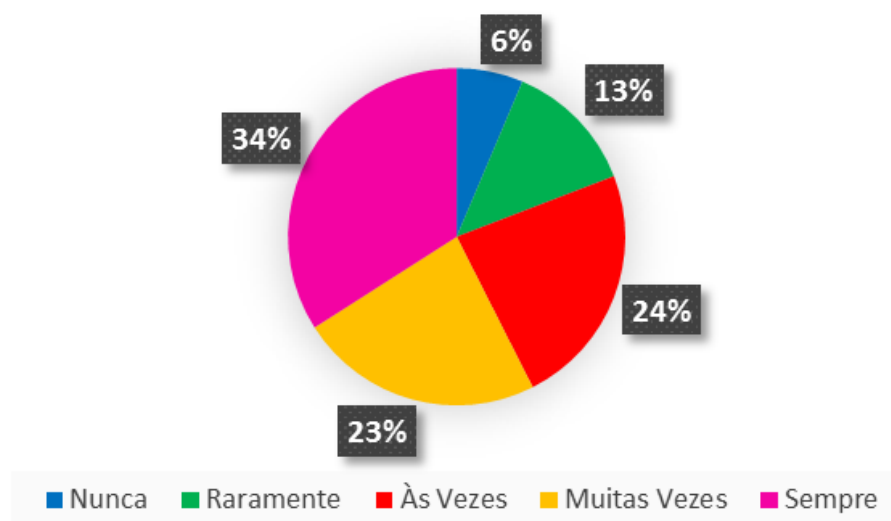
### 5. As suas despesas são maiores que suas receitas?



Fonte: Pesquisa

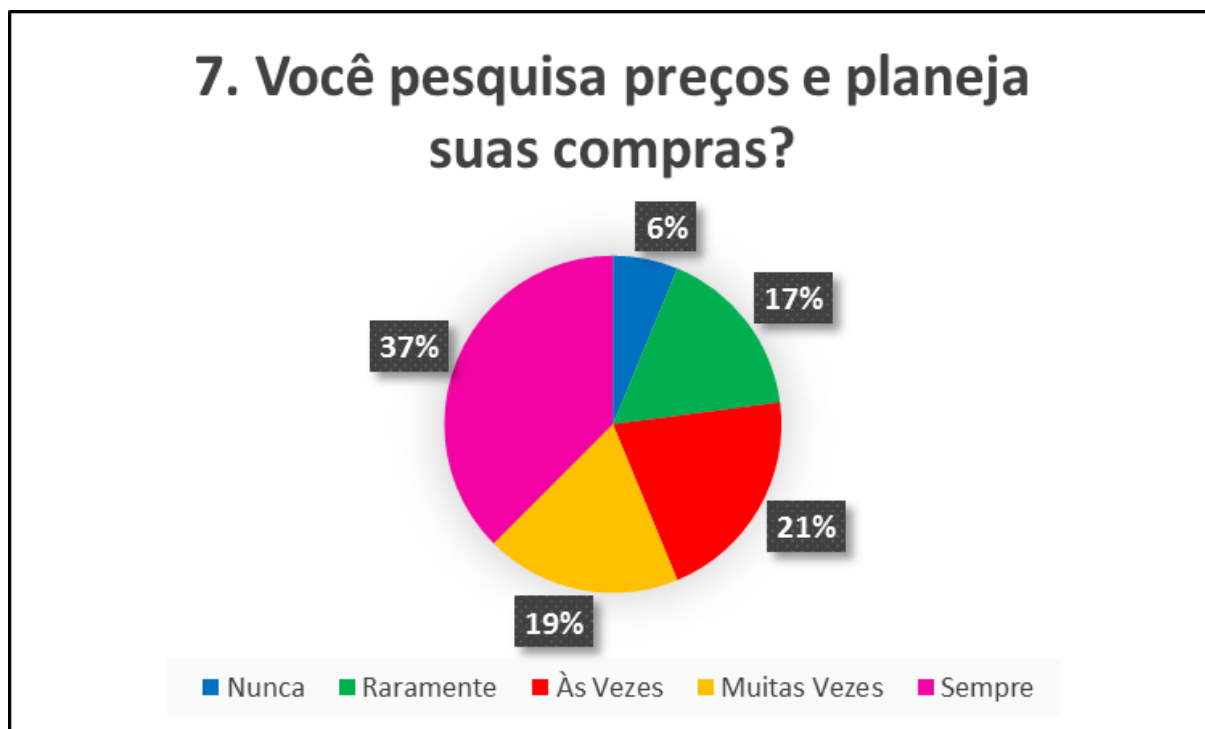
A quinta pergunta foi sobre as despesas, no qual 45% dos entrevistados responderam que somente às vezes suas despesas são maiores que as suas receitas, já 26% responderam que nunca as despesas são maiores que as receitas, já 17% responderam que raramente isso acontece, 8% responderam que sempre suas despesas são maiores que as receitas e 4% dos entrevistados responderam que muitas vezes isso acontece.

### 6. Você planeja o uso do seu dinheiro?



Fonte: Pesquisa

O planejamento do dinheiro, foi a sexta pergunta, onde a maioria dos jovens sempre planejam o uso do seu dinheiro com um percentual de 34%, já 24% responderam que apenas às vezes planejam o uso do seu dinheiro, 23% planejam muitas vezes, apenas 6% dos entrevistados nunca planejam e 13% planeja raramente.



Fonte: Pesquisa

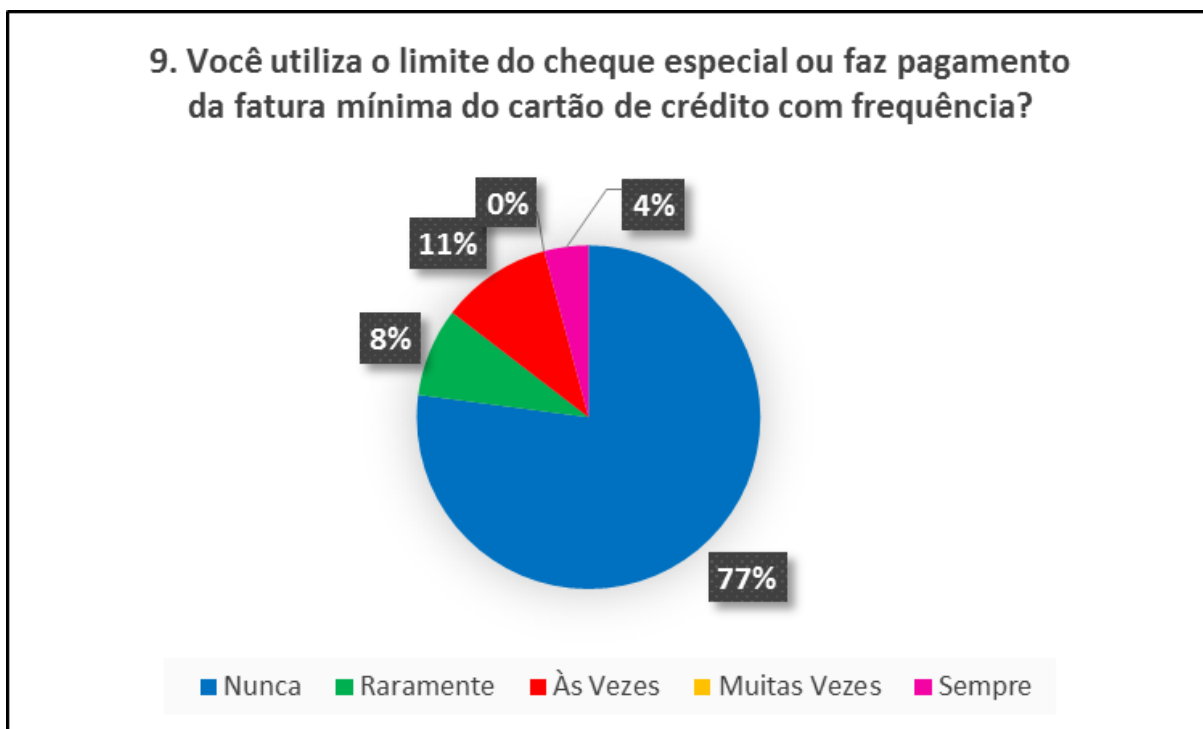
Pesquisa de preços e planejamento de compras foi a sétima pergunta, no qual 37% dos jovens responderam que sempre pesquisam preços e planejam compras, 21% dos jovens fazem isso às vezes, 19% pesquisam e planejam muitas vezes, 17% raramente pesquisam preços e planejam suas compras e apenas 6% dos jovens entrevistados nunca fazem a pesquisa de preços e planejamento de suas compras.



Fonte: Pesquisa

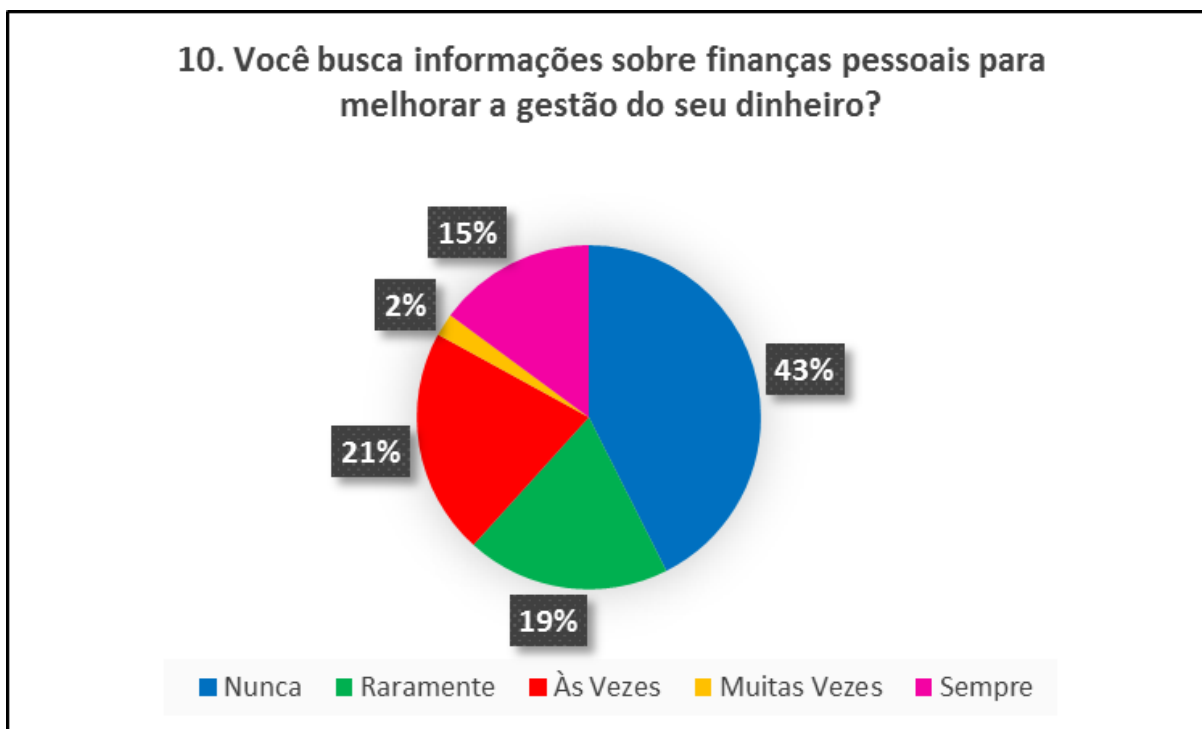


O hábito de fazer investimento foi a oitava pergunta, onde 43% dos jovens entrevistados disseram que nunca tiveram o hábito de fazer investimentos, 24% raramente faz investimentos, 21% fazem investimentos às vezes, 6% muitas vezes fazem investimentos e 6% também tem o hábito de sempre fazer investimentos.



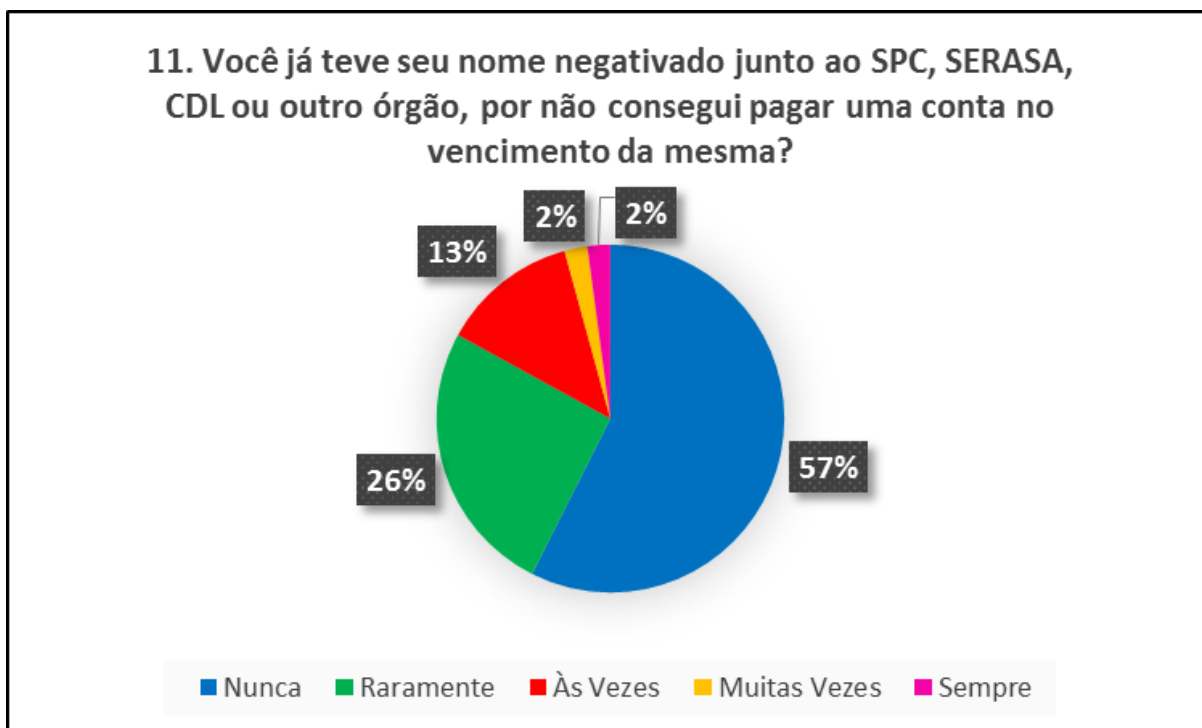
**Fonte:** Pesquisa

A nona pergunta foi sobre a utilização do cheque especial ou pagamento da fatura mínima do cartão de crédito com frequência, onde 77% dos jovens disseram que nunca fazem isso, 11% fazem a utilização do cheque especial ou pagamento da fatura mínima do cartão de crédito com frequência às vezes, 8% raramente fazem isso, 4% sempre fazem isso.



Fonte: Pesquisa

A busca de informações sobre finanças pessoais para melhor a gestão do dinheiro, foi a décima pergunta, onde 43% nunca buscam informações sobre finanças pessoais para melhor a gestão do dinheiro, 21% buscam às vezes buscam informações, 19% raramente fazem isso, 15% fazem isso sempre e 2% responderam que fazem isso muitas vezes.



Fonte: Pesquisa

A décima primeira pergunta, foi sobre se os jovens já tiveram o nome negativado junto ao SPC, SERASA, CDL ou outro órgão, por não conseguir pagar uma conta no vencimento da mesma, no qual 57% nunca tiveram o

nome negativado, 26% raramente tiveram o nome negativo, 13% disseram que às vezes o nome foi negativado, 2% dos jovens sempre estão com o nome negativado e 2% dos jovens tiveram o nome negativado muitas vezes.

#### **4.1 Análise de Dados**

Com base na pesquisa realizada com os jovens sendo 60% do sexo masculino com idade entre 20 a 29 anos na cidade de Jaciara-MT, sobre o Planejamento Financeiro Pessoal, a grande maioria dos jovens que foram entrevistados são solteiros com um percentual de 74%, com uma renda de até R\$ 2.000,00 onde o percentual é de 47% dos entrevistados, sendo que a maioria totalizando 62%, declarou contribuir com as despesas de casa, foi apurado que a maioria dos entrevistados, cerca de 45% às vezes tem o controle de suas despesas, não deixando ela ser superior as suas receitas e 34 % tem sempre planejado o uso do seu dinheiro, pesquisando preços e planejando suas compras totalizando um percentual de 37% dos entrevistados.

Apesar da maioria dos jovens entrevistados ter declarado sempre planejar o uso do seu dinheiro, a maioria totalizando 43% declarou nunca fazer investimentos, fazendo uma análise rápida é um índice bastante alto, o que é alarmante, pois não são só os jovens, mas todos os brasileiros independentemente da idade não tem o hábito de fazer investimentos e não tem muito conhecimento sobre finanças pessoais, poucas pessoas tem o interesse em se ter uma reserva financeira pra alguma emergência.

Segundo o Banco Neon (Diário, Comércio, Indústria e serviços apud Banco Neon, 2017), cerca de 72% dos jovens não fazem nenhum tipo de investimento no Brasil. Entre os que conseguem guardar dinheiro, 58% optam pela poupança e não por investimentos se sujeitando a juros baixíssimos ao ano. Os jovens além de entender precisam compreender que é necessário se ter uma preocupação ainda maior com o seu futuro financeiro, pois em nosso país encontra-se em um cenário de irresoluções econômicas e incertezas em nossa previdência, dessa forma é preciso praticar uma cultura de investimento, seja ele em fundos de investimento, bolsa de valores ou previdência privada, ou até mesmo em tesouro direto.

Cerca de 77% dos entrevistados na cidade de Jaciara-MT declararam nunca usar cheque especial ou fazer uso do pagamento mínimo do cartão de crédito, chegando a surpreender, tendo um índice muito superior ao registrado no Brasil, outro dado preocupante que foi coletado durante a pesquisa, nos revela que a maioria no total de 43% nunca obtém informações sobre o bom uso e gestão do seu dinheiro. Já em relação a inadimplência, através da negativação do nome junto a algum órgão financeiro como SPC, SERASA entre outros, a grande maioria de entrevistados, no total de 57% relataram que nunca tiveram o nome negativado, o que confronta os dados mostrados no Brasil. Como falado no decorrer dessa pesquisa os jovens brasileiros ocupam o segundo lugar de brasileiros inadimplentes, ficando atrás somente de pessoas com a faixa etária entre 41 e 50 anos de idade, contudo a faixa etária de jovens foi a que mais houve crescimento nas pesquisas nos últimos anos.

#### **5. Considerações finais**

O planejamento financeiro pessoal nos faz ter um prognóstico de nosso futuro, fazendo com que venha compreender onde é o melhor lugar para que possa investir o dinheiro, para que ele possa ter um bom rendimento nos garantindo um futuro estável, hoje a inflação tem sido algo bastante influenciador e determinante, os altos juros e impostos tem tornado o poder de compra cada vez mais limitador, então precisa-se ter esse maior conhecimento do dinheiro, pesquisar preços é importante, mas nunca esquecer da qualidade, sabendo que comprar o produto B apenas porque ele tem o preço melhor que o do produto A não garante economia, estar atento a todos os detalhes do produto, estar atento a todo e qualquer tipo de promoção e formas de pagamento, será que pagar em 10x é realmente mais vantajoso?

Uma pessoa que realmente conquista sucesso em sua área financeira é aquela que faz um bom planejamento do seu dinheiro, sabendo que pessoas focadas no futuro tende a conquistar o sucesso com mais rapidez, um excelente planejamento se dá a longo prazo, porém muitas pessoas não querem esperar muito e acabam se precipitando, comprando coisas desnecessárias, o que leva a um mal planejamento do dinheiro. Com essa pesquisa foi possível concluir que os jovens não buscam entender sobre o planejamento financeiro pessoal, e muito menos sabem fazer investimentos, o que vem a ser alarmante, falta no Brasil uma educação financeira, que venha nos motivar desde pequeno a conquistar nosso próprio dinheiro, poupar e consequentemente investir, devido à falta de educação financeira, temos nos tornado leigo na área, ficando mais propenso a ser lesados e enganados.

O Jovem precisa procurar conhecimento para ter uma vida financeira melhor e estável, precisa ter equilíbrio e discernimento sobre o que precisa e pode gastar e ver se realmente é necessário fazer qualquer tipo de dívida, precisam entender que ter uma reserva é fundamental e que para conquistar algum sonho precisa-se ter metas e objetivos a serem atingidos e lembrar que uma estabilidade financeira é muito importante para que possa ter uma qualidade de vida de forma mais tranquila tanto no presente como futuramente.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf)>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O Programa de Educação Financeira do Banco Central. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducaoPEF.asp>>. Acesso em 16 de novembro de 17.

CERBASI, Gustavo. Casais Inteligentes Enriquecem Juntos Finanças para Casais. São Paulo: Gente, 2004.

D'AQUINO, Cassia. Educação Financeira. Disponível em: <<http://educacaofinanceira.com.br/index.php/familias/conteudo/440>>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

DIÁRIO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS, Jovens não fazem investimentos. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/opiniao/jovens-n%C3%A3o-fazem-investimentos-1.493127>>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.

FRANKENBERG, Louis. Seu Futuro Financeiro. 16ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de Administração Financeira. 10ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

MARTINS, José Pio. Educação financeira ao alcance de todos. 1ed. São Paulo, SP. Fundamento, 2004.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. Oferta e demanda de Informação Financeira Pessoal: O Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os Universitários do Distrito Federal. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5293/1/2007%20Rodrigo%20Oct%C3%A1vio%20Beton%20Matta.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica. 3 ed. São Paulo, SP. Edições Loyola, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SERASA EXPERIAN. Inadimplência Atinge 9,4 milhões de Jovens no Brasil, Revela Estudo Inédito da Serasa Experian. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2016/05/24/inadimplencia-atinge-94milhoes-de-jovens-no-brasil-revela-estudo-inedito-da-serasa-experian/>> Acesso em 23 de novembro de 2017.

**LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO:  
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DE  
TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE CARGAS**

Welton Araujo  
Pacheco<sup>1</sup> Jailson da  
Conceição Teixeira<sup>2</sup>  
Jamile Viana Calazans Salim<sup>3</sup>  
Evaldo Rezende Duarte<sup>4</sup>

Diego Campos Pereira<sup>5</sup>

Zique de Souza Dib<sup>6</sup>

**RESUMO**

Lucro real x Lucro presumido: Planejamento tributário realizado em uma empresa de transportes rodoviário de cargas, No Brasil, um dos maiores problemas enfrentados pelos empresários é a alta carga tributária, que onera pesadamente os produtos e serviços atrapalhando a continuidade e crescimento das empresas, é neste momento que a contabilidade tem um papel muito importante atuando como um instrumento de economia tributária. O objetivo dessa pesquisa é verificar se o regime de tributação em que a empresa de transporte rodoviário de cargas se encontra é o mais adequado ou não para sua atividade. Através dos dados levantados foi elaborado um estudo tributário, para verificar qual a regime de tributação será a mais vantajosa para a empresa. Na metodologia foram utilizadas técnicas de pesquisa como pesquisa exploratória, pesquisa documental e bibliográfica. Ao analisar os dados apresentados pela empresa, a partir das demonstrações contábeis, referente ao último trimestre de 2015, foi elaborado várias comparações do regime tributário entre lucro real e lucro presumido, essas comparações foram elaboradas através de 3 (três) cenários onde pode-se constatar a diferença da carga tributária entre os regimes de tributação, através dos dados levantados pode-se constatar que os resultados obtidos foram muitos satisfatórios no cenário III em relação aos demais, neste cenário foi elaborado uma comparação entre o lucro real e o lucro presumido, onde o lucro real mostrou ser mais vantajoso em relação ao presumido mostrando uma economia considerável para a empresa.

**Palavras-chaves:** Planejamento Tributário; Lucro Real; Lucro Presumido.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, pós-graduando em Controladoria e Finanças e pós-graduando em Gestão e Didática em Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, E-mail: weltonpacheco.araujo@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço –

EDUVALE, especialista em Tecnologia Em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal – ESAF, Especialista em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário - UNIC, Mestrando em Ciências Contábeis FUCAPE – ES.

<sup>3</sup> Especialista em Controladoria e Finanças e Docência e didática (2018) pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – EDUVALE (2015), Professora de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.

<sup>4</sup> É Formado em Ciências Contábeis e Professor de Ensino Superior da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE.

## INTRODUÇÃO

O planejamento tributário pode ser visto, também, como o conjunto de atividades permanentemente desenvolvidas por profissionais especializados, com o intuito de encontrar alternativas lícitas de reduzir ou postergar a carga tributária das empresas. O planejamento tributário está cada vez mais presente na vida das empresas, o motivo pelo qual está levando os empresários a procurar cada vez mais um estudo sobre o regime de tributação de suas empresas.

Hoje o estudo de regime de tributação já é necessário para as empresas que estão em franco desenvolvimento, O planejamento é utilizado como forma de gerenciamento de todas as atividades da empresa embora pareça difícil crescer em meio à crise econômica que nosso país está passando, mas muitos empresários conseguiram ver uma oportunidade em meio à crise.

O problema desta pesquisa é buscar uma maneira de amenizar a elevada carga tributária que a empresa de transportes rodoviário de cargas está pagando atualmente, para isso será feito uma análise entre os regimes de tributação, Lucro real e Lucro presumido, para ver qual a melhor opção de tributação.

A alta carga tributária do nosso país que onera pesadamente os produtos e serviços atrapalhando a continuidade e concorrência das empresas, é neste momento que a contabilidade tem um papel muito importante atuando como um instrumento de economia tributária. O objetivo dessa pesquisa é verificar se o regime de tributação em que a empresa se encontra é o mais adequado ou não para sua atividade. Levantar os benefícios fiscais de ambos os regimes de tributação para verificar qual o mais adequado para a empresa. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi a bibliográfica, exploratória e a documental.

Para se alcançar o objetivo desta pesquisa, foi apurado os benefícios fiscais de ambos os regimes de tributação, ao mesmo tempo instituiu-se um estudo mais

aprofundado sobre os conceitos de lucro real e lucro presumido através da lei que os regem.

Através dos dados levantados e adquiridos através das demonstrações contábeis da empresa, foi elaborado uma serie de comparações em cenários diferentes para verificar qual cenário seria o mais adequado para empresa.

Os resultados obtidos foram muitos satisfatórios no cenário III em relação aos demais, neste cenário foi elaborado uma comparação entre o lucro real e o lucro presumido, onde o lucro real mostrou ser mais vantajoso em relação ao presumido mostrando uma economia considerável para a empresa.

## **1. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**



É o conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos, mediante a um estudo sobre a legislação que regulamenta a atividade da empresa.

O planejamento tributário é o entendimento das alternativas legais de formalização jurídica de uma certa operação, antes do acontecimento do fato gerador, assim faz com que o contribuinte possa escolher pela que apresenta o menor encargo tributário. Planejamento tributário não se confunde com sonegação fiscal, planejar é decidir entre duas ou mais alternativas legais, que se reduz o menor imposto possível a pagar. Sonegar é utilizar meios ilegais como fraude, simulação, dissimulação para deixar de arrecadar o tributo necessário. Percebe-se ainda por sonegação é todo ato ou ação dolosa tendente a dificultar ou adiar, total ou imparcial, o entendimento por parte das autoridades da ocorrência do fato gerador da obrigação principal. (MARQUEZ, 1996, p. 37)

O planejamento é diferente de sonegação, pois no planejamento vamos verificar qual a melhor opção tributaria para cada ramo de atividade, através deste estudo será capaz de escolher a melhor forma tributação.

O objetivo do planejamento tributário é evitar a incidência dos tributos, adotando ações e procedimentos que evitem a ocorrência do fato gerador dos tributos, reduzir os valores a serem recolhidos, retardar o pagamento do tributo, através de ações que consigam postergar o pagamento do tributo, sem a ocorrência de multas.

Planejamento tributário é toda e qualquer medida lícita adotada pelos contribuintes no sentido de reduzir o ônus tributário ou postergar a incidência de determinado tributo. O planejamento tributário pode ser visto, também, como o conjunto de atividades permanentemente desenvolvidas por profissionais especializados, com o intuito de encontrar alternativas lícitas de reduzir ou postergar a carga tributária das empresas. O planejamento tributário é considerado a atividade mais complexa desenvolvida pelo contador tributarista, uma vez que para se bem-sucedido nessa tarefa é necessário que ele tenha profundo conhecimento das regras que regem a incidência e um domínio amplo dos meandros da apuração dos tributos, nos casos em que o planejamento tributário envolve a adoção dos tributos. Nos casos em que o planejamento tributário envolve a adoção de medidas que podem encontrar resistências do fisco, é necessário que o contador tributarista avalie os riscos decorrentes de um eventual litígio. Nesse caso, para uma decisão mais segura, é fundamental conhecer e analisar os precedentes administrativos e judiciais, o que podemos simplesmente chamar de jurisprudência tributária. (POHLMANN, 2010. 308p)

Antes de começarmos a fazer um planejamento tributário para uma empresa primeiramente devemos conhecer qual legislação regulamenta a atividade de sua empresa, somente após um estudo minucioso da legislação que podemos começar a trabalhar com o planejamento tributário, para que não venha ter prejuízos futuros com a receita.

## 1.1 LUCRO REAL

Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pelo Regulamento ([Decreto-lei 1.598/1977](#), artigo 6º).

Pessoas Jurídicas obrigadas ao lucro real

A partir de 1999 estão obrigadas à apuração do Lucro Real as pessoas jurídicas ([Lei 9.718/1998](#), artigo 14):

A legislação obriga algumas empresas a optarem pelo lucro real devido a suas características ou faturamento, estas estão enumeradas no art. 14 da Lei n. 9.718/98:

Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

- Cujas receitas totais, no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei n. 12.814, de 2013)
- Cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
  - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
  - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
  - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei n. 9.430, de 1996;
  - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).
  - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio. (incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

Existem empresas que estão obrigadas a apuração pelo lucro real, desde que seu faturamento seja superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), mas isso não impede que uma empresa que tenha um faturamento menor possa optar por apuração.

## 1.2 ALÍQUOTAS E ADICIONAL

A pessoa jurídica, seja comercial ou civil o seu objeto, pagará o imposto à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, apurado de conformidade com o Regulamento, o disposto neste item aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore atividade rural.

A parcela do lucro real que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$

20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10% (dez por cento), (Santos, 2015).

O adicional aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação, o adicional de que trata este item será pago juntamente com o imposto de renda apurado pela aplicação da alíquota geral de 15%.

### 1.3 PIS/COFINS

O regime não cumulativo do PIS e da COFINS consiste em deduzir, dos débitos apurados de cada contribuição, os respectivos créditos admitidos na legislação. A sistemática é denominada, regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, (Peixoto, 2010)

A Lei nº 10/637, de 30 dezembro de 2002, criou o regime não-cumulativo de tributação da contribuição para PIS/PASEP, o percentual de incidência no faturamento para o PIS é de 1,65%, (Ribeiro, 2009).

A lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, criou o regime não-cumulativo de tributação da contribuição para COFINS, o percentual de incidência no faturamento para COFINS é de 7,6%, (Ribeiro, 2009).

A cada receita auferida pela empresa ela passa a ter direito ao débito do PIS e COFINS, podendo aproveitar crédito para deduções das contribuições devidas.

As pessoas jurídicas, mesmo se não obrigadas a tal, poderão apurar seus resultados tributáveis com base no Lucro Real, podendo ser feito seu recolhimento Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

**Art. 2º** A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta definida pelo art. 12 do Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, auferida mensalmente, deduzida das devoluções, vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30, 32, 34 e 35 da Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995. (Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014) (Vigência)

**§ 1º** O imposto a ser pago mensalmente na forma deste artigo será determinado mediante a aplicação, sobre a base de cálculo, da alíquota de quinze por cento.

**§ 2º** A parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ficará sujeita à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento.

**§ 3º** A pessoa jurídica que optar pelo pagamento do imposto na forma deste artigo deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano, exceto nas hipóteses de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo anterior.

**§ 4º** Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:

**I** - dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

**II** - dos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III - do imposto de renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

IV - do imposto de renda pago na forma deste artigo

Assim, por exemplo, uma empresa que esteja com pequeno lucro ou mesmo prejuízo, não estando obrigada a apurar o Lucro Real, poderá fazê-lo, visando economia tributária (planejamento fiscal).

#### **1.4 LUCRO PRESUMIDO**

O Lucro Presumido é a forma de tributação simplificada do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL).

As condições para a opção pelo lucro presumido estão descritas no art. 13 da Lei n. 9.718/68:

Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano- calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido. (Redação dada pela Lei n. 12.814, de 2013)

§ 1º A opção pela tributação com base no lucro presumido será definitiva em relação ao todo o ano-calendário.

§ 2º Relativamente aos limites estabelecidos neste artigo, a receita bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou caixa, observado o critério adotado pela pessoa jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no lucro presumido.

Empresas que tiverem um faturamento maior que R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) se não fizer a opção pelo lucro real será enquadrada no lucro presumido automaticamente, com exceção daquelas que a lei obriga optar pelo lucro real.

#### **1.5 ALÍQUOTAS E ADICIONAL**

A pessoa jurídica, seja comercial ou civil o seu objeto, pagará o imposto à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro presumido, apurado de conformidade com o Regulamento.

O disposto neste item aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore atividade rural. A parcela do lucro presumido que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$

20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10% (dez

por cento), (Santos, 2015).

## **1.6 PIS/COFINS**

A Lei nº 10/637, de 30 dezembro de 2002, criou o regime cumulativo de tributação da contribuição para PIS/PASEP, o percentual de incidência no faturamento para o PIS é de 0,65%, (Ribeiro, 2009).

A lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, criou o regime cumulativo de tributação da contribuição para COFINS, o percentual de incidência no faturamento para COFINS é de 3%, (Ribeiro, 2009).

## **2. ESTUDO DA ATIVIDADE**

Atividade de transporte de carga rodoviário mesmo sendo uma empresa de prestação de serviço no lucro presumido a alíquota de presunção é de 8% para cálculo de IR e 12% para CSLL, atividade também tem a opção a desoneração da folha conforme a Lei nº 12.546/2011, onde a empresa tem a opção de recolher 1,5% sobre o faturamento ou 20% sobre o valor bruto da folha de pagamento. Segue abaixo as alterações introduzidas pela Lei nº 13.161/2015:

O regime passa a ser optativo - ao contrário do que previa originalmente a legislação, que determinava a obrigatoriedade de recolhimento da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta) para as empresas enquadradas nos CNAEs abrangidos pelo regime. Assim, cabe à empresa verificar qual regime representa a menor carga fiscal e fazer a sua opção, a qual será irretratável para todo o ano-calendário.

Período para opção pelo regime de contribuição sobre a receita bruta – a opção pelo regime da desoneração será feita mediante o recolhimento da CPRB relativa à competência de janeiro de cada ano, com vencimento em 20 de fevereiro, ou na primeira competência subsequente em que for apurada receita, sendo sua opção irretratável para todo o ano- calendário.

## **3. METODOLOGIA**

Tomando-se como ponto de partida a apresentação do planejamento tributário e seu desenvolvimento em uma empresa de Transporte Rodoviário, utilizou-se dados reais para a exemplificação dos impostos e contribuições pertinentes ao Lucro Presumido e ao Lucro Real. Assim sendo, o método que foi adotada nesse estudo, foi bibliográfica, a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, visa adequar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais visível, e é feito em sua maioria por meio de levantamentos



bibliográficos (Gil, 2010).

Sendo assim, os métodos exploratórios, comprovam o real valor do problema, e o estágio em que se encontram os dados já disponíveis a respeito do assunto, e até mesmo revela ao pesquisador novas fontes de informação. (Santos, 2004).

Pesquisas Explicativas, é aquela que, além de armazenar e avaliar os acontecimentos estudados, busca identificar suas causas (Severino, 2007).

Logo, em Contabilidade, o uso desse método proporciona, por meio do exaustivo estudo de dados, a formação de novos enfoques para temas já existentes.

Quanto aos procedimentos usados na pesquisa, foi a pesquisa documental, nomear um objeto de pesquisa, reservado, com o objetivo de embrenhar-se os aspectos peculiares. (Santos, 2004).

Portanto, trata-se de um estudo profundo de um determinado assunto ou objeto que visa obter o máximo de informações possíveis. Neste estudo, usam-se os dados de uma transportadora optante pelo lucro presumido, para posterior análise e aplicação do planejamento tributário, estes dados foram obtidos com a contabilidade da empresa.

#### **4. COLETA DE DADOS**

A pesquisa foi elaborada em uma empresa de transporte rodoviário que pertence a um empresário que tem um grupo de empresas com CNPJ distintos, onde não serão divulgados os nomes das empresas e serão utilizados nomes fictícios, empresa X1 representa a transportadora e a empresa X2 representa outra empresa do grupo.

Os dados coletados são referentes ao mês de dezembro de 2015, para fazer a comparação da pesquisa foi dividida em 3 (três) cenário onde se fez a comparação do Lucro Real e o Lucro Presumido.

Cenário I: neste cenário a empresa X2 sede em forma de comodato os 10 veículos para a empresa X1 transportes, desconsiderando a desoneração da folha.

Cenário II: neste cenário todos os veículos estão em nome da empresa X1 transportes, considerando a desoneração da folha.

Cenário III: neste cenário todos os veículos em nome da empresa X 2 onde os mesmos serão alugados a X 1 Transportes, considerando a desoneração da folha, também foi feito a apuração da tributação da empresa X2 como mostra a tabela 10.

**Cenário I**

Quadro 1 Lucro real

| <b>LUCRO REAL</b>                       |                       |
|-----------------------------------------|-----------------------|
|                                         |                       |
| <b>Receita Bruta</b>                    | <b>R\$ 900.000,00</b> |
| ISS de 0%                               | R\$ 0,00              |
| PIS de 1,65%                            | R\$ 6.237,00          |
| Cofins de 7,60%                         | R\$ 28.728,00         |
| <b>Receita Líquida</b>                  | <b>R\$ 865.035,00</b> |
| Custo do Serviço = 58,0%                | R\$ 522.000,00        |
| Depreciação                             | R\$ 0,00              |
| <b>Margem Bruta</b>                     | <b>R\$ 343.035,00</b> |
| folha salarial = 10,0%                  | R\$ 90.000,00         |
| encargos sociais = 27,5%                | R\$ 24.750,00         |
| despesas diversas = 10,0%               | R\$ 90.000,00         |
| <b>Lucro Líquido Antes do IR e CSLL</b> | <b>R\$ 138.285,00</b> |
| <b>Apuração CSLL</b>                    |                       |
| Base de Cálculo - Lucro Líquido         | R\$ 138.285,00        |
| Alíquota da CSLL de 9%                  | <b>R\$ 12.445,65</b>  |
| <b>Apuração Imposto de Renda</b>        |                       |
| Base de Cálculo - Lucro Líquido         | R\$ 138.285,00        |
| Alíquota do IR de 15%                   | R\$ 20.742,75         |
| Adicional de IR se > 20 mil reais 10%   | R\$ 7.828,50          |
| <b>Total Imposto Renda</b>              | <b>R\$ 28.571,25</b>  |
| <b>Lucro Real</b>                       | <b>R\$ 97.268,10</b>  |

Fonte: Pesquisa

Quadro 2 Lucro presumido

| <b>LUCRO PRESUMIDO</b>                  |                       |
|-----------------------------------------|-----------------------|
|                                         |                       |
| <b>Receita Bruta</b>                    | <b>R\$ 900.000,00</b> |
| ISS de 0%                               | R\$ 0,00              |
| PIS de 0,65%                            | R\$ 5.850,00          |
| Cofins de 3%                            | R\$ 27.000,00         |
| <b>Receita Líquida</b>                  | <b>R\$ 867.150,00</b> |
| Custo do Serviço = 58,0%                | R\$ 522.000,00        |
| Depreciação                             | R\$ 0,00              |
| <b>Resultado operacional</b>            | <b>R\$ 345.150,00</b> |
| folha salarial = 10,0%                  | R\$ 90.000,00         |
| encargos sociais = 27,5%                | R\$ 24.750,00         |
| despesas diversas = 10,0%               | R\$ 90.000,00         |
| <b>Lucro Líquido Antes do IR e CSLL</b> | <b>R\$ 138.285,00</b> |
| <b>Apuração CSLL</b>                    |                       |
| Base de Cálculo 12% do Faturamento      | R\$ 108.000,00        |
| Alíquota da CSLL de 9%                  | <b>R\$ 9.720,00</b>   |
| <b>Apuração Imposto de Renda</b>        |                       |
| Base de Cálculo 8% do Faturamento       | R\$ 72.000,00         |
| Alíquota do IR de 15%                   | R\$ 10.800,00         |
| Adicional de IR se > 20 mil reais 10%   | R\$ 1.200,00          |
| <b>Total Imposto Renda</b>              | <b>R\$ 12.000,00</b>  |
| <b>Lucro Presumido</b>                  | <b>R\$ 116.565,00</b> |

Fonte: Pesquisa

**COMPARAÇÃO LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO**

Quadro 3

|                                    |                      |
|------------------------------------|----------------------|
| Carga Tributária - Lucro Real      | R\$ 100.731,90       |
| Carga Tributária - Lucro Presumido | R\$ 79.320,00        |
| <b>Diferença de Tributação</b>     | <b>R\$ 21.411,90</b> |

Fonte: Pesquisa

Neste cenário a carga tributária do Lucro Real é composta por PIS, Cofins, Encargos Sociais, CSLL e IR que totaliza R\$ 100.731,90 lembrando que o PIS e Cofins no lucro real não é cumulativo e carga tributária do Lucro presumido é composta por PIS, Cofins, Encargos

Sociais, CSLL e IR que totaliza R\$ 79.320,00 sendo que o PIS e Cofins no lucro presumido e cumulativo.

Sendo assim no cenário I fica mais vantajoso a tributação pelo Lucro Presumido apresentando uma economia de R\$ 21.411,90 em relação ao lucro real ao trimestre.

## Cenário II

Quadro 4 Lucro real

| <b>LUCRO REAL</b>                       |                       |
|-----------------------------------------|-----------------------|
| <b>Receita Bruta</b>                    | <b>R\$ 900.000,00</b> |
| ISS de 0%                               | R\$ 0,00              |
| PIS de 1,65%                            | R\$ 5.066,53          |
| Cofins de 7,60%                         | R\$ 23.336,75         |
| <b>Receita Líquida</b>                  | <b>R\$ 871.596,72</b> |
| Custo do Serviço = 58,0%                | R\$ 522.000,00        |
| Depreciação                             | R\$ 70.937,50         |
| <b>Margem Bruta</b>                     | <b>R\$ 278.659,22</b> |
| folha salarial = 10,0%                  | R\$ 90.000,00         |
| INSS desoneração                        | R\$ 13.500,00         |
| encargos sociais = 7,5%                 | R\$ 6.750,00          |
| despesas diversas = 10,0%               | R\$ 90.000,00         |
| <b>Lucro Líquido Antes do IR e CSLL</b> | <b>R\$ 78.409,22</b>  |
| <b>Apuração CSLL</b>                    |                       |
| Base de Cálculo - Lucro Líquido         | R\$ 78.409,22         |
| Alíquota da CSLL de 9%                  | <b>R\$ 7.056,83</b>   |
| <b>Apuração Imposto de Renda</b>        |                       |
| Base de Cálculo - Lucro Líquido         | R\$ 78.409,22         |
| Alíquota do IR de 15%                   | R\$ 11.761,38         |
| Adicional de IR se > 20 mil reais 10%   | R\$ 1.840,92          |
| <b>Total Imposto Renda</b>              | <b>R\$ 13.602,30</b>  |
| <b>Lucro Real</b>                       | <b>R\$ 57.750,08</b>  |

Fonte: Pesquisa

Quadro 5 Lucro presumido

| <b>LUCRO PRESUMIDO</b>                  |                       |
|-----------------------------------------|-----------------------|
| <b>Receita Bruta</b>                    | <b>R\$ 900.000,00</b> |
| ISS de 0%                               | R\$ 0,00              |
| PIS de 0,65%                            | R\$ 5.850,00          |
| Cofins de 3%                            | R\$ 27.000,00         |
| <b>Receita Líquida</b>                  | <b>R\$ 867.150,00</b> |
| Custo do Serviço = 58,0%                | R\$ 522.000,00        |
| Depreciação                             | R\$ 70.937,50         |
| <b>Resultado operacional</b>            | <b>R\$ 274.212,50</b> |
| folha salarial = 10,0%                  | R\$ 90.000,00         |
| INSS desoneração                        | R\$ 13.500,00         |
| encargos sociais = 7,5%                 | R\$ 6.750,00          |
| despesas diversas = 10,0%               | R\$ 90.000,00         |
| <b>Lucro Líquido Antes do IR e CSLL</b> | <b>R\$ 73.962,50</b>  |
| <b>Apuração CSLL</b>                    |                       |
| Base de Cálculo 12% do Faturamento      | R\$ 108.000,00        |
| Alíquota da CSLL de 9%                  | <b>R\$ 9.720,00</b>   |
| <b>Apuração Imposto de Renda</b>        |                       |
| Base de Cálculo 8% do Faturamento       | R\$ 72.000,00         |
| Alíquota do IR de 15%                   | R\$ 10.800,00         |
| Adicional de IR se > 20 mil reais 10%   | R\$ 1.200,00          |
| <b>Total Imposto Renda</b>              | <b>R\$ 12.000,00</b>  |
| <b>Lucro Presumido</b>                  | <b>R\$ 52.242,50</b>  |

Fonte: Pesquisa

## COMPARAÇÃO LUCRO X LUCRO PRESUMIDO

Quadro 6

|                                    |                     |
|------------------------------------|---------------------|
| Carga Tributária - Lucro Presumido | R\$ 74.820,00       |
| Carga Tributária - Lucro Real      | R\$ 69.312,42       |
| <b>Diferença de Tributação</b>     | <b>R\$ 5.507,58</b> |

Fonte: Pesquisa

Neste cenário II a carga tributária do Lucro real é composta por PIS, Cofins, INSS da desoneração, Encargos Sociais, CSLL e IR que totaliza R\$ 69.312,42 lembrando que o PIS e Cofins no lucro real é não cumulativo e carga tributária do Lucro presumido é composta por PIS, Cofins, INSS da desoneração, Encargos Sociais, CSLL e IR que totaliza R\$ 74.820,00 sendo que o PIS e Cofins no lucro presumido é cumulativo.

Assim sendo no cenário II fica mais vantajoso a tributação pelo Lucro real apresentando uma economia de R\$ 5.507,58, sobre o lucro presumido ao trimestre.

### Cenário III

Quadro 7 Lucro real

| LUCRO REAL                              |                       |
|-----------------------------------------|-----------------------|
|                                         |                       |
| <b>Receita Bruta</b>                    | <b>R\$ 900.000,00</b> |
| ISS de 0%                               | R\$ 0,00              |
| PIS de 1,65%                            | R\$ 3.762,00          |
| Cofins de 7,60%                         | R\$ 17.328,00         |
| <b>Receita Líquida</b>                  | <b>R\$ 878.910,00</b> |
| Custo do Serviço = 58,0%                | R\$ 522.000,00        |
| Aluguel dos caminhões                   | R\$ 150.000,00        |
| <b>Margem Bruta</b>                     | <b>R\$ 206.910,00</b> |
| folha salarial = 10,0%                  | R\$ 90.000,00         |
| INSS desoneração                        | R\$ 13.500,00         |
| encargos sociais = 7,5%                 | R\$ 6.750,00          |
| despesas diversas = 10,0%               | R\$ 90.000,00         |
| <b>Lucro Líquido Antes do IR e CSLL</b> | <b>R\$ 6.660,00</b>   |
| <b>Apuração CSLL</b>                    |                       |
| Base de Cálculo - Lucro Líquido         | R\$ 6.660,00          |
| Alíquota da CSLL de 9%                  | <b>R\$ 599,40</b>     |
| <b>Apuração Imposto de Renda</b>        |                       |
| Base de Cálculo - Lucro Líquido         | R\$ 6.660,00          |
| Alíquota do IR de 15%                   | R\$ 999,00            |
| Adicional de IR se > 20 mil reais 10%   | R\$ 0,00              |
| <b>Total Imposto Renda</b>              | <b>R\$ 999,00</b>     |
| <b>Lucro Real</b>                       | <b>R\$ 5.061,60</b>   |

Fonte: Pesquisa

Quadro 8 Lucro presumido

| LUCRO PRESUMIDO                         |                       |
|-----------------------------------------|-----------------------|
|                                         |                       |
| <b>Receita Bruta</b>                    | <b>R\$ 900.000,00</b> |
| ISS de 0%                               | R\$ 0,00              |
| PIS de 0,65%                            | R\$ 5.850,00          |
| Cofins de 3%                            | R\$ 27.000,00         |
| <b>Receita Líquida</b>                  | <b>R\$ 867.150,00</b> |
| Custo do Serviço = 58,0%                | R\$ 522.000,00        |
| Aluguel dos caminhões                   | R\$ 150.000,00        |
| <b>Resultado operacional</b>            | <b>R\$ 195.150,00</b> |
| folha salarial = 10,0%                  | R\$ 90.000,00         |
| INSS desoneração                        | R\$ 13.500,00         |
| encargos sociais = 7,5%                 | R\$ 6.750,00          |
| despesas diversas = 10,0%               | R\$ 90.000,00         |
| <b>Lucro Líquido Antes do IR e CSLL</b> | <b>-R\$ 5.100,00</b>  |
| <b>Apuração CSLL</b>                    |                       |
| Base de Cálculo 12% do Faturamento      | R\$ 108.000,00        |
| Alíquota da CSLL de 9%                  | <b>R\$ 9.720,00</b>   |
| <b>Apuração Imposto de Renda</b>        |                       |
| Base de Cálculo 8% do Faturamento       | R\$ 72.000,00         |
| Alíquota do IR de 15%                   | R\$ 10.800,00         |
| Adicional de IR se > 20 mil reais 10%   | R\$ 1.200,00          |
| <b>Total Imposto Renda</b>              | <b>R\$ 12.000,00</b>  |
| <b>Lucro Presumido</b>                  | <b>-R\$ 26.820,00</b> |

Fonte: Pesquisa

**COMPARAÇÃO LUCRO X LUCRO PRESUMIDO**

Quadro 9

|                                    |                      |
|------------------------------------|----------------------|
| Carga Tributária - Lucro Presumido | R\$ 74.820,00        |
| Carga Tributária - Lucro Real      | R\$ 42.938,40        |
| <b>Diferença de Tributação</b>     | <b>R\$ 31.881,60</b> |

Fonte: Pesquisa

**Tributação da empresa X2**Quadro  
10

| <b>LUCRO PRESUMIDO</b>                       |                       |
|----------------------------------------------|-----------------------|
| <b>Receita Bruta</b>                         | <b>R\$ 150.000,00</b> |
| PIS de 0,65%                                 | R\$ 975,00            |
| Cofins de 3%                                 | R\$ 4.500,00          |
| <b>Receita Líquida</b>                       | <b>R\$ 144.525,00</b> |
| Custo do Serviço = 0,0%                      | R\$ 0,00              |
| <b>Resultado operacional</b>                 | <b>R\$ 144.525,00</b> |
| folha salarial = 0,0%                        | R\$ 0,00              |
| encargos sociais = 0,0%                      | R\$ 0,00              |
| despesas diversas = 0,0%                     | R\$ 0,00              |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>R\$ 144.525,00</b> |
| <b>Base de cálculo Lucro Presumido CSLL</b>  |                       |
| Serviços > 32%                               | R\$ 48.000,00         |
| Alíquota da CSLL de 9%                       | R\$ 4.320,00          |
| <b>Base de cálculo do Lucro Presumido IR</b> |                       |
| Serviços > 32%                               | R\$ 48.000,00         |
| Alíquota do IR de 15%                        | R\$ 7.200,00          |
| Adicional de IR se > 20 mil reais 10%        | R\$ 0,00              |
| <b>Lucro Presumido</b>                       | <b>R\$ 133.005,00</b> |
| <b>Tributação Total</b>                      | <b>R\$ 16.995,00</b>  |

Fonte: Pesquisa

Neste cenário III a carga tributária do Lucro real é composta por PIS, Cofins, INSS da desoneração, Encargos Sociais, CSLL e IR que totaliza R\$ 42.938,40 lembrando que o PIS e Cofins no lucro real é não cumulativo e carga tributária do Lucro presumido é composta por PIS, Cofins, INSS da desoneração, Encargos Sociais, CSLL e IR que totaliza R\$ 74.820,00 sendo que o PIS e Cofins no lucro presumido é cumulativo., e a tributação da empresa X2 é composto por PIS, Cofins, CSLL e IR que totaliza R\$ 16.995,00.

No quadro a seguir esta todas as comparações elaboradas em todos os cenários.

Quadro 10 – Comparação entre lucro real e lucro presumido

| <b>COMPARAÇÃO ENTRE LUCRO REAL E LUCRO PRESUMIDO</b> |                                   |                                    |                                     |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Regime de Tributação</b>                          | <b>Carga tributária Cenário I</b> | <b>Carga tributária Cenário II</b> | <b>Carga tributária Cenário III</b> |
| <b>Lucro Real</b>                                    | R\$ 100.731,90                    | R\$ 69.312,42                      | R\$ 42.938,40                       |
| <b>Lucro Presumido</b>                               | R\$ 79.320,00                     | R\$ 74.820,00                      | R\$ 74.820,00                       |

Fonte: Pesquisa

Assim sendo no cenário III fica mais vantajoso com a tributação pelo Lucro real mesmo somando com a tributação da empresa X2, o lucro real apresenta uma economia de R\$ 14.886.60, sobre o lucro presumido ao trimestre.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os quadros comparativas verificou-se que a melhor opção do regime de tributação para essa empresa, com vista a diminuição da carga tributária, foi no cenário III, que ficou com a menor carga tributária foi o regime de tributação pelo lucro real, onde os veículos deverão pertencer a empresa X2 e a mesma efetuar o aluguel para a X1 Transportes, a X 1 Transportes deverá fazer a apuração dos impostos pelo regime Lucro Real e optar pela desoneração da folha, onde apresentou uma economia com relação ao Lucro Presumido de R\$ 16.995,00, e quanto maior for a despesa menos imposto será pago pela empresa X1 transportes. Após uma análise minuciosa de todos os documentos auferidos por meio da pesquisa elaborada juntamente com os cenários onde foram feitas as comparações entre os regimes de tributação, pode-se afirmar que o objetivo da pesquisa foi alcançado dentro do esperado.

## REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. São Paulo: Difusão, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARQUEZ, Wagner Luiz, 1996-**Contabilidade e Planejamento Tributário**.

POHLMANN, Marcelo coletto. / **Contabilidade Tributária**. / Marcelo Coletto pohlmann. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010. 308p.

**PIS e COFINS na teoria e na prática : uma abordagem completa dos regimes cumulativo e não-cumulativo** / 2. ed. PEIXOTO, Marcelo Magalhães, coordenador ; ADOLPHO Bergamini... [et al.]. - São Paulo : MP Ed., 2010.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Paulo Lenir dos, **Lucro: real – presumido – simples – melhor opção: uma análise pratica e técnica de cálculo tributários**. 4. Ed./ Paulo Lenir dos Santos. – Porto Alegre: paixão, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura, **Contabilidade intermediaria** / Osni Moura Ribeiro. – 2.ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico** / Antônio Joaquim Severino. – 23. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

## FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA: DESAFIOS DA DOCÊNCIA

Rosely Santos de Almeida<sup>90</sup>

Vagner Haubricht Pinheiro<sup>91</sup>

Mônica Santana Cardoso<sup>92</sup>

Francisco Bandeira Amaral<sup>93</sup>

Fabricio Carlos Lenzi<sup>94</sup>

### Resumo

O texto Formação Inicial e Continuada desafios da docência tem como objetivo tensionar de forma breve diferentes concepções de formação de professores. Que “nasce” com os debates sobre a formação inicial e o seu foco, ou falta de foco naquilo que se propõe a fazer, para que esta deixe de ser tão genérica e torne-se mais específica aos seus frequentadores, passando pelos processos de formação continuada, aos profissionais que já atuam na docência. Para MIZUKAMI (2005-2006), GATTI (2011), SHULMAN (1996), a formação continuada apresenta-se com sentidos e significados diferenciados quanto aos propositores (Professores, Secretarias), dinamizadores (Coordenadores Pedagógicos, Professores) e quanto ao local (Escola) em que essa ação ocorre.

Palavras- chave: Formação de Professores. Saberes Docentes. Docência.

---

<sup>90</sup>

<sup>91</sup> É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>92</sup> Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>93</sup> Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>94</sup> Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT



## **Introdução**

As discussões sobre o tema Formação de Professores recaem sobre dois pontos fundamentais: a Formação Inicial que é considerada por professores, especialistas e críticos como falha e com muitas lacunas prejudiciais a atuação docente e pela Formação Continuada – que se apresenta com diferentes leituras e possibilidades sobre a sua existência. Seria a formação continuada um espaço para sanar as lacunas deixadas pela formação inicial? O *locus* da formação continuada produz significados aos frequentadores? A formação conduzida pelo Coordenador Pedagógico possui representações distintas do que é conduzido pelos especialistas das Secretarias? Essas provocações são abordadas no decorrer do texto com o intuito de tensionar as possibilidades acerca da formação docente. Autores como GATTI (2009), (2011), SHULMAN (1996), MARCELO (2009) E MIZUKAMI (2005-2006), nos apresentam diferentes possibilidades de compreender os caminhos da profissionalidade docente e como estas podem ser constituídas nos processos formativos.

O ser um bom professor para MARCELO (2009) percorre um longo caminho, com uma pergunta tão grande e difícil de ser respondida: Como se ensina a aprender? É a busca por esta resposta e por qual caminho percorrer que os professores (formadores) se lançam cotidianamente nos diferentes processos formativos tentando acomodar temporariamente suas inquietações em relação ao seu fazer.

Não há pretensão em responder essas e outras perguntas que rondam o cotidiano da docência neste breve texto, mas considerar as inúmeras possibilidades de discussão da formação do professor partindo dos eixos apresentados.

### **Desafios dos Professores nos Processos Formativos**

As discussões sobre a qualidade da educação possuem diferentes vertentes de análises e estudos, desde as pautadas no fracasso das crianças e suas condições sócio/culturais, percorrendo as situações estruturais dos ambientes escolares bem como desdobramento das políticas públicas que o país adota a este setor, como também a formação de professores. Esta última pauta-se em dois tópicos principais: a formação inicial e a continuada dos professores.

Gatti (2009) em uma pesquisa realizada ao Instituto Carlos Chagas registra que cada vez mais a responsabilidade pelo desempenho obtido pelos alunos é atribuída aos professores.

Conforme Gatti (2009),

A pesquisa foi desenvolvida no contexto dos resultados preocupantes advindos do desempenho obtido pelos estudantes do ensino fundamental e médio nas avaliações nacionais e internacionais sobre qualidade do ensino básico no Brasil, que têm suscitado um importante debate sobre os elementos implicados na melhoria da qualidade dos processos escolares no país. A formação de professores é apontada como um dos principais fatores intervenientes nesses resultados. (GATTI, 2009, p.10)

A ênfase dada aos cursos de licenciatura seria por que estes não estariam ofertando formação adequada aos futuros professores, à reclamação de que os cursos priorizam a teoria em detrimento à prática são recorrentes. Na pesquisa realizada por Gatti (2009), as evidências de que as disciplinas consideradas como práticas possuem carga horária menor do que as disciplinas consideradas teóricas, este fato em todas as licenciaturas pesquisadas pela autora.

Citado por Gatti (2009),

As disciplinas deste grupo trazem ementas que registram preocupação com as justificativas sobre o porquê ensinar, o que, de certa forma contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receituários. Entretanto, só de forma muito incipiente registram o quê e como ensinar. Um grande número de ementas registra frases genéricas não permitindo identificar conteúdos específicos. Há instituições que propõem o estudo dos conteúdos de ensino associados às metodologias, mas, ainda assim, de forma panorâmica e pouco aprofundada. Então, mesmo nesse conjunto de 28% de disciplinas que podem ser classificadas como voltadas à formação profissional específica, o que sugerem as ementas é que esta é feita de forma ainda muito insuficiente. (GATTI, 2009, p.22)

A falta de articulação entre as disciplinas na formação inicial nesta perspectiva não consegue atender as demandas das realidades encontradas nos espaços educacionais. Para alguns professores e até mesmo estudiosos a formação continuada nasceria para sanar estes problemas gerados em decorrência das lacunas apresentadas na graduação.

Mizukami (2005 -2006), citando Shulman (1996),

Shulman (1996) considera a aprendizagem baseada em casos na formação de professores como uma resposta a dois problemas centrais: *aprendizagem pela experiência* e a *construção de pontes entre teoria e prática*. Para ele a exigência de que os professores/futuros professores devam refletir sobre sua própria prática é correta e é penosamente exigente. A utilização de casos de ensino como uma unidade de análise reflexiva ajudaria na organização do processo de reflexão. Considera, igualmente, que parte significativa da formação do professor é genérica, consistindo de princípios gerais e máximas que poderiam ser aplicadas amplamente a uma vastidão de situações. (MIZUKAMI, 2005 2-2206, p.11)

Com razões distintas, pode se dizer que é crescente os estudos e pesquisas que debruçam - se sobre a importância e necessidade de se ter a formação continuada, como também de quem as ofertará. Os próprios professores, os coordenadores pedagógicos, uma equipe da secretaria, como também o lócus da formação. Esses três elementos possibilitam diferentes reflexões a cerca da formação continuada, visto que se constituem em concepções que se diferenciam entre si.

A vertente que compreende o Coordenador Pedagógico como principal responsável pela condução da formação concebe que as necessidades formativas dos grupos devem partir deles mesmo, ou seja, das necessidades percebidas no cotidiano do contexto escola. Tendo o coordenador pedagógico como um dos organizadores do espaço educacional este é um dos potencializadores da formação, para Gatti (2011), a formação continuada tem de ser uma iniciativa que parta dos próprios professores e que seja, igualmente, levada a cabo por eles mesmos e/ou por pessoas que atuem no espaço escolar.

Neste sentido Gatti (2011),

Uma parte importante dos estudos de Formação Continuada de professores (CHRISTOV, 2007; PLACCO; ALMEIDA, 2003) entende que seu foco deve recair no coletivo de professores de cada escola e atribui ao coordenador pedagógico um papel central: o de articulador das ações formativas na escola, as quais devem promover o desenvolvimento da equipe pedagógica (e não de cada professor). Para tanto, faz-se necessário dispor de uma organização do tempo escolar capaz de garantir a regularidade, a contextualização e a participação necessárias para que as discussões do coletivo constituam momentos efetivos de aprendizagem. (GATTI, 2011, p.22)

Através da coordenação do trabalho pedagógico o coordenador tem a possibilidade de articular o cotidiano escolar, para que a tão propagada relação entre teoria e prática aconteça, através das ações colaborativas entre os pares (professores e coordenadores), uma vez que a maioria dos coordenadores são professores convidados e desenvolvem a organização do

trabalho pedagógico da escola através das expectativas vivenciadas quando estava atuando enquanto professor na sala de aula.

As vivências e experiências dos diferentes profissionais que atuam no espaço escolar podem ser considerados como elementos importantes na construção de novos conhecimentos, bem como na perspectiva de outras possibilidades de se perceber enquanto sujeito que não está sujeitado, mas produtor de sua própria construção docente, que se constitui em comunidade com seus pares.

Esse pressuposto de reflexibilidade pode ocorrer com os pares nos seus contextos de atuação, que Mizukami (2005-2006), conceitua como comunidade de aprendizagem, uma vez que pressupõem que os professores debruçam-se sobre o conhecimento que tem da disciplina a ser ensinada, sobre como adquirem novos saberes e como estes na condição de alunos encontram-se nos diferentes processos de aprendizagem, como significam cada momento dentro, coletivamente com o grupo de professores no qual se encontra inserido e por consequência em como o aluno aprende e significa sua aprendizagem.

Para Mizukami (2005 -2006),

Dois focos básicos devem ser considerados em uma comunidade de professores: a melhoria da prática profissional e a crença de que os professores são estudantes de suas áreas ao longo de sua vida. Como tais, devem crescer em conhecimentos, amplitude e compreensão, assim como acompanhar o processo de produção. Conhecimento nas suas áreas de conhecimento específico. Esses dois aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento do professor, um deles focalizando explicitamente a melhoria da aprendizagem do aluno e, o outro, o professor como aluno de sua área de conhecimento específico. (MIZUKAMI, 2005-2006, p.13)

Conceber a melhoria da prática profissional como uma ação introspectiva, não é algo tão simples e que ocorrerá rapidamente, requer fazer uma leitura crítica de si mesmo, colocar em dúvidas o seu conhecimento, propor novos saberes, de se questionar e projetar-se enquanto profissional que está em constante busca pelo seu aperfeiçoamento que é constituir-se enquanto professor, estabilizando mesmo que temporariamente significações acerca da docência, sendo sua representação não se (des)cola do ensino/aprendizagem, do aluno, do conhecimento, dos elementos que visam o processo educativo e que consequentemente contribuem ao desenvolvimento profissional.

Para Marcelo (2009), citando Day (1999),

O desenvolvimento profissional docente inclui todas as experiências de aprendizagem natural e aquelas que, planificadas e conscientes, tentam, directa ou indirectamente, beneficiar os indivíduos, grupos ou escolas e que contribuem para a melhoria da qualidade da educação nas salas de aula. É o processo mediante o qual os professores, sós ou acompanhados, revêem, renovam e desenvolvem o seu compromisso como agentes de mudança, com os propósitos morais do ensino e adquirem e desenvolvem conhecimentos, competências e inteligência emocional, essenciais ao pensamento profissional, à planificação e à prática com as crianças, com os jovens e com os seus colegas, ao longo de cada uma das etapas das suas vidas enquanto docentes (Day, 1999, p. 4);

A discussão sobre os processos formativos dos professores, ou de como os professores vivem a sua profissão, são pautados em diferentes discursos. Que dentre eles estão à necessidade cada vez maior de produzir resultados positivos a sociedade e aos sistemas avaliativos, que cobram diferentes tipos de saberes e competências aos alunos e aos professores, de forma que a escola potencialize - os a vencerem seus estudos e a inserção destes ao mercado de trabalho.

Mercado este cada vez mais seletivo, que exige dos seus empregados/ e futuros empregados novas formas de produzir e de relacionar-se com as constantes e necessárias mudanças. Nesta perspectiva o professor é um profissional técnico utilitário, possuindo uma necessidade constante de evidenciar o porquê de sua existência, sendo necessário buscar-se atualizar constantemente para dar novas performances ao seu fazer.

Na outra ponta, os processos formativos (formação inicial e continuada) apoiam-se na ideia de que são possíveis outras leituras, outros percursos a serem desvendados em relação a si e aos seus fazeres. Conceber a docência com outras possibilidades de interpretações, sem tentativas de nominar, denominar o que o professor tem que ser/fazer, é talvez uma maneira de potencializar os espaços de formação, enriquecendo-os com novas contribuições, novos sujeitos. Destaco que as pautas de formações não são agendas fixas, como também não é possível ir para um coletivo sem objetivos, é preciso primar pelas vozes dos participantes de ouvir como pensam, refletem e projetam os seus fazeres, como se encontram com os outros frequentadores do espaço escolar, com seus pares, como leem, as políticas públicas, as ações não governamentais, que sorrateiramente passam a fazer parte dos projetos educacionais, que alteram processos de maneira não natural, em como as demandas sociais, os novos conhecimentos, advindos da ciência, da tecnologia, as novas produções históricas e culturais vão se constituindo no cotidiano, junto aquilo que se propõe a fazer e que talvez possam ser

dinamizadas essas diferenças singulares nos espaços coletivos, são maneiras de se pensar pautas de formação.

Lembrando que os diferentes processos formativos (inicial e continuada) são promovidos por professores. Professores estes que no exato momento de formação, estão privilegiadamente na condução da situação proposta (a formação), mas que no momento anterior, constitui-a se mais um no coletivo de professores, com o diferencial que lhe faz único no mundo, com o diferencial que cada ser possui e que não se repete, constituindo a singularidade humana. Mas que no momento seguinte o permite estar na condução dos seus colegas (pares), em uma perspectiva de contribuição ao renovar e renovar-se profissionalmente no contexto imerso. O formador, ou melhor, o professor que conduz a formação, posiciona-se momentaneamente enquanto articuladores de coletivos, altamente produtivos, propositores de outras formas de dialogar consigo mesmo, com outro (alunos, pais, professores, técnicos, secretarias...) de maneira menos determinista, menos autoritária, mas respeitosa ao considerar que todos são colaboradores no espaço de atuação, seja participando enquanto formador (situação transitória), seja participante da formação, das reuniões de pais, secretarias, sindicatos, ressaltando que todos estão em situação de aprendizagem, com inúmeras possibilidades de melhorar e constituir-se diferente.

As possibilidades de leitura das interrogações apresentadas no início do texto, que inúmeras. Marcelo (2009) no artigo Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. Como ensinar quem ensina? Não nos dá uma resposta, mas as diferentes contribuições que traz nos impulsionam a refletir que as questões das formações (inicial e continuada) não são pontuais. Os leitores chamo assim aqui todos os que se debruçam sobre o assunto (formação de professores), (de)nominam pertinências de acordo com a posição em que se encontram, jogando luzes sobre alguns aspectos e apagando outros, conforme o momento em que se encontram.

## REFERÊNCIAS

GATTI, Bernadete. **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DAS MODALIDADES E DAS PRÁTICAS EM ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS RELATÓRIO FINAL**. Estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas por encomenda da Fundação Victor Civita. Estudos Pesquisas. JUNHO/2011.

\_\_\_\_\_. **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DAS MODALIDADES E DAS PRÁTICAS EM ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS RELATÓRIO FINAL**. Estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas por encomenda da Fundação Victor Civita. Estudos Pesquisas. JUNHO /2011. In: FULLAN, M. **Change forces with a vengeance**. London: Falmer, 1993.

\_\_\_\_\_. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CURRÍCULOS DAS LICENCIATURAS EM PEDAGOGIA, LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**. Coleção de Textos FCC. Volume 29, Março de 2009

MARCELO, Carlos (2009). **Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro**. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, · n.º 8 · jan/abr 09 issn 1646-4990, Consultado em [dezembro, 2015] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>. In: Day, C. (1999). **Developing Teachers. The Challenges of Lifelong Learning**. London: Falmer Press.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti, **APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA: PROFESSORES FORMADORES**. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. – jul. 2005-2006. <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. In: SHULMAN, L. Just in case: reflections on learning from experience. In: COLBERT, J., TRIMBLE, K., AND DESBERG, P. Ed. **The case for education: contemporary approaches for using case methods**. Needham Heights, Massachusetts: Allyn & Bacon, 1996, p. 197-217.

## UMA INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Terezinha Félix Silva Cruz de Deus<sup>95</sup>

Regina Suzi Soares<sup>96</sup>

Rafael Sebastião Cicero<sup>97</sup>

Vagner Haubricht Pinheiro<sup>98</sup>

Mônica Santana Cardoso<sup>99</sup>

Francisco Bandeira Amaral<sup>100</sup>

Fabricio Carlos Lenzi<sup>101</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo incentivar a educação tecnológica, combater o analfabetismo tecnológico e, sobretudo, a tecnofobia que existe em nossa sociedade causando danos sociais e econômicos. Também apresenta a importância e o significado da Educação Tecnológica paralela à evolução da indústria e na trajetória econômica do Brasil, contribuindo para o aperfeiçoamento e qualidade dos produtos brasileiros em um mundo cada vez mais globalizado e dividido por blocos econômicos extremamente competitivos entre si. O ensino tecnológico precisa desenvolver-se de forma consistente para que se torne uma via de acesso segura em direção ao empreendedorismo promovendo a conquista da cidadania.

**Palavras-Chave:** Educação; tecnologia; sociedade.

---

<sup>95</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>96</sup> É formada em Pedagogia e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>97</sup> Engenheiro Ambiental com licenciatura em Física e Formação Docente e Professor da Faculdade EDUVALE/Jaciara-MT

<sup>98</sup> É Tecnólogo em Gestão Ambiental e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>99</sup> Formada em Ciências Naturais e Biológicas e matemática e Professora da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>100</sup> Formado em Ciências Matemática e Física Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT

<sup>101</sup> Formado em Ciências Econômicas e Professor da Faculdade Eduvale-Jaciara/MT



## 1. Introdução

O ser humano sempre buscou superar dificuldades para sua subsistência e suprir as necessidades básicas da forma mais simples possível. Pois, “hoje a tecnologia é, na prática, sinônimo de ciência aplicada, e as tecnologias básicas (agricultura, construção, cerâmicos e tecidos) foram originalmente empíricas e transmitidas de uma geração para outra, enquanto a ciência no sentido de pesquisa sistemática das leis do universo, é um fenômeno relativamente recente” (WILLIAMS, 2009, pag. 12) Os romanos, do séc. V A.C ao III, devido à necessidade de deslocamento de tropas por grandes distancias , e de abastecimento com vários tipos de produtos para estas mesmas tropas em curso ,precisavam ser criativos em diversas áreas, em especial na construção civil, construindo várias estradas, pontes, aquedutos e prédios de todo tipo e tamanho.

A escolha do tema foi realizada após a reflexão sobre o atual panorama socioeconômico brasileiro e também sobre o atual estágio do capitalismo, ou seja, a globalização dos mercados internacionais, que torna o mundo uma autentica aldeia global, onde um produto pode ser projetado em um país, fabricado em outro, distribuído e vendido em muitos. ”No âmbito político mundial o Brasil também ganha importância, isso se deve, sobretudo a seu poder comercial” (BUSCH, 2009, pag. 13). Para isso, é necessário mão de obra altamente qualificada, em todos os setores da economia, seja no setor primário secundário ou terciário, para que as empresas montem seu quadro de recursos humanos e atenda a demanda de seus clientes em parceria com seus fornecedores.

O objetivo nesse estudo é refletir e levantar bibliograficamente alternativas concretas, reais, tangíveis, sobre a Educação tecnológica que possuímos no Brasil de hoje, que, através do Sistema S, composto por SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial),SENAC(Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESI( Serviço Social da Industria),SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes) e SENAR ( Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), do Centro de Educação Tecnológica Estadual Paula Souza, dos Colégios Técnicos Industriais vinculados a UNESP, e de várias outras escolas

particulares, de pequeno, médio e grande porte, que realizam um trabalho de imensurável importância para a qualificação de mão de obra que serve o mercado nacional.

### 1.1. Breve evolução histórica

Na Idade Média (séc. V ao XV), houve um breve recrudescimento do desenvolvimento científico, mas com o advento da Idade Moderna (sec. XV ao XVIII) e as grandes navegações europeias, as ciências e as artes tiveram um grande impulso e, sobretudo, uma forte razão para se desenvolverem. Foi imprescindível projetar navios mais resistentes, e a Escola de Sagres em Portugal, era um ponto de encontro de trocas de informações sobre a arte de construir e navegar. O mundo se tornava menor e, devido aos interesses políticos e financeiros, o comércio se expandiu para regiões que antes não eram consideradas, e nascia então o que chamamos hoje de globalização da economia. No século XVIII, a Inglaterra vivencia um dos fatos históricos que mais iriam modificar o conceito de sociedade e de economia até então conhecido, a Revolução Industrial, que realizou “a primeira conversão de uma economia rural e artesanal, para uma economia dominada pela manufatura urbana e de propulsão mecânica” (MC NALL BURNS, 1980, p. 513).

Ela foi o advento da produção por meio de máquinas mais eficientes, movidas a vapor, e sendo assim, a produtividade aumentou e novas relações de produção surgiram. “A educação inglesa era considerada uma piada de mau gosto, devido à baixa qualidade e desorganização, embora suas deficiências fossem um tanto compensadas pelas escolas do interior do país e pelas universidades democráticas” (HOBBSAWN, 2008, p. 53). A capacidade inventiva de artesãos, mecânicos, agricultores, carpinteiros, pedreiros e outros profissionais, foi o que realmente impulsionou de forma segura o processo de industrialização.

Logo que os portugueses iniciaram o processo colonizador no Brasil em 1530, o trabalho já possuía algumas características interessantes “pois ao contrario dos espanhóis, que logo encontraram jazidas de metais preciosos em suas colônias americanas, os portugueses, além de estar às voltas com contrabandistas estrangeiros que ameaçavam sua

posse sobre o território brasileiro, não tiveram a sorte de descobrir uma riqueza de fácil exploração” (VICENTINO, 1998, pag. 71).

Em 1808, a Família Real lusa chega ao Brasil, e D. João “criou uma escola superior de medicina, outra de técnicas agrícolas um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Militar Real” (GOMES, 2008, p. 217). Porém todas elas voltadas para os filhos das famílias mais abastadas, de grandes comerciantes, oficiais das Forças Armadas, parentes de clérigos do alto escalão, grandes traficantes de escravos. No Brasil, o pouco que há de melhor, durante muitos anos, foi um monopólio da elite e uns poucos privilegiados. D. João VI não possuía visão e capacidade empreendedora suficiente para realização do início do processo de industrialização, pois lhe faltava criatividade, ambição, mentalidade progressista nesta área da economia, pois o Brasil ainda era visto como um apêndice de Portugal.

Sendo assim, após 1840, com a ascensão de D. Pedro II no poder, iniciando o Segundo Reinado, (o Primeiro Reinado refere-se ao Governo de D. Pedro I, de 1822 a 1831), começam a chegar os primeiros imigrantes, após a abolição da escravidão, “o maior número vinha da Itália, e o segundo de Portugal e terceiro da Espanha, sendo que esses imigrantes eram facilmente assimilados pela sociedade e pela cultura brasileira” (SKIDMORE, 1998, pag.105).

Durante o séc. XIX surgem grandes mudanças em todos os setores da economia e, no setor industrial, “o Brasil vinha criando uma indústria de pequena escala desde o início do século XIX e sua tática era fabricar no mercado interno aqueles produtos cujo custo fosse inferior ao das importações concorrentes” (SKIDMORE, 1998, pag. 118) foi um dos segmentos da economia que mais se desenvolveu.

Partindo do zero e posteriormente construindo um império industrial e comercial nunca visto no Brasil até então e ainda hoje, exemplo de alta capacidade administrativa, pois, do seu punho podia nascer leis no Uruguai, movimentos de tropas na Argentina, um novo ministro no Brasil, uma grande tacada na Bolsa de Valores de Londres. Irineu geria com eficiência, “bancos, estaleiros, ferrovias, fábricas, mineradoras, usinas e fazendas” (CALDEIRA, 1995, p.17).

O Segundo Reinado foi uma injeção de ânimo na economia brasileira, apesar das imensas deficiências sociais, da falta de saneamento básico, do altíssimo índice de analfabetismo, da ausência gritante de assistência médico-hospitalar, de redes de transporte e

políticas públicas que promovessem a economia. Esta injeção de ânimo veio proveniente da “agricultura, o nervo econômico da civilização, onde se assentou a ocupação e a exploração da maior e melhor parte do território brasileiro” (PRADO JÚNIOR, 1992, p.130).

Após o desenvolvimento da cafeicultura e das ferrovias em São Paulo, este se torna o estado mais rico da nação, pois de “1900 a 1920 seu parque industrial expandiu-se rapidamente, com uma taxa anual de crescimento de 8%” (DEAN, 1991, p. 115). As necessidades produtivas, na construção civil, na indústria metal mecânica, elétrica, naval química e outras, aliadas a visão gerencial dos bons administradores, visualizando o grande desenvolvimento que estaria por vir, e da carência do mercado de trabalho, pois muitas vagas não eram preenchidas devido à falta de mão de obra, levaria a mais óbvia conclusão.

Escolas técnicas e universidades deveriam surgir para alimentar este mercado com uma voracidade gigante que nascia e crescia rapidamente. O grande êxodo da população rural, a redução das importações de produtos manufaturados, a política nacionalista de Getúlio Vargas e a “Segunda Guerra Mundial, marcaram profundamente nosso processo de industrialização entre 1930 a 1955, além de uma grande substituição de importações” (ADAS, 1998, p.108). Em 22 de janeiro de 1942 foi criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, através do Decreto lei 4048, por Getúlio Vargas, visando à formação de mão de obra especializada para a indústria de base, e esta se constrói por todo o país, como uma organização respeitada, produtiva, de vanguarda e que se tornou referência sul americana na educação técnica, tornando-se um exemplo de ensino eficaz.

As duas guerras mundiais, de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945 promoveram, sem dúvida, morte e destruição, mas também o desenvolvimento de novas tecnologias, materiais e processos de fabricação, além de uma inserção da mulher no mercado de trabalho de forma mais consistente, praticamente substituindo muito homens que estavam em combate. No Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi eleito presidente em 1956 e busca incentivar nossa economia através do “Plano de Metas, que era um programa de desenvolvimento agrupado em cinco setores, energia, transporte, indústria, educação e alimentação” (TEIXEIRA, 2007, p. 276).

Instalaram-se indústrias automobilísticas em 1957, a Volkswagen e a Mercedes Benz, e o parque industrial brasileiro cresce em qualidade e quantidade, pois estas fábricas geraram a necessidade de outras também serem construídas, aumentando a renda per capita da

população e consolidando o Brasil no caminho da industrialização. “O trabalho qualificado que não pode ser realizado sem certo grau de aprendizagem e conhecimento técnico” (OLIVEIRA, 2004, p. 214), torna-se fundamental e estimulante para os demais jovens que estavam realizando cursos tradicionais.

Observa-se que desde a colonização do Brasil, passando pelo Brasil Império e início do Brasil Republicano, a necessidade de um sistema educacional que promova a qualificação de jovens e adultos de ambos os sexos, para um mercado de trabalho que dia a dia se mostrava mais e mais promissor devido às exportações e o aumento das rendas da nação, e que se ampliava com chegada de imigrantes e com alforria dos escravos, não era levada em consideração pelos órgãos educacionais seja na esfera municipal, estadual e federal.

Isso foi uma negligência absurda dos governantes, pois milhares de jovens não puderam ter uma escola técnica próxima de sua residência para desenvolverem suas habilidades e competências. A solução para estas pessoas de baixa renda e colocadas a margem da educação de qualquer tipo, foi o autodidatismo ou trabalhando com um mestre durante anos a fio para aprenderem um ofício, como de fato ocorreu com pedreiros, pintores, carpinteiros, marceneiros, eletricitas, mecânicos e outros.

A importância da Educação Tecnológica é que ela é uma arma sofisticada e potente para realizar o combate ao analfabetismo técnico e a promoção de novos caminhos e alternativas para os jovens entrarem no mercado de trabalho pela porta da frente, pois prepara jovens aptos para o mercado de trabalho, informados e motivados para poderem conquistar bons empregos e se manterem neles. Durante décadas os governantes negligenciaram esta modalidade de ensino, e fomos superados industrialmente e comercialmente por países com menos recursos humanos e minerais que nós, como a Coréia do Sul, e está mais do que na hora de darmos a devida atenção a aperfeiçoamento, a ampliação, e a expansão da rede de ensino tecnológico no Brasil.

## 1.2. Educação e sociedade

Ao longo dos progressos políticos e econômicos do Brasil, nossa sociedade torna-se mais crítica, consciente e disposta a lutar por seus direitos. As eleições atualmente, em geral, são feitas com transparência e lisura e a democracia aos poucos se fortalece de dentro para fora, produzindo uma nova geração de brasileiros mais aptos para o exercício da cidadania, e devemos observar que “durante os primeiros anos do sec. XX a imensa maioria da população vivia na pobreza, havia milhões de brasileiros que sequer podiam comprar sapatos” (LEVINE, 2002, p. 17).

A educação e a saúde compõem a cabeça do progresso nacional. A agricultura, o comércio e a indústria, o tronco. Os transportes, com ênfase nas ferrovias, completam e estimulam a circulação sanguínea do corpo da nação, promovendo a saúde e a fertilização de novos horizontes e esperanças para o futuro. Na busca da exemplificação deste breve histórico do panorama das tecnologias e do ensino técnico, é fundamental que seja citado a contribuição da cultura chinesa para a tecnologia que dispomos atualmente.

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (FONSECA, 1961, p. 68). Com o advento do ouro em Minas Gerais, foram criadas as Casas de Fundição e de Moeda e com elas a necessidade de um ensino mais especializado, o qual destinava-se ao filho de homens brancos empregados da própria Casa. Pela primeira vez, estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos. Caso fossem aprovados, recebiam uma certidão de aprovação.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), “aprofunda as práticas de intervencionismo estatal e abre a economia para os investimentos estrangeiros” (DEL PRIORE, 2010, pag. 267). Neste período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK nesses cinco anos prevê investimentos maciços nas áreas de infraestrutura (à produção de energia e ao transporte são conferidos 73% do total dos investimentos). Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

O desenvolvimento de escolas técnicas e de ensino tecnológico é uma necessidade que nenhuma nação pode ignorar, e sendo assim, o Brasil há tempos vem buscando concretizar esta premissa, transportando-a do papel dos projetos, para a realidade dos prédios com máquinas e alunos trabalhando. Em 1969 foi criado o Centro Paula Souza, aliás, em uma data muito significativa, em plena Ditadura Militar, porem, a demanda para mão de obra especializada crescia vertiginosamente e sendo assim, a criação de polos de educação técnica e tecnológica foi absolutamente necessária.

A FATEC – Faculdade de Tecnologia teve início no dia 15 de janeiro de 1968, quando o então Governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, constituiu um grupo de trabalho "que estudaria a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois a três anos". Em 20 de abril de 1970, o Conselho Estadual de Educação aprovou a instalação e o funcionamento do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e começam a mostrar a sua vitalidade, crescendo e se expandido por todo Estado desde a fundação até os dias de hoje. Ela especializa-se e oferece cursos conforme a demanda regional, formando os profissionais locais e proporcionando as empresas uma fonte de mão de obra qualificada que está basicamente pronta para ser incluída em seus processos produtivos.

Para isso foi necessário legislação específica, que ao longo de várias e variadas Leis de Diretrizes e Bases de nossa educação, foram surgindo e tentando alcançar o modelo ideal para o atual nível, apesar de muito ainda precisar ser feito e corrigido. Através do Artigo 205 da nossa Constituição Federal, os cidadãos possuem um apoio democrático no que se refere à sua garantia de acesso ao ensino, sendo este dever do Estado e da família, além do incentivo e colaboração da sociedade. Esta conquista para o cidadão brasileiro foi resultando de anos de lutas e idas e vindas sobre o assunto, até que este texto fosse aprovado, logo após a Ditadura Militar. Porem, ser aprovado não é ao bastante, pois a sua aplicação prática e a fiscalização dos seus itens e termos é um atarefa mais árdua ainda.

Educar e posteriormente, educar tecnicamente, realizando a qualificação profissional básica para os jovens terem chances maiores nos processos seletivos, deveria ser uma conquista de todos os cidadãos. Entre os princípios que regem o ensino, deve-se destacar o inciso IV do art. 205, que se refere a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, e isso é uma grande oportunidade para as pessoas se capacitarem, pois garantido na

Constituição, as pessoas podem requisitar, cobrar e fiscalizar seus direitos neste sentido de forma mais consciente.

Sobre a Lei 9394-Diretrizes e Bases da Educação – promulgada em 20/12/2006, podemos afirmar que, de acordo com o artigo 39, ela conduz os cidadãos ao desenvolvimento de aptidões, de forma segura e consistente para a vida produtiva, ou ao menos, oferece os subsídios para que isso ocorra, visto que a fiscalização deste direito dos cidadãos deve ser realizada pelos próprios cidadãos.

O que é do interesse público, apoiado em direitos adquiridos, deve ser cobrado e exigido das autoridades competentes e dos órgãos responsáveis, pois o exercício da cidadania visando uma sociedade democrática deve fundamentar-se na participação política e no envolvimento com as questões sociais além da exigência de transparência. Durante a Ditadura de Getúlio Vargas, período da nossa história conhecido como Estado Novo, Vargas promulga uma Constituição fazendo valer seus desígnios e legitimando a sua permanência no poder, entre outras mudanças sociais e repressoras.

O Artigo 129 afirma claramente que o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação, é primeiro, dever do Estado, e neste caso, entende-se que a família também deve se envolver neste trabalho e contribuir com a formação técnica do cidadão.

Nenhuma nação prosperará sem estes elementos, além de outros é evidente, mas estes são absolutamente imprescindíveis. Entre as nações mundiais, tamanho não é documento, vejam o caso da Coreia do Sul em relação ao Brasil do ponto de vista tecnológico. Ensinar a gênese de uma profissão, dando a possibilidade que um jovem tenha acesso ao mercado de trabalho deveria ser uma tarefa, no Brasil, que há séculos estaria implantada, mas como a visão dos nossos dirigentes se resumia em apoiar latifundiários e grandes comerciantes, as nossas maiores riquezas, que é o nosso povo, ficou relegado ao esquecimento.

“A exclusão social, inerente a lógica do sistema capitalista, sempre esteve presente em nossa evolução histórica e política” (ADAS, 1998, p. 190). O desenvolvimento da Região sudeste, proveniente da cafeicultura e das ferrovias, produziu uma série de elementos que é importante e significativo serem analisados. O aumento populacional, após o início do séc. XX gerou a formação de inúmeras cidades no interior do estado de São Paulo, a



demanda por infraestrutura cresceu vertiginosamente, pois havia a necessidade de estradas, hospitais, escolas delegacias e demais prédios públicos e sendo assim, com a indústria conquistando espaço na economia a educação técnica também encontra espaço de trabalho. Uma foi consequência da outra e ambas estão ligas umbilicalmente.

### 1.3. Importância e significado da educação profissional

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira atualmente é de 192.500.000 habitantes, sendo a maioria concentrada em uma grande faixa próxima do litoral, onde se iniciou a colonização. Após poucos anos nosso sistema de instrução foi se organizando, e “até 1980 a educação profissional era associada ao conceito de formação de mão de obra, representando um dualismo presente na sociedade brasileira entre as elites e maioria da população” (PARDAL, 1998, pag. 43).

Conforme a Constituição Federal de 1988, a educação profissional está na confluência de dois direitos fundamentais: o direito à educação e o direito ao trabalho. Conforme este pensamento o governo federal desde então vem investindo neste propósito, pois segundo o site governamental [rede.federal.mec.br](http://rede.federal.mec.br), a “rede federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Nos últimos oito anos, o Ministério da Educação entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas.”.

No Brasil, “a média de matrículas no ensino técnico é de 7%, no Estado de São Paulo é de 12%. Ainda é pouco se compararmos com os países desenvolvidos, nos quais a média é de 30%, mas a situação evoluiu bastante no Estado, nos últimos anos” segundo afirma Davi Zaia, no artigo A importância do ensino técnico e da capacitação profissional, no site [emprego.sp.gov.br](http://emprego.sp.gov.br).

O significado da educação técnica/ tecnológica pode ser interpretado com os seguintes parâmetros apresentados por Jacques Delors (1999), sendo-os:

Aprender a conhecer: Considera-se a importância de uma educação geral, suficientemente ampla, com possibilidade de aprofundamento em determinada área de conhecimento. Prioriza-se o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, considerado como meio e como fim. Meio, enquanto forma de compreender a complexidade do mundo, condição necessária para viver dignamente, para desenvolver possibilidades pessoais e profissionais, para se comunicar.

Fim, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

Aprender a fazer: O desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam. Privilegiar a aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no desenvolvimento social passa a ter uma significação impar.

Aprender a viver: Trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.

Aprender a ser: A educação deve estar comprometida com o desenvolvimento total da pessoa. Aprender a ser supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Supõe ainda exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, para desenvolver os seus talentos e permanecer, tanto quanto possível, dono do seu próprio destino. Os parâmetros acima se referem à base de aprendizagem mínima que cada aluno deverá despertar dentro de si para se inserir no contexto da educação tecnológica, são estas as competências e habilidades intrínsecas ao desenvolvimento dos processos de aprendizagem técnica que, junto com prática contribuirão para formar mão de obra qualificada de alto nível para a indústria.·.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até meados do século XVIII, “a produção era feita com o uso de instrumentos simples, acionando por força humana, por tração animal e pela energia da água ou do vento” (OLIVEIRA, 2004, p. 88). Usavam-se os instrumentos por décadas, sem inovações ou

modificações significativas. Hoje os serviços e produtos tornam-se obsoletos muito rapidamente, as empresas com maior grau de competitividade são aquelas que têm como foco a inovação.

Os departamentos de pesquisa das empresas de vários setores possuem verbas astronômicas para produzirem o que há de mais eficiente, leve, menor e com o mais baixo custo possível com o auxílio da nanotecnologia. A contratação de cérebros para estes fins é fundamental, sendo que estas mentes eram provenientes de várias nacionalidades e formações, sendo tratados e respeitados como profissionais que podem revolucionar processos de produção, aperfeiçoar matérias primas e sistemas de marketing.

A Globalização é um termo muito discutido e muito já foi escrito em seu nome, é um termo amplo, genérico, um processo que não possui início exato e muito menos fim. Provavelmente, a Globalização teve início já com o desenvolvimento do Império Romano, diminuindo distâncias através de estradas e rotas marítimas, para o comércio e também para a dominação dos povos que não estavam sob o jugo romano, “além da captura de novos escravos, que passavam a ser indispensáveis para a manutenção dos domínios, e fronteiras e, sobretudo para a agricultura” (VICENTINO, 2006, p. 87).

A análise histórica, seja ela Geral ou do Brasil, é fundamental para nos apoiarmos em fatos e processos que nos servem de embasamento para analisarmos e refletirmos sobre como e porque a Educação Tecnológica chegou ao estágio em que está e para onde ela está se direcionando. O estudo da História é a construção de uma ponte do passado para o presente, analisando o hoje através do ontem, e, a inserção do Brasil na Globalização só foi possível devido a um salto tecnológico proveniente de reformulações profundas no sistema de ensino e na qualificação de operários, este foi o ponto de partida para o Brasil poder disputar mercados externos e ser competitivo.

Durante décadas, ver um automóvel passar pela rua era uma atividade lúdica, e, durante anos a fio, ouvir um rádio era um acontecimento, uma novidade tamanha, que as pessoas se aglomeravam para poderem conhecer e se espantar com aquela caixa que possuía cantores dentro. E como eles foram parar ali? Quando um automóvel ou um rádio se quebrava, devido ao mau uso ou a baixa qualidade das peças, estes bens ficavam meses, ou anos sem poderem ser usados. Não havia quem os consertasse, vivíamos em uma sociedade em que o novo era algo que nos dominava, e que não era de fato, dominado.

Com a necessidade indiscutível da preservação ambiental em nosso, pois o crescimento populacional se tornou tão grande e tão rápido que Michael Hayden, diretor da Agencia Central de Inteligência, dos EUA, a CIA, declarou que seus analistas hoje acreditam que a tendência mundial mais preocupante não é o terrorismo, mas a explosão demográfica.

Esta reflexão sobre o ensino técnico é um ponto de partida para reflexões maiores, mais aprofundadas, pois todo aluno que está em um curso profissionalizante deveria buscar conhecimento teórico sobre a evolução da indústria e do ensino da tecnologia em nosso país. Dessa forma haveria um corpo de trabalho mais culto, mais preparado para conhecer e aprender novas técnicas e métodos de trabalho, com muito mais produtividade, e contribuindo para a diminuição do desemprego, aumento da renda per capita e proporcionando também o aumento das exportações e do produto interno bruto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSCH, Alexander. **Brasil, país do presente**. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

BURNS, Eduard Mc Nall. **História da civilização ocidental**. São Paulo: Globo, 1980. 2ª edição.

HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2008.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá. O empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

TEIXEIRA, Francisco. **Brasil. História e sociedade**. São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres: O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COUTO, Sérgio Pereira. **A extraordinária História da China**. São Paulo: Universo dos livros, 2008.

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais**. São Paulo: Moderna, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VICENTINO, Claudio. **História Geral**. São Paulo: Editora Scipione, 2007.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro. 1996

WILLIAMS, Trevor. **História das Invenções**. São Paulo. Editora Gutenberg, 2009.

PRIORE, Mary Del. **Uma breve história do Brasil**. Rio de Janeiro. 2010

PARDAL, Luís Alexandre. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas**. São Paulo. Autores Associados. 1998

DELORS, Jacques (coord.). **Um tesouro a descobrir**. São Paulo. Cortez. 1999.